

JOSÉ RICARDO ROSA DOS SANTOS

UNIVERSIDADE PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO LOCAL:

a presença da Universidade Estadual de Santa Cruz
(Uesc) no bairro do Salobrinho em Ilhéus, Bahia, no
período de 1991 a 2008



UNIVERSIDADE PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO LOCAL:

**a presença da Universidade Estadual de Santa Cruz
(Uesc) no bairro do Salobrinho em Ilhéus, Bahia, no
período de 1991 a 2008**



Universidade Estadual de Santa Cruz

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

JAQUES WAGNER - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

OSVALDO BARRETO FILHO - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO - REITORA

EVANDRO SENA FREIRE - VICE-REITOR

Diretora da Editus

RITA VIRGINIA ALVES SANTOS ARGOLLO

Conselho Editorial:

Rita Virginia Alves Santos Argollo – Presidente

Andréa de Azevedo Morégula

André Luiz Rosa Ribeiro

Adriana dos Santos Reis Lemos

Dorival de Freitas

Evandro Sena Freire

Francisco Mendes Costa

José Montival Alencar Júnior

Lurdes Bertol Rocha

Maria Laura de Oliveira Gomes

Marleide dos Santos de Oliveira

Raimunda Alves Moreira de Assis

Roseanne Montargil Rocha

Sílvia Maria Santos Carvalho

JOSÉ RICARDO ROSA DOS SANTOS

UNIVERSIDADE PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO LOCAL:

**a presença da Universidade Estadual de Santa Cruz
(Uesc) no bairro do Salobrinho em Ilhéus, Bahia, no
período de 1991 a 2008**

Ilhéus - Bahia



Editora da UESC

2014

Copyright ©2014 by JOSÉ RICARDO ROSA DOS SANTOS

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional,
conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Álvaro Coelho

REVISÃO
Genebaldo Pinto Ribeiro
Roberto Santos de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237 Santos, José Ricardo Rosa dos.
Universidade pública e desenvolvimento
local : a presença da Universidade Estadual
de Santa Cruz (UESC) no bairro do Salobrinho
em Ilhéus, Bahia, no período de 1991 a 2008 /
José Ricardo Rosa dos Santos. – Ilhéus, BA:
Editus, 2013.
174 p. : il.

Originalmente apresentada como disserta-
ção do autor (mestrado – Universidade do
Estado da Bahia).

ISBN 978-85-7455-343-6
Inclui referências.

1. Universidade Estadual de Santa Cruz. 2.
Comunidade e universidade. 3. Universidade e
faculdades públicas – Ilhéus (BA). 4. Salobrinho
(Ilhéus, BA) – Desenvolvimento regional. I.
Titulo.

CDD 378.8142

EDITUS - EDITORA DA UESC

Universidade Estadual de Santa Cruz

Rodovia Jorge Amado, km 16 - 45662-900 - Ilhéus, Bahia, Brasil

Tel.: (73) 3680-5028

www.uesc.br/editora

editus@uesc.br

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

A meus pais, Edval Muniz dos Santos e Teresinha Rosa de Jesus, que me educaram, e a minha orientadora, professora Sônia Cavalcante (*in memoriam*), que me inspirou nessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Antônio Ângelo Martins da Fonseca pela paciência, compromisso, ensinamentos, dedicação e apoio.

À professora Moema Maria Badaró Cartibani Midlej pelo apoio decisivo para a conclusão do trabalho.

À Universidade Estadual de Santa Cruz pela oportunidade dada e pelo financiamento.

A Expedito Santana pela ajuda em muitos momentos acadêmicos.

À Suely que me apoiou quando eu precisava, no momento da preparação do projeto inicial, e pelas horas gastas comigo, no auxílio do trabalho.

Aos meus colegas do Mestrado em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional que me encorajavam a continuar meus estudos.

APRESENTAÇÃO

“UNIVERSIDADE PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: a presença da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) no bairro do Salobrinho em Ilhéus, Bahia, no período de 1991 a 2008”.

Autor: JOSÉ RICARDO ROSA DOS SANTOS

A inserção de Universidades em contextos regionais coloca-se diante de preocupações de como entender o compromisso da Universidade com o seu meio e de interpretá-lo e confrontá-lo com valores como a universalidade do conhecimento que se põe, muitas vezes, em contraposição à necessidade de resoluções de problemas concretos do seu entorno. Partindo da premissa de que a Universidade, componente da estrutura social, interage com o local onde está inserida e de que há um relacionamento circular feito de influências recíprocas, o autor desenvolveu seu estudo sob a questão central da influência da Universidade Estadual de Santa Cruz – Uesc no local onde está instalada (Bairro

do Salobrinho), sob a ótica do desenvolvimento e das formulações de políticas públicas, na percepção dos moradores, visando delinear políticas de melhoria da qualidade de vida da comunidade em foco.

Estruturado em 4 capítulos, o livro expõe um estudo atual e pertinente ao contexto de Políticas Públicas, trazendo para o centro das discussões questões teóricas e conceituais que dão forma às repercussões da presença de uma Instituição Universitária em contexto local e específico, mediadas por políticas públicas definidoras de ações diretas e indiretas no entorno, bem como o efeito multiplicador dessas ações.

A relevância do tema para o debate sobre o desenvolvimento regional (local) é inquestionável, dada a carência de estudos desta natureza. Por outro lado, a contribuição da experiência vivencial do autor é preponderante para um trabalho de tal vulto, ficando patente que instituições de ensino superior públicas têm um papel importante no desenvolvimento local, na medida em que possam compreender a sua inserção política sob o julgo de um estado que se apresenta distante da realidade e singularidades regionais.

No quadro dado pelos fatores objetivos, atuam de forma determinante os sujeitos da pesquisa engendrada levando em consideração o pressuposto de que estes são parte do todo social mais amplo, em processo de desenvolvimento. Trata-se, em princípio, de explorar as formas como se estabelecem as contradições no interior do todo, confrontando-se visões de mundo e interesses de grupos, situando posições hegemônicas, lutas sociais específicas e instâncias de decisão, seja no nível econômico ou político, seja na trama que envolve outros níveis.

Para a interpretação da percepção dos atores sociais que fizeram parte da sua pesquisa, José Ricardo

lançou mão do método da análise de conteúdo, poderoso instrumento para sistematizar diferentes formas de discurso e dar forma à sua interpretação. Do aprofundamento das discussões dos resultados no que concerne às coocorrências, seus sentidos e suas significações nos textos foram coerentemente analisados à luz dos fundamentos teóricos escolhidos.

Ratifico a preocupação do autor em descrever a trajetória histórica do bairro, cujo ineditismo revela-se de grande contribuição à memória da localidade.

Em suas conclusões, o autor constata as transformações ocorridas no bairro do Salobrinho decorrentes da presença da Uesc, a qual é vista como um “farol” no processo de desenvolvimento local, seja através de seu papel como executora de políticas públicas, seja na sua atuação através de suas funções de ensino, pesquisa e extensão, seja na construção do conhecimento científico e tecnológico acerca do lugar, seja na movimentação econômica através da circulação de bens e serviços, ou nos gastos diretos e indiretos dos poderes público e privado. A partir dessas constatações, o autor elenca uma série de sugestões pautadas no modelo teórico de desenvolvimento que adotou como norte para sua pesquisa.

Portanto o trabalho apresentado por José Ricardo consegue dar conta da abrangência e aprofundamento ao tema em discussão, tendo ainda o mérito de ser um elemento norteador na busca do objetivo ao qual o autor se propôs, versando sobre as relações entre a Universidade Pública e o Desenvolvimento Local, buscando analisar a influência que a Uesc exerce no desenvolvimento socioeconômico do Salobrinho, onde está situada.

Moema Maria Badaró Cartibani Midlej

À natureza associativa das universidades é atribuída sua longevidade e sua capacidade de adaptação aos requerimentos da sociedade em constante transformação (MIDDLEJ, 2004, p. 90).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

A UNIVERSIDADE PÚBLICA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL	23
---	-----------

1.1 Conceito de desenvolvimento local	42
--	-----------

CAPÍTULO 2

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ (UESC) E O BAIRRO DO SALOBRINHO	63
--	-----------

2.1 Contexto histórico e regional da Uesc	63
--	-----------

2.2 Infraestrutura e estrutura organizacional	69
--	-----------

2.2.1 O ensino	74
-----------------------------	-----------

2.2.2 A pesquisa	78
-------------------------------	-----------

2.2.3 A extensão	81
-------------------------------	-----------

2.3 O bairro do Salobrinho	84
---	-----------

2.4 A Uesc e o Salobrinho	95
--	-----------

CAPÍTULO 3

A UESC, O SALOBRINHO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL	101
3.1 Influência financeira e econômica da Uesc no bairro do Salobrinho	101
3.2 O desenvolvimento socioeconômico do Salobrinho após a Uesc	108
3.3 As dimensões do Desenvolvimento de Brose no contexto Uesc x Salobrinho	132

CAPÍTULO 4

CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS	164



INTRODUÇÃO

Este livro apresenta um estudo sobre a presença da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) no bairro do Salobrinho, levando em consideração sua influência socioeconômica na localidade. A existência de uma instituição pública de ensino superior em determinado local contribui para que haja condições importantes para o desenvolvimento econômico e social, sendo essa situação impulsionada pelo tipo de relação existente entre a universidade e a comunidade.

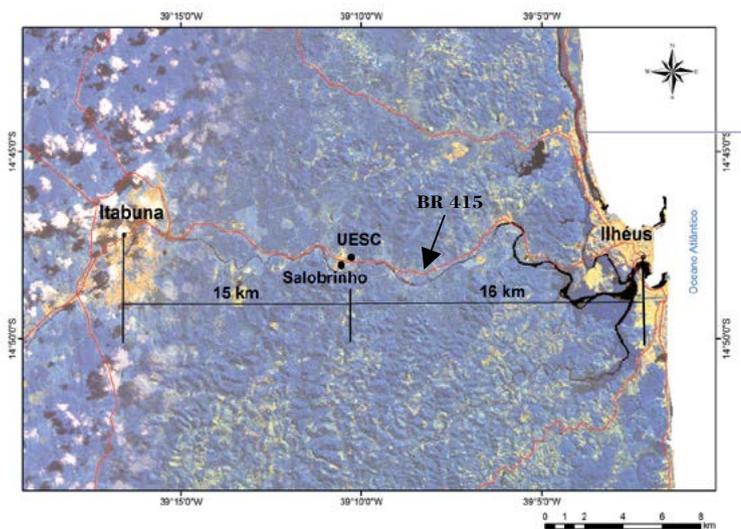
A Uesc é tida como a principal Instituição de Ensino Superior das regiões Sul e Extremo Sul da Bahia e assume, no atual contexto, um importante papel para o desenvolvimento regional.

O Salobrinho encontra na Uesc uma alternativa viável de intermediação entre o poder político e o seu desenvolvimento. O bairro está localizado na cidade de Ilhéus, região Sul da Bahia, distante 462 km de Salvador, faz divisa com as duas maiores cidades da região, Ilhéus e Itabuna, sendo atravessado pela BR 415 (FIGURA 1).

O bairro ainda possui famílias com baixo poder aquisitivo e com poucas expectativas de melhoria de vida. Percebeu-se, no decorrer do estudo, que a presença da Uesc precisa ser ainda mais efetiva através de suas ações de ensino, pesquisa e extensão.

A pesquisa abrangeu o período de 1991 até o ano de 2008. Essa delimitação foi definida devido à constituição da Uesc, como Universidade Estadual, ter ocorrido em 5 de dezembro de 1991, com a Lei n.º 6.344. Averiguou-se sua contribuição enquanto órgão financiado pelo Estado e sustentado através do pagamento de impostos pela sociedade. A observação do retorno desse financiamento, seja pela formação de capital humano, seja pela contribuição socioeconômica, seja pela movimentação econômica local e geração de emprego, serviu de base para este trabalho.

FIGURA 1 – Localização da Uesc, Salobrinho



Fonte: Lapa, Uesc, 2008.

O Salobrinho apresenta um baixo nível socioeconômico, porém encontra na proximidade com a Uesc um incentivo para melhoria dessa condição, o que acaba requerendo dos poderes públicos uma ação mais efetiva e exigindo da Universidade uma melhor interação com a comunidade e com o poder local.

O esgotamento econômico/social decorrente das dificuldades enfrentadas pela crise da monocultura caqueira permite à Uesc apresentar-se para a sociedade como uma referência de desenvolvimento regional com vistas a atender as demandas da comunidade local.

Seguindo esse direcionamento, foi realizada uma análise da influência socioeconômica da Uesc no Salobrinho. Pode-se falar em desenvolvimento do bairro pelo reflexo da presença de uma universidade em seu entorno. Por conta disso, surgem novas pousadas, novos restaurantes, novos empregos, que favorecem o crescimento local.

No que concerne às suas atividades, a Uesc atua como um mecanismo de políticas públicas do Estado através da pesquisa, do ensino e da extensão, agindo diretamente na sociedade.

As universidades crescem e se desenvolvem não só devido à necessidade de se produzir conhecimento e transmiti-lo às pessoas, mas também visando buscar alternativas de melhoria de vida dos cidadãos e do desenvolvimento da sociedade.

O processo de inclusão social, que ocorre através das políticas públicas do Estado, encontra nas universidades uma possibilidade para se trabalhar essa questão, não que elas sejam executoras do papel do Estado, mas são órgãos alternativos de extensão das políticas que beneficiam a comunidade, pois utilizam a produção do conhecimento, a troca do saber, as pesquisas, os programas e projetos de

caráter interno e de extensão do Estado.

As universidades possuem um papel bem maior do que a simples produção e construção do conhecimento, pois participam e influenciam nos processos históricos e culturais, agindo dentro e fora de seus “muros”, com a atualização de seus conteúdos e métodos, agindo diretamente na sociedade.

Uma universidade pública de qualidade apresenta características que evidenciam a possibilidade de transformação de uma localidade. A Uesc possui condições básicas para atuar, em sua área de abrangência, como transmissora de conhecimento e como instrumento de transformação social e econômica.

Verifica-se que boa parte das universidades brasileiras busca maior integração com o mundo não acadêmico por perceber que não adianta existir grande captação de conhecimentos se eles não forem compartilhados com outras pessoas.

As universidades públicas brasileiras foram criadas para atender às necessidades do país e estão associadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político, através da formação tecnológica, científica e profissional.

Por conta disso, a questão central que se buscou responder neste livro foi: como a presença da Universidade Estadual de Santa Cruz vem contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade do Salobrinho em Ilhéus?

Seguindo uma sequência lógica para nortear o estudo, questionou-se também: como a comunidade do Salobrinho está percebendo a presença da Universidade Estadual de Santa Cruz? Que resultados estão sendo alcançados em termos sociais e econômicos?

Para tratar de tais questões, o livro foi dividido em

quatro capítulos, seguindo uma coerência relacionada às palavras-chave do tema. Para tanto, está organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo aborda o conceito de desenvolvimento local e a potencialidade da universidade pública em possibilitar o desenvolvimento. Apresentam-se: a importância de sua presença, seu papel social e a sua função enquanto agente de transformação da sociedade. O capítulo também trata da relevância dos impactos econômicos provocados nas regiões de abrangência da Universidade.

O segundo capítulo apresenta a Universidade Estadual de Santa Cruz e aborda o seu contexto histórico e regional, sua estrutura e funcionamento e seu ponto de identificação enquanto universidade, ou seja, o tripé ensino, pesquisa e extensão. Neste capítulo, também é apresentado o bairro do Salobrinho, identificando-se o seu contexto histórico, os aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos.

O terceiro capítulo apresenta a relação existente entre o Salobrinho e a Uesc, a influência econômica e financeira dela no bairro e as transformações socioeconômicas resultantes da presença da Instituição.

O quarto capítulo apresenta a conclusão, as considerações finais, as recomendações e algumas sugestões. A abordagem utilizada para a elaboração da conclusão está baseada na síntese do trabalho e nas respostas às questões norteadoras da pesquisa voltadas aos objetivos. As considerações finais e sugestões tiveram como alicerce os resultados encontrados e a abordagem teórica utilizada no decorrer da pesquisa.

Todos os capítulos estão interligados, tendo como base a busca pelos resultados do estudo. Tal metodologia foi elaborada com o objetivo de melhor enquadrar o sujeito da pesquisa, o referencial teórico e o tema propriamente

dito, sem desvirtuar a trilha traçada para o trabalho.

Buscou-se, na abordagem sobre a Uesc, demonstrar o que ela representa para a região, através do seu processo de formação e evolução, retratando, também, sua função enquanto fomentadora do desenvolvimento regional. Quanto ao Salobrinho, buscou-se entender o que ele representa para a comunidade acadêmica e regional.

Desejamos que continue lendo os capítulos do livro.



CAPÍTULO 1

A UNIVERSIDADE PÚBLICA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

A universidade guarda, conceitualmente, a ideia de universal e apresenta o conhecimento como produto, atravessando as barreiras das transformações da sociedade e participando decisivamente desse processo. Após nove séculos de existência, ela continua sua caminhada, construindo e aprimorando o conhecimento, na busca pelo progresso científico e tecnológico. Segundo Cartibani (2004, p. 1),

a instituição universitária, fundada no séc. XII, vem atravessando o tempo na busca do conhecimento que se produz e reproduz no sentido da mais ampla universalidade, sendo mesmo, os dois termos, considerados como sinônimos.

Sobre a competência e função da universidade, apresentando-a como de caráter universal e que transcende aos interesses particulares e ideológicos, Fialho, visto em Romano (1998, p. 25), enfatiza essa questão, destacando que

a função social da universidade é a de ser universidade, deixando de constituir-se numa caixa de ressonância de interesses partidários, ideológicos, religiosos, e cujo ‘compromisso’ é, sua natureza, universal e eminentemente ético (grifo do autor).

Para Fialho (1998, p. 25),

a universidade vem sendo desafiada a exercer o papel propulsor no desenvolvimento da ciência, numa época em que se supera a idéia de conhecimento científico como um bem puramente cultural e na qual a transição se reflete em todos os níveis da produção humana.

Ainda sobre as possibilidades de transformações em virtude da presença das universidades, Bosi (1998, p. 14) afirma:

a existência de uma boa universidade pública basta muitas vezes para transfigurar a vida de uma cidade. Através do conhecimento que produz e das pessoas que forma, ela irá colaborar ativamente para o progresso material, a melhoria da qualidade de vida e o ambiente cultural.

Segundo Lopes (2003), as universidades públicas são entidades sem fins lucrativos, mas que proporcionam múltiplos serviços, inclusive alguns não observáveis diretamente, como, por exemplo, o crescimento econômico da região e o resgate da cultura local. Tal afirmação conota o grau de importância da universidade pública no que tange ao desenvolvimento regional, o que, muitas vezes, é posto no crivo do sistema neoliberal, que sugere sua privatização como uma alternativa a todos os problemas observáveis nela.

Para Boaventura e Barros (2005), o ensino superior privado acabou sendo protagonista do processo de expansão do sistema educação-desenvolvimento em virtude da incapacidade do setor público em prover recursos para atender às necessidades da sociedade brasileira no que concerne à formação de capital humano e tecnológico. Segundo os autores, o crescimento das instituições privadas tem sido maior do que o das públicas, por exemplo, de 1998 a 2002, as IES privadas dobraram de 764 para 1.460, enquanto as públicas tiveram seu número reduzido de 209 para 190.

As instituições de ensino superior privadas, no entanto, têm um contexto diferenciado no processo de desenvolvimento, visto que sua sustentação provém do pagamento de mensalidades. Tratando desse assunto, Lopes (2003, p. 29) destaca que

na universidade privada, os recursos relacionados ao seu funcionamento provêm do pagamento de mensalidades pelos alunos, sendo, portanto, subtraídos da própria economia dos municípios onde se localiza. No caso das universidades privadas, a adição de valor a economia municipal restringe-se aos convênios e aos gastos de alunos oriundos de outros municípios.

A atribuição das universidades públicas como sendo parceiras de políticas públicas e de desenvolvimento regional fundamenta-se na sua própria característica de extensão do Estado, pois, como afirma Araújo Júnior (1995, p. 58),

órgãos públicos são instituídos para desempenhar as funções do Estado, ou seja, são a sua estrutura, motivo pelo qual não têm personalidade

jurídica própria, pois não são considerados pessoas, por ser parte integrante do próprio Estado.

Importa destacar, entretanto, que a universidade pública não se constitui como uma secretaria de governo; sabe-se que não é papel dela realizar as funções intrínsecas do poder público. Apesar de se discutir muito sobre o seu desempenho, levando-se em conta essa questão, é importante diferenciar suas atribuições. Um fato interessante, nesse contexto, é sua força nas intervenções dos problemas de caráter social, o que a apresenta como parceira do poder público.

Parafraseando Lopes (2003), o que a universidade pública devolve para a sociedade nada mais é do que os impostos pagos pelos cidadãos. Mas a contribuição que uma instituição desse nível presta à região pode ser bem maior do que a simples devolução das taxas públicas. A presença de uma universidade já se constitui uma possibilidade de contribuir para o desenvolvimento social e econômico de determinada região.

A falta de projetos realizados com base em fundamentos éticos e científicos pode levar ao desenvolvimento de práticas mais fáceis e prejudiciais como a utilização das comunidades, apenas, para pesquisas com fins à obtenção de títulos. Esse tipo de ação leva a instituição a cair no descrédito, desgastando sua relação com a população e inviabilizando a função universitária na promoção do retorno social dos resultados das pesquisas realizadas. Brose (2000) destaca que projetos mal elaborados, além de refletirem em gastos altos e desnecessários, não resolvem os problemas da população. Verifica-se, então, que a preocupação na elaboração dos projetos deve estar centrada no ser humano, na busca pelo seu desenvolvimento.

Os projetos do Estado (que são realizados via uni-

versidade) e os projetos de extensão da própria universidade contribuem para o desenvolvimento das comunidades. Além disso, a presença da universidade cria uma nova realidade no contexto regional e, mesmo de forma indireta, institui novas ações comerciais, favorecendo o desenvolvimento econômico, como o surgimento de pousadas, restaurantes e outros ramos do comércio.

Segundo Fontes (2002, p. 5),

o bairro, por sua contigüidade com o campus universitário, apresenta uma *performance* diferenciada com relação aos demais bairros dessa categoria, quando observa-se o surgimento de equipamentos comerciais (pousadas, albergues, restaurantes, bares, quiosques, padarias, sorveterias etc.) que visam principalmente a demanda gerada pela universidade. Outro aspecto importante é o fluxo de projetos de extensão e pesquisa direcionados a este bairro por parte da comunidade acadêmica e que vem gerando uma expectativa de mudanças.

A presença da universidade pública contribui, de maneira singular, para a transformação do espaço geográfico da área de sua influência, caracterizando um mecanismo de mudança socioambiental e econômica.

A importância de uma universidade pública vem sendo observada pelas transformações que têm surgido principalmente em localidades do interior, em que a movimentação de recursos, a visibilidade e as migrações para essas regiões geram crescentes possibilidades de desenvolvimento. Bovo (1999, p. 25), enfatizando a presença da Unesp no interior paulista, deixa claro que,

dessa forma, razões históricas e politicamente determinadas fizeram da Unesp uma

‘universidade do interior’. E, uma vez inserida regionalmente nos centros polarizadores do desenvolvimento, ela passou a apresentar uma condição privilegiada para analisar, diagnosticar e propor soluções para problemas decorrentes do desenvolvimento no interior do Estado. Em poucos anos, ela passou a ser uma importante interlocutora e parceira no planejamento e implementação das políticas públicas por parte de inúmeros municípios paulistas (grifo do autor).

A ideia de se conceber a universidade como fonte de desenvolvimento depende muito de ações internas e externas a ela. Internamente, a luta pela valorização dos servidores e melhor receptividade aos estudantes e a comunidade podem servir como apoio e referência para os grupos de pressão que buscam uma melhor universidade, que preze, acima de tudo, pela função social de bem servir aos que pagam os impostos para sua manutenção.

Os projetos de extensão são mecanismos que podem contribuir socialmente e interferir na economia e no desenvolvimento das localidades dentro do contexto universitário. Segundo Avaliação (2001, p. 27),

a extensão universitária, como prática acadêmica, deve dirigir seus interesses para as grandes questões sociais do país e àquelas demandadas pelas comunidades regionais e locais.

As universidades possuem muitas possibilidades de interferir no contexto social, atuando através de projetos e desenvolvendo novas tecnologias e conhecimentos. Segundo Pena Júnior e Valéry (2006), seja através de projetos sociais, ou do estímulo a projetos existentes, ou na criação de novos, seja criando incubadoras de empre-

sas cooperativas para prestar assessoria técnica e outros serviços de cunho tecnológico, as universidades, através de seus projetos de extensão, têm total possibilidade de funcionar como um sistema fomentador. Tal afirmação demonstra que a prática de ensino universitário ultrapassa os limites da sala de aula e apresenta a universidade como um mecanismo de transformação da sociedade. Sobre esse tema, o Plano Nacional de Extensão Universitária (2001, p. 33) elucida que,

quanto ao ensino, discute-se e aprofunda-se um novo conceito de sala de aula, que não se limite ao espaço físico da dimensão tradicional, mas compreenda todos os espaços, dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi, inter e transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática.

Assim como cresce a necessidade de se buscar um novo direcionamento para a educação do país, torna-se necessário criar condições para que haja um trabalho digno frente à população mais carente. Através da universidade, é possível trabalhar as desigualdades sociais com ações que busquem aumentar o grau de informação entre as pessoas da comunidade e, conseqüentemente, uma alternativa de mobilidade social e econômica.

A universidade precisa trabalhar sua função social, assegurando à população melhores condições de ingresso ao seu corpo discente, como forma de garantir uma possibilidade de ascensão social.

A incorporação da presença das instituições públicas de ensino superior em seus espaços regionais pode representar um diferencial para o contexto local. Essa incorporação permite que as atividades realizadas nas universidades visem ao crescimento interno e,

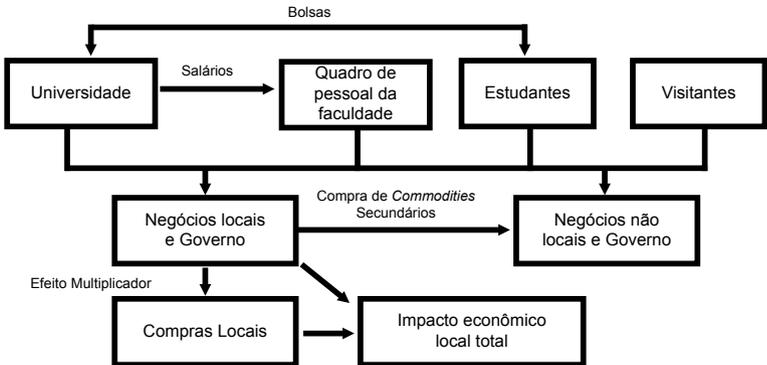
consequentemente, reflitam no processo de desenvolvimento regional. Assim sendo, Cartibani (2004, p. 8) afirma que

a instalação de uma instituição universitária em um determinado lugar ganha contornos socioespaciais pela incorporação do contexto econômico, político, cultural e histórico do seu entorno nas funções que exerce, assumindo importância singular na dinâmica dos processos de desenvolvimento, articulados com a utilização dos espaços regionais.

Essa visão também é compartilhada por Kosempel (1995), pesquisador que realizou um estudo na Universidade de Victória, localizada na província de Colúmbia Britânica, nos Estados Unidos, buscando analisar os impactos econômicos dessa universidade. Constatou-se que a Universidade de Victória proporciona benefícios econômicos significativos para a região de sua abrangência. Observa-se que ela é responsável por atrair muitos visitantes, o que gera renda local também nas conferências, cerimônias, exposições e outros eventos. A FIGURA 2, citada por Kosempel (1995, p. 8), faz um apanhado geral sobre os impactos econômicos gerados pela presença de uma universidade em determinado local.

Para Brose (2000), o melhor aproveitamento dos recursos locais é a base para a melhoria da qualidade de vida junto ao crescimento econômico local. Com base nessa afirmação, percebe-se que a movimentação ocasionada pela presença da universidade subsidia esse processo.

FIGURA 2 – Fluxograma do impacto da universidade na economia local



Fonte: Kosempel (1995, p. 8).

Nota: Adaptação José Ricardo Rosa dos Santos, 2008.

A FIGURA 2, além de apresentar os principais públicos de uma universidade, representa também o potencial de uma instituição de ensino superior em gerar renda pela relação constituída por esse público.

Complementando esse pensamento, Bovo (1999, p. 27) destaca que

a movimentação de recursos financeiros por meio do pagamento dos salários de professores e de funcionários; dos investimentos em obras e equipamentos; das demais despesas de custeio; dos gastos dos alunos oriundos de outras cidades cujo montante aumentava à medida que novos cursos iam sendo criados e novas vagas eram abertas nos já existentes constituem um conjunto de fatores que passaram a exercer um efeito dinâmico e multiplicador sobre as atividades econômicas locais.

Outra observação importante de Kosempel (1995) é sobre o desenvolvimento econômico das universidades tido como uma ação em longo prazo. Os

trabalhos apresentados sobre o desenvolvimento econômico das localidades que possuem instituições de ensino superior valorizam os impactos referentes aos pagamentos de salários, aos gastos com manutenção, entre outros. Segundo Kosempel (1995), mais importante do que o impacto econômico é o impacto referente à produção de capital humano e tecnológico, que, de fato, tem participação importante no desenvolvimento, gerando resultados ainda maiores, mesmo que em longo prazo.

A universidade e a localidade em que está inserida precisam se relacionar, articulando ideias e propostas com vistas a uma reciprocidade de benefícios. Pensar a instituição sem considerar seu contexto regional significa deixar de fora toda uma ideia de que a formação da universidade depende da região onde está lotada e que tem como função propiciar o desenvolvimento regional e nacional.

Conforme explicita Cartibani (2004, p. 3),

a articulação entre universidade e contexto regional remete à consideração de que a localização geográfica constitui-se um importante indicador da inter-relação existente entre os fatores que particularizam as instituições universitárias, quando analisadas nos seus contextos locais.

A localização das universidades possibilita integração e articulação com as localidades, gerando novas concepções e sugerindo mudanças regionais; por isso a função dessas instituições vai além da simples transmissão de conhecimento ou formação de mão de obra específica.

As atividades inerentes às universidades oferecem à

sociedade recursos importantes para o processo de desenvolvimento. Todas as atribuições e atividades referentes às universidades devem ter a população como principal beneficiária.

Segundo Bovo (1999, p. 88),

é preciso ressaltar outro aspecto de fundamental importância na avaliação dos serviços prestados pelas universidades. Trata-se do capital social acumulado que incorpora, além da infraestrutura existente, o conhecimento e a experiência de seus docentes e funcionários, os métodos, as técnicas e os processos desenvolvidos, especialmente por meio das pesquisas, e que são incorporados aos serviços prestados à população.

Bovo (1999, p. 88) destaca ainda que

é este capital, acumulado durante várias décadas, que lhes permite proporcionar gratuitamente um elevado padrão de ensino, pesquisa e extensão (prestação de serviços à comunidade). Esse conhecimento acumulado não pode ser medido, mas revela a importância do papel social das universidades públicas.

A presença da universidade pública é importante não só pela função social e econômica que exerce, é também fonte de conhecimento, de cultura e de compreensão política. Encontram-se, nela, os pensamentos que são a origem das transformações e os mecanismos necessários para sua execução.

Segundo Bosi (1998, p. 1),

sem a universidade pública, conheceríamos muito mal nossa história e geografia, nossa

flora e nossa fauna, não teríamos as novas variedades de cana-de-açúcar e de milho híbridos adaptadas ao nosso solo e ao nosso clima. O Brasil, enfim, seria outro país, infinitamente mais atrasado e certamente pior para se viver.

O conhecimento que é acumulado e transmitido nas universidades públicas é sustentáculo para qualquer nação e não representa apenas um exercício técnico institucional. Brose (2000) destaca que o acesso à informação (ao conhecimento) é importante no processo de desenvolvimento, sendo capaz de impulsionar a verdadeira democracia, na qual o cidadão participa das decisões políticas e compartilha da transformação da sociedade. Nesse sentido, o conhecimento passado pelas universidades representa, acima de tudo, o poder, a independência e a autonomia nacional.

Para Boaventura e Barros (2005), diversos trabalhos têm evidenciado o uso da educação como instrumento de desenvolvimento econômico, sugerindo uma melhoria de renda dos indivíduos em até 1,5 vezes devido à capacitação promovida pelo ensino superior, principal indicador do aumento da capacidade produtiva da população qualificada, pressuposto da teoria do capital humano, que implica, também, na possibilidade de aumento da renda gerada na economia como um todo.

As forças e fraquezas da nação podem e devem ser estudadas e conhecidas pelas universidades, o que gera condições para que o país possa utilizar bem essas informações e, através delas, buscar soluções para os diversos problemas nacionais. Assim sendo, na percepção de Maar (1997, p. 20), a universidade pública é

uma instituição que que dá acesso ao que há

de moderno no mundo, que é uma espécie de espaço, uma espécie de laboratório das melhores culturas que circulam ali, e ao mesmo tempo, onde se cultiva a autonomia. É um espaço onde as pessoas lêem livros e isto nós temos que preservar e melhorar.

É visível a importância das universidades, sobretudo as públicas, pois elas são o canal que liga o passado com o futuro, que proporcionam conhecimento e desenvolvimento, que dão sustentação econômica e política à nação; daí a necessidade de conservá-las e buscar seu progresso e melhoramento. Tal ação reflete, direta e indiretamente, na sociedade, gerando o desenvolvimento local, regional e nacional.

A busca pela industrialização (e pelo conseqüente desenvolvimento econômico) no país exigiu uma participação mais ativa do governo no que concerne à política de ensino superior. Percebeu-se que a modernização do país dependeria não apenas de indústrias, mas também de outros recursos para o funcionamento delas. As universidades teriam esse perfil e, por isso mesmo, exerceriam um papel fundamental nesse processo.

Conforme Bovo (1999, p. 27),

uma das manifestações deste ciclo foi o desencadeamento do processo de descentralização e interiorização da indústria que passou a exigir, também de forma descentralizada, a formação de nível superior que a modernização do país passava a demandar.

A universidade pública apresenta suas atribuições ligadas ao ensino, pesquisa e extensão; porém, além dessas características que lhe são inerentes, sua presença

reflete na transformação e na expectativa de melhoria da sociedade. Conforme discorre Midlej (2004, p. 90),

a natureza associativa das universidades é atribuída sua longevidade e sua capacidade de adaptação aos requerimentos da sociedade em constante transformação.

Segundo Bovo (1999, p. 83),

o artigo 207 da Constituição brasileira estabelece que as universidades devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. Isso significa que, além de sua principal função que é a formação de recursos humanos, as universidades têm dois outros compromissos com a sociedade: o desenvolvimento da pesquisa básica e o atendimento dos problemas da comunidade na qual está inserida. Nesse sentido, a avaliação do retorno dado pelas universidades à sociedade deve pautar-se pela qualidade destas atividades-fins que a ela cabe desenvolver.

Através de seu tripé de atuação, a universidade pública realiza sua função social, aumentando as possibilidades de desenvolvimento regional. Por isso mesmo, a avaliação dessa atividade, dentro de um panorama socioeconômico, deve levar em consideração a qualidade e o grau de retorno à sociedade.

Vê-se, portanto, que a universidade pública é bem mais do que um projeto político, a existência dela está ligada intrinsecamente à função social de formar pessoas, fomentar pesquisa e, em consequência, contribuir com o desenvolvimento da sociedade. Por este motivo, Bosi (1998, p. 20) afirma que

enquanto os projetos políticos se restringem, no mais das vezes, aos quatro anos de cada mandato e, aquele da iniciativa privada, ao tempo de retorno do capital investido, a universidade pública vive pelo relógio da pesquisa e não teme problemas complexos como a saúde pública, a questão urbana, a iniquidade social em todas as áreas. É mais um motivo para preservá-la.

Além de executar suas tarefas básicas, as universidades detêm árduo desafio: crescer acompanhando as transformações da sociedade. Elas precisam ter como princípio a formação do homem, aquele capaz de discernir entre o bem e o mal e de assumir seu papel como cidadão, podendo, assim, interferir positivamente na mudança e no conseqüente desenvolvimento da sociedade. Para Brose (2000, p. 30),

o desenvolvimento significa, antes de mais nada [sic], um processo de expansão das possibilidades do indivíduo. De que cada pessoa tenha um conjunto cada vez maior de possibilidades e liberdades de como estruturar sua vida, sem, porém, desconsiderar a liberdade de escolha das gerações futuras.

A grande relevância das universidades públicas, sejam elas federais ou estaduais, é notória, refletindo no desenvolvimento local, regional e nacional. Sabe-se o quanto é importante para o país a produção do conhecimento e quanto é necessário seu acesso pela população. Infelizmente, os países subdesenvolvidos ainda precisam avançar muito nesse aspecto, buscando, através da educação, uma alternativa real de desenvolvimento.

Segundo Antunes (2002, p. 19),

a educação interfere no tempo, e, melhorando-se a qualidade do fator humano, modifica-se por completo o quadro do país, abrem-se possibilidades de desenvolvimento muito maiores. Não há país que tenha conseguido se desenvolver sem investir consideravelmente na formação de gente.

Brose (2000) considera que a educação é a resposta para que os jovens tenham possibilidade de ascensão social e econômica, que as desigualdades sejam reduzidas e que haja melhor distribuição do poder político-econômico na sociedade.

No que concerne à educação superior, o Brasil ainda apresenta a universidade pública como quimera da maioria da população, evidenciando tal instituição como modelo de exclusão social e de manutenção de classes hegemônicas. Essa característica desvincula o verdadeiro papel da universidade por fugir de sua função de socializar conhecimento, colaborar para a uniformidade e desenvolvimento da região de sua abrangência e possibilitar a ascensão social.

Segundo Barreto *et al.* (1990, p. 87),

em períodos passados confundia-se o acesso e a conclusão do ensino superior com o preparo para o exercício de papéis sociais, políticos e econômicos atribuídos às elites. E, hoje, de modo ainda acentuado, os melhores segmentos desse ensino ainda são reservados a essa função. Ao mesmo tempo, porém, parcelas crescentes dos estratos médios e mesmo inferiores da sociedade procuram ter acesso ao ensino de terceiro grau como canal de ascensão e de mobilidade.

A abundância de pesquisas realizadas nas instituições ajuda na autonomia e no crescimento da nação, criando a possibilidade de independência científica e tecnológica, além de ajudar nas políticas de melhoria das condições de vida das pessoas.

A formação de capital humano com capacidade crítica, visando atender às áreas de relevância social, econômica e cultural, fundamenta também o papel das universidades públicas, segundo postula Maar (1997, p. 19),

onde se produz pesquisa, e se produzem pesquisadores, onde se gera cultura e se produz criadores, onde se escrevem os livros didáticos do 2º e 3º graus, onde se formaram os professores do 2º e 3º graus, todos os profissionais, onde se formaram todos os integrantes do atual governo. A universidade é competente.

Mesmo apresentando a prática de sustentação do modelo econômico capitalista, através da busca pela melhor tecnologia de produção e pela capacitação da mão de obra, a presença da universidade pública caracteriza um forte modelo de atendimento às necessidades da população, atuando como fonte geradora e inspiradora de desenvolvimento.

Bovo (1999, p. 20) afirma que

no Estado de São Paulo foram criadas inúmeras escolas públicas de nível superior que atendiam um dos Planos de Metas, ou seja, a formação e especialização de mão de obra para dar suporte ao desenvolvimento tecnológico desse país.

A mão de obra formada nas universidades atinge

as camadas populares de maneira ainda tímida, e a cultura que é desenvolvida por elas apresenta-se também excludente e defensora de grupos hegemônicos.

Segundo Fialho (1998, p. 26),

as pressões, hegemonicamente construídas, para compreender a universidade segundo uma visão dualista: ora como agência de formação de recursos humanos – mais restritamente, mão de obra para o mercado de trabalho –, ora como instituição encarregada da cultura doutra, erudita – distante das necessidades básicas da sociedade e dos povos.

A participação da universidade na sociedade é percebida através das várias de suas ações. As pesquisas produzidas, as atividades extensionistas e a formação de capital humano (entendido como estoque de competências, qualidades e aptidões) geram desenvolvimento. Para Brose (2000), as funções das universidades como a educação, a tecnologia, a pesquisa, a extensão e a formação são extremamente importantes para que haja o desenvolvimento sustentável.

Tendo a sociedade como a principal financiadora dessa instituição, a intensificação de pesquisas, a formação em áreas estratégicas do desenvolvimento, a ampliação das vagas e das ações extensionistas e a maior acolhida às minorias deveriam estar em constante movimento de melhoria, ampliação e execução, fazendo valer o verdadeiro papel da instituição pública.

As universidades públicas não têm sua importância ligada apenas ao retorno financeiro apresentado através de seu investimento na sociedade. Elas apresentam também eficácia na atração de recursos e investimentos, além de formar capital humano. Borges (2004, p. 27) afirma que

conhecer o montante de recursos que é injetado na economia local através da universidade, principalmente sendo ela pública, mantida pelos contribuintes, torna-se necessário como forma de se avaliar o seu retorno financeiro para a comunidade e, também, a sua importância enquanto força atrativa de investimentos.

Sua grandeza e capacidade em atrair investimentos, tanto públicos como privados, são apenas algumas de suas atribuições. O ensino, a pesquisa e a extensão, utilizando-se de rigorosos critérios de qualidade, atualização constante e autoavaliação, com vistas à atuação democrática e participativa, também são primordiais para o funcionamento da universidade pública.

Para Maar (1997, p. 16),

a universidade é o lugar da competência e da democracia. É associando a competência com a democracia que ela pode possibilitar outra forma de desenvolvimento a partir de mecanismo de produção de ciência e de discussão cultural e artística.

De nada vale à universidade se ela não apresentar, em sua estrutura, a combinação da competência com a decisão colegiada e democrática. Um grande exemplo do funcionamento da universidade pública, que serve de modelo para o desenvolvimento da sociedade, é o processo de decisão fundamentada nas discussões colegiadas.

A democracia e as decisões coletivas constituem a base para que a universidade caminhe com tranquilidade e possa crescer. Para Fialho (1998, p. 38), “a universidade não é um objeto dado nem uma forma eterna e o sentido da sua missão é uma construção necessariamente

coletiva”. Junto a isso, o bom funcionamento da universidade depende também da valorização das pessoas que fazem parte dela: corpo docente, técnico e discente. Fialho (1998, p. 37) argumenta sobre a necessidade de renovação da universidade, afirmando que

a revitalização da universidade passa pela valorização dos seus professores e técnicos, pela renovação das suas práticas organizacionais e acadêmicas, pela formação integral do estudante.

Apesar de toda a crítica feita às universidades públicas, inclusive de sua suposta identificação com a exclusão social, o potencial de desenvolvimento socioeconômico que delas se evidencia é inquestionável.

As concepções deste trabalho levam em conta o conceito de desenvolvimento local, que vê, na universidade pública, um importante agente. Uma abordagem sobre o desenvolvimento local/endógeno e sobre a importância da presença da universidade pública nesse contexto será exposta a seguir.

1.1 Conceito de desenvolvimento local

Muitos ainda confundem desenvolvimento com crescimento. É importante perceber que os dois termos, apesar de terem sentidos aparentemente iguais, são diferentes e nem sempre são conjugados. O crescimento econômico é necessário para o processo de desenvolvimento local, porém, não é “suficiente”. Ele, por si só, não garante a existência de justiça social e nem de uma melhoria de vida para a população. Segundo Souza (2007), o desenvolvimento econômico está relacionado,

basicamente, ao crescimento econômico e à modernização tecnológica. Já Fonseca (2006, p. 11-12) conceitua o desenvolvimento, diferenciando-o do crescimento:

o desenvolvimento é um processo que busca a melhoria da eficiência na alocação dos recursos públicos, o fomento à equidade da riqueza e do emprego e a satisfação das necessidades presentes e futuras da população, tendo sempre em conta um adequado uso dos recursos naturais e do meio ambiente. Em outras palavras, desenvolvimento não é sinônimo de crescimento. Enquanto este último representa o aumento no acúmulo de riquezas geradas pelos agentes econômicos instalados num país ou região, o desenvolvimento significa o resultado da melhor utilização possível, em termos de bem-estar social junto ao conjunto da população desse país ou região, dessa riqueza.

Complementando esse raciocínio, e também diferenciando desenvolvimento de crescimento, Madeira (2006, p. 38) destaca que

o desenvolvimento está associado à melhoria da qualidade de vida da população, complementar à visão do desenvolvimento econômico, que baseia-se, principalmente, como diz o nome, em fatores puramente econômicos (que geralmente refletem-se em fatores sociais, mas não necessariamente nem claramente). O crescimento difere do desenvolvimento, embora este pressuponha aquele.

Para Brose (2000), o desenvolvimento está relacionado à democracia, à cidadania, à igualdade de direitos, à melhoria da qualidade de vida e, principalmente, ao

processo de expansão das possibilidades de escolha do indivíduo, que preconizam as áreas políticas, econômicas, sociais e culturais. Souza (2007, p. 97), por sua vez, destaca também que

o desenvolvimento econômico tende a não se fazer acompanhar de uma melhoria nos indicadores sociais. Em outras palavras, é preciso reconhecer também que o sistema político, os valores e padrões culturais e, deve-se acrescentar, a organização espacial devem ser adequadamente considerados. Tudo isso junto, e não somente o aumento da produção de bens e o progresso técnico/tecnológico na produção desses bens, irá influenciar os níveis de bem-estar e de justiça social em uma sociedade.

A preocupação com a condição de vida, com a justiça social e com os valores culturais supera a base unicamente econômica e gera uma nova opção de mundo. A universidade pública, por exemplo, tem potencial para gerar crescimento econômico, tanto por sua função (produzir ciência, tecnologia e capital humano), quanto pela movimentação econômica gerada por sua presença, porém é dentro de uma visão mais ampla que se busca a definição de sua presença nas localidades das quais faz parte.

O desenvolvimento deve surgir com medidas que venham fortalecer a sociedade, através de ações que envolvam a produção de riqueza junto ao cuidado com o social e o ambiental, conforme afirma Souza (2007, p. 100):

o desenvolvimento é, nos seus termos mais simples, um processo de mudança para melhor, um processo incessante de busca de mais justiça social e melhor qualidade de vida para

o maior número possível de pessoas – e isso exige, tanto em matéria de análise de problemas quanto de formulação de estratégias para superação dos problemas, não somente a consideração das várias dimensões que compõem as relações sociais, mas também uma visão de como essas relações se concretizam no espaço.

O modelo de desenvolvimento que se apresenta, enfatizando mais a parte econômica do que a socioambiental, não atende toda a população, pois concentra renda e não diminui a pobreza. Comparando o crescimento econômico, com base no Brasil, Brose (2000) destaca que a redução da pobreza no país não deve ficar na dependência do crescimento da economia brasileira.

Fonseca (2006) destaca que as teorias e políticas de desenvolvimento local sofreram modificações em virtude das mudanças iniciadas na década de 1970, sendo elas:

- modificações nos processos produtivos;
- declínio de regiões fortemente industrializadas;
- rápida ascensão econômica de novas regiões.

O modelo de desenvolvimento, até esta década, baseou-se na concepção “de cima para baixo”, tendo como parâmetros a centralização das decisões políticas do Estado para o desenvolvimento e o crescimento econômico baseado nos chamados “polos de desenvolvimento”. A estratégia utilizada com os “polos de desenvolvimento” era o alto investimento nas grandes indústrias, que funcionariam como “efeito dominó” de crescimento. A grande concentração de recursos proporcionaria a dinâmica da economia através do aumento do emprego e renda e agiria como multiplicadora de crescimento/de-

envolvimento.

O processo de produção tinha como base o modelo fordista, através da fabricação em grande escala, e os investimentos estrangeiros diretos eram uma das formas de sua sustentação. A instalação das indústrias em locais atrasados estimularia o crescimento da região, tornando-a polo de desenvolvimento.

Oliveira (2002, p. 24) enfatiza que

o modelo de acumulação fordista predominou até meados dos anos de 1970. Era um processo produtivo centralizado, sequencial, em que a estrutura predominante era a hierárquica, com funções específicas. O uso de insumos, principalmente o de energia, era ilimitado, contribuindo para o fortalecimento da indústria.

Caberia ao Estado centralizar as políticas de ampliação econômica e social, atuando como interventor, através de procedimentos atrativos, para a instalação das grandes empresas e o direcionamento das ações centralizadas para a diminuição das desigualdades regionais.

Segundo Fonseca (2006, p. 12),

a primeira geração, ainda muito em voga em nosso país, corresponde à atração de empresas para regiões periféricas, caracterizando-se como medidas de desenvolvimento exógeno, o qual canaliza uma parte do crescimento global da economia nacional para as regiões periféricas. Esse processo esteve muito presente nas décadas de 1960 e 1970. A idéia era formar pólos de crescimento, que estimulariam a expansão das regiões mais atrasadas.

As transformações de caráter político, econômico e

ideológico ocorridas nas décadas de 1960 e 1970, são fruto de acontecimentos históricos e de grande influência. A reconstrução da sociedade, em virtude do pós-guerra e da guerra fria, é um dos exemplos desses acontecimentos.

A busca de uma solução para a crise mundial proveniente desses e de outros fatores levou o Brasil a utilizar o modelo exógeno de desenvolvimento, que se caracterizava por implementar políticas com base na ideia de “integração nacional”, com a concentração política e de redução das diferenças regionais através de processos produtivos com base no fordismo. Sobre isso, Guerra e Góes (2007, p. 3) afirmam que

durante muito tempo, as políticas de desenvolvimento econômico, especialmente em países periféricos, se caracterizavam pelo caráter concentrador, baseado na grande empresa e nos investimentos estrangeiros diretos, características estas que guardavam aderências com o modelo de produção fordista.

Lopes (2003) destaca que o desenvolvimento local, nas abordagens tradicionais, tinha como características: adequação dos governos locais às decisões do governo central, com o objetivo de determinar, através de políticas compensatórias e redistributivas, o desenvolvimento geral; o estabelecimento dos “polos de crescimento”; e as transferências de capital e tecnologia, para mobilidade de bens e fatores de produção entre as regiões.

Apesar de o referido modelo de desenvolvimento exógeno ter proporcionado alguns efeitos positivos para as regiões, como o aumento do emprego e da renda, a transferência de recursos do Estado, a entrada de investimentos externos, a pouca relevância, a competitividade e o descuido com o progresso tecnológico e da inovação

fragilizaram sua manutenção. Para Moraes (2003a), o investimento estrangeiro e o contexto externo favorável não significavam solução. Mesmo sendo aspectos importantes não eram garantia de bases sólidas de desenvolvimento e nem suficientes para superar a pobreza.

Para Guerra e Góes (2007, p. 6),

as questões relativas às particularidades da geração e difusão das inovações em âmbito local/regional foram pouco exploradas por estes modelos de desenvolvimento regional.

Com a intensificação do processo de globalização e o desenvolvimento tecnológico e de comunicação, a queda do modelo clássico de desenvolvimento tornou possível o surgimento de um novo paradigma produtivo com base na flexibilidade.

Para Barquero (2001), a globalização, apesar de ser um fenômeno antigo, destaca-se, nas suas atuais atribuições, onde a informação e o uso de novas tecnologias permitem a criação de redes de produção em nível global. A globalização representa o antigo e o novo, introduz vários elementos novos, como o processo de internacionalização do capital; é irreversível e, embora predomine o lado ruim, como o domínio do grande capital, possui aspectos sociais positivos, como a facilidade de comunicação e transporte (SOUZA, 2007).

As mudanças geradas por esse fenômeno são responsáveis pela formação de um novo paradigma econômico baseado na formação de redes de empresas, flexibilização econômica, aumento e melhoria dos processos de produção e a competitividade das cidades e regiões.

O QUADRO 1 apresenta as mudanças ocorridas na passagem da velha economia (fordista) para a nova economia (neo-fordista). Os autores citados por Lopes (2003) defendem

que essas mudanças são responsáveis pelo engrandecimento do poder local dentro do sistema econômico global.

QUADRO 1 – Demonstrativo dos atributos da velha e nova economia

Atributos	Velha Economia	Nova Economia
Forma organizacional	Integração vertical	Redes horizontais
Competição	Nacional	Global
Mercado	Estável	Volátil
Competição internacional	Média	Alta
Mobilidade geográfica dos negócios	Baixa	Alta
Papel do Governo	Interventor	Regulador
Características da força de trabalho e do trabalho		
Relação hierárquica	Confronto	Colaboração
Habilidades	Habilidades específicas	Habilidades genéricas e treinamento constante
Requisitos educacionais	Trabalho especializado	Aprendizagem na vida e no trabalho
Objetivo político	Emprego	Aumentar salários e rendas (produtividade)
Características da produção		
Recursos	Materiais	Informações e conhecimento
Relacionamento com outras firmas	Empreendimentos independentes	Aliança e colaboração
Origem das vantagens competitivas	Economias de aglomeração	Inovação e qualidade
Origem da produtividade	Mecanização	Digitalização
Determinantes do crescimento	Capital/trabalho/terra	Inovação e conhecimento
Papel da pesquisa e inovação	Moderado	Alto
Tipo de produção	Produção em massa	Produção flexível
Características da infraestrutura		
Forma	Rígida (física)	Suave (inf. e organização)
Transporte	Rodovias (demorado)	Informática (rápido)
Fluxo organizacional	Altamente regulado	Desregulamentação
Telecomunicação	Fios de cobre	Radiocomunicação e F. ótica

Fonte: Lopes (2003, p. 42).

Segundo Lopes (2003, p. 41),

um aspecto marcante da velha economia é que os altos níveis de governo eram usados para conduzir o desenvolvimento. Na nova economia, o desenvolvimento é, muitas vezes, mais eficientemente conduzido por auto-organização endógena e processos de auto-ajustamento.

Percebem-se, no quadro, muitas diferenças entre as duas economias. Contudo, algumas mudanças foram significativas e fundamentaram a teoria de desenvolvimento endógeno, como a participação do governo como regulador e não interventor; a competição em âmbito global, não mais nacional; a produção flexível ao invés da produção em massa; a informação e o conhecimento ao invés de recursos materiais e a utilização de novas tecnologias. Essas características fizeram com que surgissem novos espaços produtivos, proporcionando às cidades e às regiões uma situação de baluarte no processo do desenvolvimento.

A globalização gerou efeitos que modificaram o processo político e econômico mundial, gerando um novo sistema produtivo e de relações. Ela apresenta a localidade como sendo uma das bases para os processos de crescimento econômico, social e político. O desenvolvimento econômico tem, no local, uma de suas bases, seja no campo produtivo, competitivo ou político. O poder local ganha força nesse processo, tendo em vista a concepção de que as potencialidades e fraquezas das localidades são inerentes também ao contexto local, e não somente ao poder central, como defendido anteriormente.

Essas mudanças tiveram como base o município, enquanto uma instituição ativa e geradora de novas for-

mas de participação e de promoção do desenvolvimento local. Nos países latino-americanos, como é o caso do Brasil, esse fortalecimento do município ocorreu devido ao contexto de redemocratização e de consequente política de descentralização, conforme destaca Fonseca (2005). As inovações institucionais de 1988 levaram os municípios brasileiros a canalizar as iniciativas de busca por soluções para os mais diversos problemas sociais, levando-os a serem protagonistas no processo de desenvolvimento.

Dentro da esfera de desenvolvimento local, vários temas são debatidos e discutidos e já se tornam comuns no contexto mundial e nacional, são eles: capital humano; capital social; redes; economia solidária; gestão de governo, dentre outros, são exemplos desses tópicos e, junto com a propagação de que o “local pode tudo”, redefinem a estrutura econômica no mundo.

O que prevalece, nesse sentido, é que o espaço local, desde que seja uma escala de atuação dos agentes que operam fortalecendo a região, com colaboração, compromisso, lealdade e coletividade entre os agentes locais, gera desenvolvimento econômico, sobrevivendo diante da força da globalização.

São várias as abordagens que tratam desse assunto, por isso são apresentadas no QUADRO 2 as principais vertentes que fundamentam o desenvolvimento local, com base na endogenização e na fundamentação do trabalho. Cabe lembrar que esses conceitos podem se desdobrar em outros, ou convergir entre si, pela literatura vigente e, no entendimento do pesquisador, pode haver a necessidade de fundir essas concepções.

QUADRO 2 – Demonstrativo das vertentes teóricas do desenvolvimento local

Vertente teórica/analítica	Principais autores e obra seminal	Eixo de análise e ideia-força
Acumulação flexível	Piore e Sabel (1984)	Substituição da produção em série e em massa fordista pela especialização flexível.
Teoria do crescimento endógeno	Romer (1986 e 1990) Lucas (1988 e 1990)	Reconhecendo a existência de rendimentos crescentes e economias de escala colocam as taxas de crescimento como determinadas pelo comportamento e pelas decisões adotadas endogeneamente pelos participantes do mercado e por políticas públicas que amenizem as “falhas de mercado” e possam melhorar o ambiente institucional e endógeno do local. Mais recentemente, destacam o papel da acumulação do capital humano (habilidade individual e nível educacional).
Capital Social	Putnam (1993)	Vantagens do acúmulo de confiança e solidariedade e o papel virtuoso da tradição da comunidade cívica, buscando o sentido do “bem comum”.
DLIS – Desenvolvimento Local Integrado Sustentável	PNUD (Banco Mundial)	Ativismo local a fim de criar uma “osmose perfeita” entre comunidade local e as empresas, com a construção de um “homogêneo sistema de valores”, tendo por base a eficiência e a sustentabilidade ambiental.
Desenvolvimento local endógeno	Vázquez Barquero (1993 e 1999)	A busca de soluções de forma compartilhada conduz ao “desenvolvimento endógeno”.

Continua

Governança local	Banco Mundial	Boa governança alcançada através da construção de ambiente previsível, transparente e com <i>accountability</i> .
Descentralização	Amaral Filho (1998)	Nem todos os bens públicos têm características espaciais semelhantes e os governos locais têm vantagem comparativa superior, em relação ao governo central, em supri-los. Nem todos os governos e comunidades locais estão dispostos a receber um “pacote de bens públicos” que nada tem a ver com suas necessidades e tampouco com suas maneiras de executá-lo.
Arranjos Produtivos Locais (APL)	Moraes (2003b)	Processo de agregação de empresas e agências de capacitação produtiva a aglomeração (especialização de determinada localidade) transformando-a qualitativamente.
Instituições	Fonseca (2005)	Criações humanas compostas de regras formais escritas e informais não escritas, com o objetivo de dar forma às interações sociais, podendo reduzir incertezas e riscos por serem guias para a vida diária. Comparam-se as “regras do jogo”, sendo as instituições as “regras” e as organizações, os agentes (jogadores).

Fonte: Brandão (2007), Fonseca (2005) e Moraes (2003b).

Nota: Elaboração José Ricardo Rosa dos Santos, 2008.

Essas vertentes são apresentadas não só pelo conceito de desenvolvimento enquanto fortalecimento e atuação local, mas, também, pela necessidade de

adequação a um sistema poderoso que já existe e que pode “achatar” as regiões que não conseguem adaptar-se ao processo. São temas presentes na literatura que tem o desenvolvimento local como objeto de estudo e retrata seu processo dinâmico dentro do ambiente globalizado.

Apesar da atenção agora voltada às localidades/cidades que passam a ser o centro no processo de desenvolvimento, um olhar puramente econômico tira do foco questões sociais e ambientais, como afirma Souza (2007, p. 161):

tratando a cidade como se ela fosse uma empresa, isto é, subordinando tudo ao objetivo último de fazer a cidade ficar mais competitiva perante as suas rivais na atração de investimentos, significa criar as condições para o agravamento crescente de problemas sociais e socioambientais.

Constata-se que o desenvolvimento está intrinsecamente refém do capital, o que representa uma falta de preocupação com a população mais necessitada.

Direcionando o foco para o papel do Estado na economia, verifica-se que o modelo de desenvolvimento obedece às necessidades do capital, as quais ultrapassam os interesses da camada menos favorecida e que não participa desse capital (OLIVEIRA, 2002, p. 24).

Entende-se que a abordagem melhor aplicada para o desenvolvimento local é a endógena, por se tratar de iniciativas que preconizam propostas da “base para o topo”, evidenciando, assim, as potencialidades locais.

Para Guerra e Góes (2007, p. 7),

o conceito de desenvolvimento endógeno diz respeito à capacidade dos atores locais, sejam eles, empresas, organizações, sindicatos ou outras instituições, de induzir o processo de desenvolvimento.

Apresentam-se, para uma melhor compreensão, alguns conceitos de desenvolvimento local/endógeno na visão de autores deste referencial teórico.

Segundo Barquero (2002, p. 33),

o desenvolvimento endógeno é uma interpretação que permite explicar os processos de acumulação de capital e identificar os mecanismos que contribuem para o aumento da produtividade e competitividade de regiões e cidades. É uma interpretação voltada para a ação, associada ao momento em que a sociedade civil se mostra capaz de dar, mediante a política de desenvolvimento local, uma resposta aos desafios produzidos pelo aumento da concorrência nos mercados.

O autor define políticas de desenvolvimento local, em resposta aos desafios gerados pelo processo de globalização: a) *hardware*; b) *software* e c) *orgware*. Para Barquero (2002), a melhoria e o fortalecimento dessas políticas de desenvolvimento podem alavancar a região e diminuir os riscos e as dificuldades locais.

a. *Hardware* do desenvolvimento local (melhoria das infraestruturas). São todas as infraestruturas que servem de base aos processos de mudança estrutural e que são instrumentos indispensáveis para o funcionamento do sistema produtivo. Exemplo: melhoria das redes de transporte e comunicações; construção de instalações de capital social, como hospitais e escolas; criação de

terreno favorável para a instalação de empresas.

b. *Software* do desenvolvimento local (suprir carências e melhoria dos fatores do desenvolvimento). Todas as iniciativas que incidem sobre os aspectos qualitativos do desenvolvimento e têm caráter imaterial. Nesse sentido, incluem medidas que caem na qualificação de recursos humanos, no *know-how* tecnológico e inovador, na difusão tecnológica, na capacidade empreendedora, na informação existente nas organizações e empresas e na cultura de desenvolvimento da população.

c. *Orgware* do desenvolvimento local (fortalecer a capacidade organizativa do território). Consiste em melhorar a capacidade de organização que existe na cidade ou região, permitindo respostas eficazes aos problemas e desafios que têm que superar. A localidade desenvolve-se através de decisões de agentes públicos e privados, sendo, assim, necessários o apoio e a participação dos demais atores sociais. É através da cooperação e do esforço conjunto que se podem reduzir os riscos e as ameaças na localidade, sendo o associacionismo e as redes as formas de colaboração mais utilizadas.

Essas políticas de desenvolvimento, assim como as dimensões de desenvolvimento apresentadas por Brose (2000), são pontos-chave para os processos de avaliação de programas e projetos que tenham como objeto o desenvolvimento local.

Para Albuquerque (2004, p. 158),

no hay que identificar, pues, el desarrollo económico local como si se tratara de un modelo de industrialización posfordista contrapuesto al funcionamiento de la gran empresa. El realidad, el enfoque del desarrollo económico local viene a destacar fundamentalmente los valores territoriales, de identidad, diversidad y flexi-

bilidad que han basadas tan sólo en la grand industria, sino en las características generales y locales de un territorio determinado.

Fonseca (2006, p. 25) enfatiza que

o desenvolvimento endógeno baseia-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação de estruturas internas, visando à consolidação de um desenvolvimento originalmente local, a partir da criação de condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas. Estimulando-se as atividades endógenas, ou fatores internos, os efeitos perniciosos da globalização tendem a serem minimizados.

Segundo este autor, os princípios do desenvolvimento regional são a “sustentabilidade” e a “endogeneização”, com vistas a potencializar os recursos locais, evitando exclusão social e degradação ambiental, fugindo, assim, do princípio de apenas acumular capital e consumismo.

Madeira (2006, p. 38) esclarece que o desenvolvimento endógeno tem como premissa

o foco regional, maiores contribuições para a problemática das desigualdades, melhores instrumentos de políticas para sua correção e propostas que caminham da base para o topo.

Brose (2000, p. 72), dentro de uma visão mais ampliada, relata que

o desenvolvimento local se refere aos processos de melhoria da qualidade de vida das pessoas no enfoque do desenvolvimento humano,

levando em conta a sustentabilidade destes processos e surgindo a partir de iniciativas locais, e não das decisões federais ou estaduais.

Todos os conceitos citados sobre desenvolvimento local/endógeno enfatizam as iniciativas locais no processo de desenvolvimento. Barquero (2002) e Fonseca (2006) destacam mais a parte produtiva e competitiva da força local contribuindo para uma superação dos efeitos da globalização. Já em Brose (2000), Albuquerque (2004) e Madeira (2006), percebe-se uma preocupação mais ligada ao ser humano, à melhoria da condição de vida e à redução das desigualdades.

Destacando esses conceitos, e com base nos princípios mais humanos, escolheu-se Brose (2000) para contribuir na identificação de um modelo de desenvolvimento para a população do Salobrinho, através da presença da Uesc. Segundo ele, o acesso à informação tem a mesma importância de se processá-la e internalizá-la, e isso é condição básica para o desenvolvimento da sociedade. Essa afirmação demonstra que a sociedade precisa participar do processo de desenvolvimento local.

Brose (2000) destaca que para existir desenvolvimento é preciso que haja a combinação entre o crescimento econômico e a redução das desigualdades, através do fortalecimento da cidadania, com a participação do homem no cotidiano político. Segundo o autor, deve-se usar o índice de desenvolvimento humano como medida de desenvolvimento, mudando a concepção de avaliação apenas com base nos indicadores econômicos, como a renda *per capita* e o Produto Interno Bruto (PIB).

Brose (2000) compreende que a longevidade e o nível educacional são como os indicadores do desenvolvimento. Ele toma por base os estudos do economista indiano

Amartya Sen, que buscava uma metodologia que pudesse medir o desenvolvimento, sem o crescimento econômico como base, ou seja, dimensões que pudessem interpretar a realidade humana. A busca por caminhos que levem o homem a uma existência melhor e decente, com direito a uma vida longa, saudável e com direito à educação e participação nas decisões políticas, é o princípio do desenvolvimento local, ainda segundo o autor.

De acordo com o Pnud, Ipea, FJP, IBGE (1989), visto em Brose (2000, p. 31),

as opções por uma vida longa e saudável, ou por adquirir conhecimentos, ou por um padrão de vida decente, são fundamentais para os seres humanos. Isso não significa que outras escolhas, como aquelas referentes à participação política, à diversidade cultural, aos direitos humanos e à liberdade individual e coletiva não sejam igualmente importantes. Entretanto, algumas escolhas humanas são consideradas básicas porque, à medida que são alcançadas, abrem caminho para as demais.

Brose (2000) destaca também que a alta concentração de renda somada ao gasto social desigual são situações que atrapalham o processo de desenvolvimento e diminuem as possibilidades de mobilidade social e melhoria das condições de vida da população. Com base nesses conceitos, ele estrutura cinco dimensões para o desenvolvimento local, que foram identificadas e classificadas no campo da experiência prática do programa Prorenda, com comunidades e municípios no Rio Grande do Sul.

As dimensões do desenvolvimento local, segundo Brose (2000), são: Fortalecimento da economia local;

Inclusão social; Inovação na gestão pública; Mobilização da sociedade e gestão ambiental; Uso racional dos recursos naturais.

Essas dimensões permitem sistematizar de uma forma clara e objetiva as ações selecionadas, relativizando a importância do crescimento econômico e tornando operacional as abstratas conceituações do enfoque de desenvolvimento humano (BROSE, 2000, p. 88).

O QUADRO 3 apresenta a síntese dos conceitos dessas dimensões, evidenciando sua importância no processo de desenvolvimento local.

QUADRO 3 – Demonstrativo das dimensões do desenvolvimento local

DIMENSÕES	DESCRIÇÃO
Fortalecimento da economia local	Preconiza o poder de compra da população, através de estratégias de valorização das potencialidades locais. A utilização das forças locais de produção com vistas ao fortalecimento da economia local evidencia o desenvolvimento, ultrapassando ideias de estratégias empresariais de grandes aglomerados urbanos.
Inclusão Social	Destaca que o crescimento econômico não é a essência do desenvolvimento. É necessário que esse crescimento tenha como princípio o desenvolvimento social, com base em princípios como educação, saúde e nutrição de qualidade. O acesso às políticas sociais dentro dessa linha seria o elemento fundamental para a promoção do desenvolvimento local e sustentável.
Inovação na gestão pública	Diante do modelo neoliberal que apregoa o Estado mínimo e a mudança da “administração” pública para a “gestão” pública, o Estado fica numa situação mais complexa, que é atuar como “empresa” com função pública. Nesse sentido, aplicando conceitos como eficiência e qualidade, deve-se trabalhar para as demandas do desenvolvimento humano.

Continua

Mobilização da sociedade	A participação ativa do cidadão nos processos decisórios é a ideia central. Essa participação é necessária para possibilitar o atendimento às necessidades da população. A criação de conselhos, sindicatos e assembleias são a base para a materialização desse processo.
Gestão ambiental e uso racional dos recursos naturais	A gestão ambiental e o uso racional dos recursos naturais devem ser pontos de preocupação também da administração pública local, através da articulação com a iniciativa privada e a comunidade organizada.

Fonte: Brose, 2008.

Nota: Elaboração José Ricardo Rosa dos Santos, 2008.

De posse desses conceitos, pode-se trabalhar a avaliação de políticas de desenvolvimento, diagnosticando e propondo soluções. As cinco dimensões do desenvolvimento servem de aporte teórico e serão aplicadas na análise da relação Uesc/Salobrinho, em que se medirá quais dimensões estão fortes e quais estão fracas, para se encontrar formas de fortalecimento das dimensões fracas e melhoramento das fortes.

Segundo Brose (2000), o desenvolvimento local decorre de ações que ultrapassam as medidas puramente ligadas à acumulação e à industrialização. Elas provêm, principalmente, de iniciativas que busquem a melhoria das condições sociais e a liberdade do homem. Segundo esse autor (2000, p. 88),

essas dimensões permitem sistematizar de uma forma clara e objetiva as ações selecionadas, relativizando a importância do crescimento econômico e tornando operacional as abstratas conceituações do enfoque de desenvolvimento humano.

As dimensões do desenvolvimento destacadas retratam que, além do fortalecimento da economia, a participação da sociedade e a visão ambiental são pontos essenciais dentro do processo de desenvolvimento local.



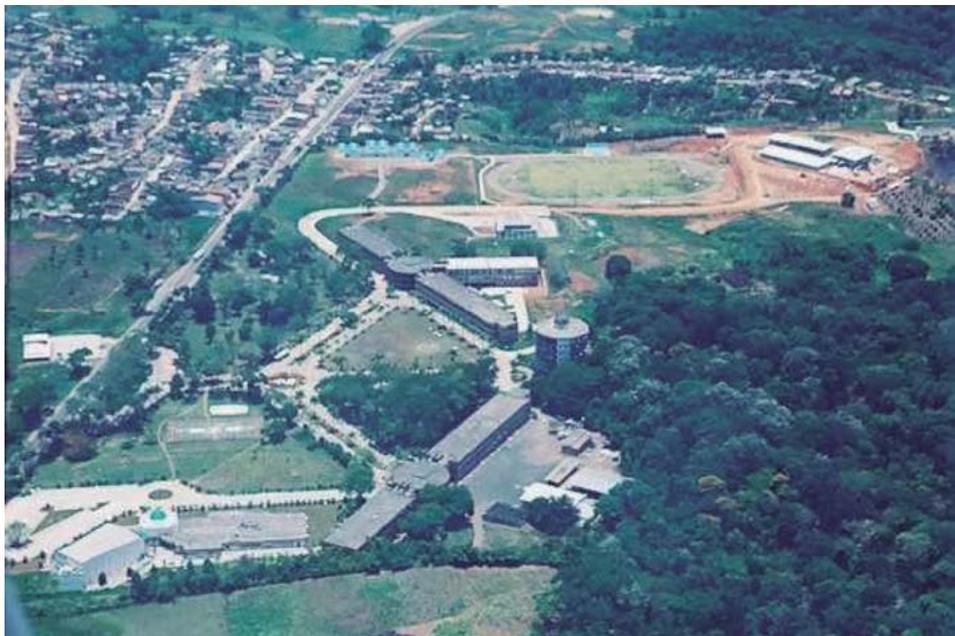
CAPÍTULO 2

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ (UESC) E O BAIRRO DO SALOBRINHO

2.1 Contexto histórico e regional da Uesc

A Uesc está localizada no município de Ilhéus, km 16, no bairro do Salobrinho, entre os dois maiores municípios da região Sul da Bahia: Ilhéus e Itabuna. Tal localização está ligada ao próprio processo de instalação da Universidade que, por questões políticas, abrigou-se no município de Ilhéus, mas encontra-se mais próxima de Itabuna. Conforme apresenta a FIGURA 3, o bairro (lado esquerdo da foto), incluindo-se a Uesc, está praticamente dentro da Mata Atlântica.

FIGURA 3 – Foto da Uesc e do Salobrinho



Fonte: Ascom, Uesc, 2008.

Sobre a localização e instalação da Uesc, um dos moradores mais antigos do Salobrinho declarou:

– Me recordo muito bem que quando estava pra vim a Uesc, que era uma escola superior de Ilhéus e de Itabuna da época... vem, não vem, vem, não vem... porque Itabuna queria de qualquer jeito, mas eu não sei... devem conhecer, devem saber, que um dos braços direitos pra que a universidade fosse aí aonde é foi o secretário geral da Ceplac. Ele fez muitas reuniões, e disse ‘eu vou ajudar! A Ceplac ajuda, mas se não for no município de Ilhéus, se não for... eu não ajudo! Ele era o secretário, ele tinha prestígio. Daí houve um homem muito importante na construção da Universidade: foi Manuel Nabuco, que tem

até um pavilhão aí com o nome dele, porque ele disse: ‘vou doar uma área!’ mas aquilo ali era uma miséria. Aquilo ali era um brejo. Rapaz! era um brejo que a gente ficava assim... bom se vai ser construído aí, mas o gasto não vai ser pouco, naquela época, a Ceplac nada em dinheiro. Tinha ajuda, que os prefeitos também queriam, e aí ele doou a área e foi construída. Me lembro que, no primeiro dia que vieram olhar, foi uma parte da tarde. Não me lembro o dia e nem o mês, mas eu sei que foi em uma tarde. Daí eles saíram e vieram para a casa do meu pai. Meu pai morava aí no ponto. A casa era aí na entrada pra cá do lado esquerdo indo aí... eu trabalhava na Sulba na época (DEPOIMENTO C2, 2008, f. 1-2).

O depoimento apresenta a importância da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e das forças políticas regionais no processo de instalação da Universidade. Esse processo iniciou-se na década de 1960, nessa região intitulada como “cacaueira”, que despontava como destaque na economia baiana e brasileira.

As cidades de Ilhéus e Itabuna eram os centros dessa grande força econômica resultante da comercialização do cacau; em virtude desse contexto e com a mobilização da sociedade local (políticos, entidades, empresários, fazendeiros) foram implantadas quatro escolas de 3º grau: em Ilhéus, a Faculdade de Direito de Ilhéus (autorizada em 19/5/1960, iniciando suas atividades em 20/1/61) e a Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus (criada em 1963, com o seu primeiro vestibular realizado em março de 1964), e, em Itabuna, a Faculdade de Filosofia de Itabuna (autorizada em 5/10/60, iniciando suas atividades a partir de 2/1/1961) e a Faculdade de Ciências Econômicas de

Itabuna (autorizada em 8/8/1970, iniciando suas atividades em 1/3/1967).

Nos anos de 1972 e 1973, em decorrência da iniciativa das lideranças regionais e da Ceplac, formou-se a Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (Fespi), com a integração das faculdades isoladas de Ilhéus e Itabuna. Ficou de fora dessa formação a Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus, que não conseguiu autorização e reconhecimento para funcionar.

O processo de inserção do ensino superior, por iniciativa do Estado, ocorreu de forma diferente na região. Enquanto outras instituições governamentais surgiram através da decisiva presença do governo estadual, a Uesc teve seu surgimento com base na mobilização das lideranças regionais e na grande atuação da Ceplac.

Segundo Midlej (2004, p. 151),

assim, enquanto nas demais regiões da Bahia o Estado assume a iniciativa de implantação e manutenção de Instituições de Ensino Superior, na região ‘cacaueira’, as iniciativas observadas são fruto de mobilização da sociedade regional que buscava preservar a independência administrativo-financeira, através da opção de instalação de Instituições privadas, com financiamento e gestão de órgãos e entidades locais (grifo do autor).

Com o apoio das lideranças políticas do Sul da Bahia, do Governo do Estado e da Ceplac, instituiu-se a Fundação Santa Cruz (Fusc), com o objetivo de criar e manter a futura Universidade de Santa Cruz. O orçamento da fundação originava-se de várias fontes: 35% da Ceplac, 37% de anuidades e taxas e 15% de recursos do Estado. O restante vinha de outras fontes. Concretiza-se,

assim, a Fespi, instituição de natureza jurídica privada, com cobrança de mensalidades, porém, sem fins lucrativos, e tendo como mantenedora a Fusc.

A Ceplac foi fundamental nesse processo. Ela utilizava os recursos originados da taxa de retenção proveniente da exportação do cacau, permitindo, assim, a manutenção da Fespi. Nos anos 1980, houve uma substancial redução nos investimentos públicos e, em 1986, com o fim da taxa de retenção, a Ceplac não teve mais como financiar a Faculdade.

Diante desse novo quadro, tendo como contexto geral a crise e as mudanças institucionais, a luta pela estadualização da Fespi movimentou a comunidade acadêmica e regional e, depois de muita mobilização, o então governador Antônio Carlos Magalhães assinou, em 5 de dezembro de 1991, a Lei n.º 6.344, que criou a Universidade Estadual de Santa Cruz.

Hoje, a Uesc é uma autarquia estadual que está vinculada à Secretaria de Educação do Estado da Bahia, dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Foi em 1995, com a Lei n.º 6.898, de 18 de agosto de 1995, que a Uesc ficou definida e organizada como autarquia e teve seu quadro de pessoal aprovado. Ela, desde sua estadualização, não parou de crescer, e sua representatividade na região se fortaleceu cada vez mais.

Sua área de abrangência são as regiões Sul, com 53 municípios, e Extremo Sul, com 21. Ao todo, são 74 municípios, o que equivale a uma área de 55.838 km², correspondendo a 9% da área do estado da Bahia, e a 16% da população. O QUADRO 4 apresenta a relação dos municípios que fazem parte da área de abrangência da Uesc.

QUADRO 4 – Relação de municípios da área de abrangência da Uesc

Litoral Sul			
1 – Aiquara	15 – Floresta Azul	29 – Itajípe	43 – Santa Cruz da Vitória
2 – Almadina	16 – Gandu	30 – Itamarí	44 – Santa Luzia
3 – Apuarema	17 – Gongogi	31 – Itapé	45 – São José da Vitória
4 – Arataca	18 – Ibicarai	32 – Itapitanga	46 – Taperoá
5 – Aurelino Leal	19 – Ibirapitanga	33 – Ituberá	47 – Teolândia
6 – Barra do Rocha	20 – Ibirataia	34 – Jitaúna	48 – Ubaitaba
7 – Barro Preto	21 – Igrapiúna	35 – Jussari	49 – Ubatã
8 – Buerarema	22 – Ilhéus	36 – Maraú	50 – Una
9 – Cairu	23 – Ipiaú	37 – Mascote	51 – Uruçuca
10 – Camacan	24 – Itabuna	38 – Nilo Peçanha	52 – Valença
11 – Camamu	25 – Itacaré	39 – Nova Ibiá	53 – Wenceslau Guimarães
12 – Canavieiras	26 – Itagi	40 – Pau Brasil	
13 – Coaraci	27 – Itagibá	41 – Piraí do Norte	
14 – Dário Meira	28 – Itajú do Colônia	42 – Presidente Tancredo Neves	
Extremo Sul			
1 – Alcobaça	6 – Ibirapoã	11 – Itapebi	16 – Nova Viçosa
2 – Belmonte	7 – Itabela	12 – Jucuruçu	17 – Porto Seguro
3 – Caravelas	8 – Itagimirim	13 – Lajedão	18 – Prado
4 – Eunápolis	9 – Itamaraju	14 – Medeiros Neto	19 – Santa Cruz Cabralia
5 – Guaratinga	10 – Itanhém	15 – Mucuri	20 – Teixeira de Freitas
			21 – Vereda

Fonte: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2007.

O clima predominante da região é o tropical úmido, com temperatura variando entre 21° e 25° C. A economia é, basicamente, agroexportadora, porém apresenta características ambientais, históricas e culturais que apontam para a prática do turismo.

A presença da Mata Atlântica é outro referencial importante no contexto regional da Uesc, com uma vasta diversidade faunística e florística, e a existência de rico ecossistema.

A Universidade Estadual de Santa Cruz (2007, p. 8) afirma que,

seja pela presença da Mata Atlântica, onde se concentram as mais extensas áreas remanescentes dessa floresta tropical do nordeste do Brasil, seja pela ocorrência de áreas com condições ecológicas peculiares, como os manguezais das faixas litorâneas, esta região desperta grande interesse do ponto de vista da conservação ambiental.

A cultura e a literatura apresentam ainda marcas da presença da cacauicultura, fonte econômica e histórica que prevaleceu por longo tempo e dominava todo o contexto regional.

2.2 Infraestrutura e estrutura organizacional

A Uesc possui seu *campus* situado em uma área de 38 hectares, na Rodovia Jorge Amado, e tem o nome do seu fundador: Soane Nazaré de Andrade. A área possui uma torre circular com seis andares onde estão a reitoria e os setores administrativos da Instituição, e cinco pavilhões, com os departamentos, colegiados, salas de aula e laboratórios. Encontram-se também localizadas nesses pavilhões as salas dos professores, das representações sindicais e estudantis, protocolo, agência dos correios, imprensa e instalações complementares, como cantinas, empresas copiadoras, sanitários e pequenos auditórios.

A Universidade possui ainda um restaurante universitário, dotado de praça de alimentação e cozinha industrial, um hospital veterinário, um parque desportivo,

com duas quadras e um campo de futebol, e um centro de arte e cultura, que abriga a biblioteca e o auditório.

Recentemente, foram inaugurados: a Clínica de Pequenos Animais, com 825 m², o Centro de Microscopia Eletrônica, o Laboratório de Genética e Biologia Molecular – Biossegurança, com 546,4 m², o Centro de Pesquisas em Ciências e Tecnologias das Radiações (CPqCTR), com 244 m², a Estação de Tratamento de Água, com 504,06 m², e o Núcleo de Biologia Computacional e Gestão de Informações Biotecnológicas (NBC-GIB). A TABELA 1 apresenta as edificações do *campus* da Uesc sem as novas construções.

TABELA 1 – Relação de edificações do campus sede da Uesc

Edifício	Área (m²)
Edifício José Haroldo	4.494
Pavilhão Pedro Calmon (PC)	3.123
Pavilhão Adonias Filho (AF)	4.641
Pavilhão de Direito (PD)	4.615
Rótula dos Pavilhões PC/AF/PD	1.926
Pavilhão Jorge Amado (JA)	4.590
Pavilhão Manoel Nabuco (MN)	3.123
Rótula dos Pavilhões JA/MN	1.926
Centro de Arte e Cultura Governador Paulo Souto	
Biblioteca	1.839
Auditório	1.691
Restaurante Universitário	1.030
Parque Desportivo	12.256
Hospital Veterinário	5.549
Galpões	1.320
Biotério	80
Área Construída Total	52.203

Fonte: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2007.

A Universidade possui uma área urbanizada, medindo, na sua totalidade, 50.000 m², e outras instalações físicas e imóveis rurais, que fazem parte de sua estrutura, localizados em Salvador, Ilhéus, Itabuna, Arataca e Porto Seguro, todos no estado da Bahia.

A biblioteca da Uesc possui um acervo de 44.486 títulos de livros, com 117.426 exemplares e 5.623 itens de multimeios, como fitas de vídeo, fitas cassete, slides, *CD-Rom*, fotografias e mapas. Segundo informações da Biblioteca Central, houve uma evolução de 5.545 exemplares de livros e de 1.747 títulos, no ano de 2007, conforme apresenta a TABELA 2.

TABELA 2 – Acervo bibliográfico geral

ESPECIALIZAÇÃO	TÍTULOS	EXEMPLARES
Livro	1.301	5.096
Dissertação	80	81
Monografia (Graduação)	215	216
Relatório	85	86
Trabalho (Graduação)	25	25
Monografia (Pós-Graduação)	31	31
Tese	10	10
TOTAL	1.747	5.545

Fonte: Biblioteca Central, Uesc, 2007.

O quadro de pessoal da Uesc é formado por 1.445 pessoas, dentre docentes, técnicos administrativos e estagiários, conforme apresenta a TABELA 3. Possui 687 professores, sendo 610 do quadro efetivo, 39 substitutos e 38 visitantes. O corpo técnico-administrativo possui 288 servidores, sendo 182 do quadro permanente e 106 do quadro temporário.

TABELA 3 – Distribuição do quadro de pessoal da Uesc, 2007

CATEGORIA FUNCIONAL	NÚMERO	%
Docentes	687	47,54
Servidores técnico-administrativos	182	12,59
Servidores de cargo temporário	106	7,34
Menores-aprendizes	29	2,01
Estagiários de 2° e 3° graus (administrativos, PROEX, PROIC, monitoria)	441	30,52
TOTAL	1.445	100,00

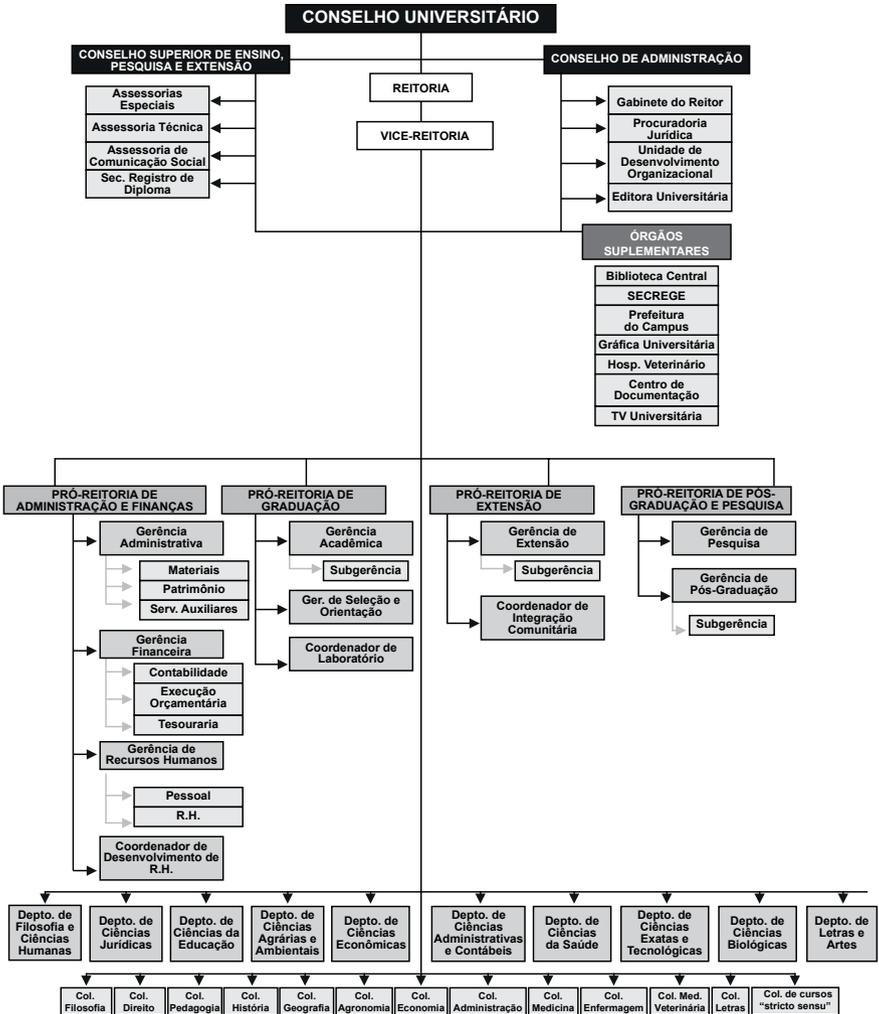
Fonte: Gerhu, Uesc, 2007.

Os técnicos administrativos dão suporte às atividades desenvolvidas e estão distribuídos em três categorias: nível superior; nível médio; nível de apoio. No ano de 2008, houve a contratação de 45 servidores em Regime Especial de Direito Administrativo (Reda) com contrato de dois anos.

A Uesc possui, ainda, a Unidade de Desenvolvimento Organizacional (UDO), que é a responsável pelo planejamento, implementação, gerenciamento e manutenção do parque de informática, composto de 1.551 microcomputadores e 576 impressoras. Todo o parque está interligado em rede, com acesso aos sistemas administrativos de internet e intranet do Governo do Estado da Bahia.

A estrutura organizacional da Uesc é composta por órgãos da administração superior, órgãos da administração setorial e órgãos de apoio administrativo, conforme organograma apresentado na FIGURA 4.

FIGURA 4 – Organograma da Uesc



Fonte: Gerhu, Uesc, 2007.

Como as atividades institucionais estão concentradas na própria sede, a estrutura organizacional e as práticas administrativas funcionam com maior facilidade. A estrutura da Universidade está pautada em sistema binário, ou seja, os departamentos possuem responsabilidades setoriais e didático-administrativas.

Segundo a Universidade Estadual de Santa Cruz (2007, p. 10),

para consecução dos seus objetivos institucionais, a Uesc tem a estrutura orgânica com base em Departamentos, com responsabilidades setoriais na organização administrativa, didático-científica, e de distribuição de pessoal, sendo individualizados por área de conhecimento. [...] contempla uma gestão colegiada em suas diversas instâncias, com representação dos diversos segmentos universitários.

A coordenação didático-pedagógica dos cursos de graduação e pós-graduação é conferida aos colegiados dos cursos. Tanto os departamentos como os colegiados têm seus funcionamentos disciplinados em regimento interno.

A Administração Superior é exercida pelo Conselho Universitário (Consu); Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe); Conselho de Administração (Consad) e Reitoria.

2.2.1 O ensino

Em 2008, possuía 26 cursos de graduação, sendo 10 licenciaturas com 7 habilitações e 16 bacharelados com 6 habilitações. À época, estavam implantados 12 cursos *lato sensu* (especialização) e 10 cursos *stricto*

sensu, 9 mestrados e um doutorado.

A Universidade dispunha, também à época, de um curso de Licenciatura em Biologia, na modalidade de educação a distância. O curso ofertou, inicialmente, 300 vagas, distribuídas em 8 polos formativos: Alagoinhas, Barreiras, Feira de Santana, Itaberaba, Juazeiro, Guanambi, Porto Seguro e Salvador. Das 300 vagas ofertadas, 235 foram preenchidas, conforme informação da Secretaria Geral de Cursos da Uesc.

Os QUADROS 5, 6 e a TABELA 4 apresentam os cursos oferecidos pela Uesc no ano de 2007.

QUADRO 5 – Relação dos cursos de bacharelado e licenciatura ofertados pela Uesc

BACHARELADO (*)	LICENCIATURA (**)
1. Administração (1)	1. Ciências Biológicas
2. Agronomia	2. Educação Física
3. Biomedicina	3. Filosofia
4. Ciências Biológicas (2)	4. Física
5. Ciências Contábeis	5. Geografia
6. Ciências da Computação	6. História
7. Ciências Econômicas	7. Letras (1)
8. Comunicação Social (3)	8. Matemática
9. Direito	9. Pedagogia (2)
10. Enfermagem	10. Química
11. Engenharia de Produção e Sistemas	
12. Línguas Estrangeiras Aplicadas – LEA	
13. Física	
14. Matemática	
15. Medicina	
16. Medicina Veterinária	

Fonte: Prograd, Uesc, 2007.

Notas: (*) Habilitações em Bacharelado: (1) Administração Hoteleira/Turismo e Administração Comércio e Serviços; (2) Habilitações em Ecologia e Biomedicina (em extinção); (3) Habilitação em Rádio e Televisão.

(**) Habilitações em Licenciatura: (1) Português/Inglês, Português/Espanhol; (2) Educação Infantil, Ensino Fundamental, Pedagogia do Curso Normal e Gestão da Educação.

QUADRO 6 – Relação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*

NOME DO CURSO	
1	Economia de Empresas
2	Fenomenologia e Epistemologia
3	Planejamento de Cidades
4	Educação e Relações Étnico-raciais
5	Leitura e Produção Textual
6	Economia das Sociedades Cooperativas
7	Ensino da Língua Estrangeira com ênfase em Língua Espanhola
8	Estudos Comparados em Literaturas de Língua Portuguesa
9	Oceanografia
10	Saúde Mental
11	Biologia e Florestas Tropicais
12	Modelagem Matemática

Fonte: Propp, Uesc, 2007.

TABELA 4 – Relação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*

NOME	NÍVEL DOS CURSOS		CONCEITO CAPES
	MS	DS	
1 Genética e Biologia Molecular	MS	DS	4
2 Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - PRODEMA	MS		3
3 Cultura e Turismo *	MS		3
4 Zoologia	MS		3
5 Produção Vegetal	MS		3
6 Sistemas Aquáticos Tropicais – SAT	MS		3
7 Ciência Animal	MS		3
8 Linguagens e Representações**	MS		3
9 Biologia e Biotecnologia de Microorganismos**	MS		3

Fonte: Propp, Uesc, 2008.

Notas: * Não foi ofertado em 2007, pois estava sendo avaliado pela Capes.

** Com início em 2008.

No que diz respeito ao quadro docente, a Uesc possui, segundo dados da Gerência de Recursos Humanos de 2007, 687 professores. Em 1974, a Fespi iniciou suas atividades com 91 professores; em 1984, havia 149 professores e, em 1994, 264, segundo informações de Midlej (2004).

Com a Lei n.º 7.176, de 10 de setembro de 1997, iniciaram-se os concursos públicos para provimento dos cargos permanentes de docentes. Com a exigência de mestrado como titulação mínima, o perfil do corpo docente foi mudando e, em consequência, houve uma grande evolução na área da pesquisa. A TABELA 5 apresenta a distribuição dos docentes por titulação e forma de contratação, demonstrando que o número de professores com apenas graduação está praticamente extinto e o número de doutores aumentando.

TABELA 5 – Distribuição de docentes por titulação e forma de contratação Uesc, 2007

TITULAÇÃO	FORMA DE CONTRATAÇÃO							
	EFETIVO		VISITANTE		SUBSTITUTO		TOTAL	
	F	%	F	%	F	%	F	%
Doutor	214	35,1	21	55,3	0	0,0	235	34,2
Mestre	306	50,2	17	44,7	6	15,4	329	47,9
Especialista	70	11,5	0	0,0	23	59,0	93	13,5
Graduado	20	3,3	0	0,0	10	25,6	30	4,4
TOTAL	610	100	38	100	39	100	687	100

Fonte: Gerhu, Uesc, 2007.

O corpo docente é constituído, basicamente, por residentes da região de influência da Universidade, conforme afirma Midlej (2004). O número mais expressivo de alunos da Instituição encontra-se na região mais pró-

xima da Uesc, nas cidades de Itabuna e Ilhéus.

Segundo Universidade (2006), o número de alunos das licenciaturas é superior aos alunos dos bacharelados, porém o número de alunos dos bacharelados tem sido crescente e o das licenciaturas levemente decrescente. Essa questão é explicada em Universidade (2006, p. 12),

O crescimento do número de estudantes matriculados em cursos de bacharelado é explicado pela implantação de quatro cursos novos nos últimos seis anos, com conseqüente ampliação de vagas ofertadas. Nas licenciaturas, a discreta queda no número de alunos matriculados pode estar relacionada à oferta de programas especiais de graduação voltados para professores das redes estadual e municipais, bem como aspectos específicos ligados ao mercado de trabalho regional [...].

Até 2008, a Uesc ofereceu 1.290 vagas, por ano, para os cursos de graduação, que eram preenchidas por meio de vestibular.

2.2.2 A pesquisa

As atividades de pesquisa estão presentes nos programas institucionais da Universidade e no campo dos cursos de graduação e pós-graduação, servindo como requisitos para obtenção dos títulos.

A política de capacitação docente influencia também no aumento e na melhoria das pesquisas na Universidade.

Na medida em que o corpo docente cresceu e se qualificou, aumentou a capacidade de captação de recursos financeiros e materiais para a execução das atividades de pesquisa (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ, 2007, p. 52).

Segundo informações da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, a Uesc conta com 144 projetos cadastrados e o recurso total aprovado para execução estava na ordem de R\$ 9.843.959,00 (nove milhões, oitocentos e quarenta e três mil e novecentos e cinquenta e nove reais). Esses projetos envolvem 29 agências de financiamento, organizações não governamentais, entidades de pesquisa, órgãos do governo e instituições nacionais e internacionais. A Uesc é responsável por 76 projetos com recursos próprios e, segundo a TABELA 6, está em quarto lugar entre as entidades financiadoras. O departamento da universidade que desenvolveu um maior número de projetos de pesquisa, no ano de 2007, foi o Departamento de Ciências Biológicas (DCB), com 38,8%. O foco na região está presente nos projetos e isso ajuda a gerar um contexto positivo no processo de desenvolvimento local.

TABELA 6 – Agências financiadoras e entidades envolvidas nos projetos de pesquisa em execução, Uesc, 2007

FINANCIADOR	NÚMERO DE PROJETOS	VALOR (R\$)	PARTICIPAÇÃO (%) DO VALOR
FINEP	6	3.266.019,26	33,2
FAPESB	39	2.432.605,15	24,7
CNPq	23	2.006.169,74	20,4
UESC	76	644.706,43	6,5
FNM	1	362.574,00	3,7
PETROBRAS	1	110.100,00	1,1

Continua

Continuação

BNB	2	108.413,38	1,1
CODEBA	1	85.430,38	0,9
CAPES	2	64.000,00	0,7
SECTI	1	62.536,00	0,6
SECOMP	1	62.496,00	0,6
QUANTAS	1	54.000,00	0,5
UNICAMP	1	52.630,00	0,5
Beneficia Foundation – BF	1	52.358,00	0,5
UEFS	1	51.948,65	0,5
CEPF	1	44.008,00	0,4
FBPN	1	37.912,00	0,4
FUNBIO	1	35.000,00	0,4
ONU	1	32.817,00	0,3
MMF	1	30.000,00	0,3
Instituto Floresta Viva – IFV	2	29.116,00	0,3
BIODIVERSITAS	1	24.008,00	0,2
PRODOC	1	24.000,00	0,2
FAPEMIG	1	12.612,37	0,1
International Foundation of Science – IFS	1	12.000,00	0,1
Cleveland Metroparks Zoo’s Scott Neiotropical Found – CMZSNF	1	11.408,00	0,1
UFES	1	6.000,00	0,1
CEPLAC	1	682,00	0,0
Outras	2	128.408,00	1,3

Fonte: Propp, Uesc, 2007.

No que concerne às pesquisas de cunho acadêmico, como requisito para obtenção de títulos de graduação e pós-graduação, os objetos de pesquisa também estão, em sua maioria, ligados aos problemas regionais, o que proporciona uma melhor compreensão da realidade local, permitindo a proposição de solução de problemas regionais. Midleij (2004, p. 196), comentando sobre essa situação, destaca que,

além da exigência legal de pesquisa vinculada à atividade de ensino que vem propiciando uma mudança no perfil acadêmico da Uesc, a instalação plena da Universidade, com os institutos legais de reconhecimento e credenciamento, alavancou mecanismos de financiamento de pesquisa, impulsionando a expansão da atividade que hoje conta com parcerias nas esferas pública e privada, em nível local, estadual, nacional e internacional.

Essa explanação demonstra o valor e a força da pesquisa na Uesc, que envolve uma série de atores sociais e econômicos e, direta e indiretamente, influencia no contexto regional.

Essa atuação é de fundamental importância para a Instituição, uma vez que serve para a manutenção dos cursos de pós-graduação em funcionamento e pleito de outros novos, bem como viabiliza a realização de vários projetos que têm como resultado a ampliação da infraestrutura da Universidade, via financiamentos.

2.2.3 A extensão

As atividades de extensão representam a ligação entre a universidade e o meio e são muito importantes no processo de desenvolvimento regional. Elas, acompanhadas das pesquisas, são responsáveis pela inserção da Universidade no contexto social e, através da articulação entre o ensino e a pesquisa, acrescentam subsídios para a transformação da sociedade. A esse respeito, Middlej (2004, p. 200) comenta que

as atividades de extensão na universidade são aquelas que exprimem em maior magnitude a vinculação da Instituição Universitária com a sociedade, no sentido precípuo do seu caráter de proporcionar a intervenção educativa como meio de transformar a sociedade.

As áreas temáticas das atividades extensionistas da Uesc são: educação, saúde, trabalho, direitos humanos, cultura, comunicação, tecnologia e meio ambiente. Através de cursos, palestras, exposições, oficinas, prestação de serviços e outras atividades que tenham como objetivo o trabalho socioeducativo, as atividades de extensão têm alcançado resultados positivos conforme avaliação da Pró-Reitoria de Extensão (Proex). Sobre essa questão, a TABELA 7 apresenta o quantitativo das ações de extensão na Uesc e a TABELA 8 o público contemplado com essas ações.

Em 2007, foi planejada a execução de 110 projetos, o que implicou na apropriação de R\$ 913.200,00 (novecentos e treze mil e duzentos reais). Deve-se ressaltar que o público atingido pela extensão da Uesc faz parte do contexto regional da Universidade e pertence aos mais variados segmentos sociais.

TABELA 7 – Desenvolvimento de ações de extensão universitária da Uesc, 2007

AÇÃO PROGRA- MÁTICA	PROGRAMAÇÃO					
	FÍSICA (UNIDADE)			FINANCEIRA (R\$)		
	PRO- GRA- MADO	REALI- ZADO	%	PRO- GRA- MADO	REALI- ZADO	%
Projetos de Extensão	110	131	119,09	913.200	814.118	89,15
TOTAL	110	131	119,09	913.200	814.118	89,15

Fonte: Proex, Uesc, 2007.

TABELA 8 – Público contemplado com ações de extensão da Uesc, 2007

ATIVIDADES/ PROJETOS/ AÇÕES	NÚMERO DE PESSOAS ENVOLVIDAS
Socioeducativas	60710
Serviços/Transferência de Tecnologia/Assistência Técnica	57.562
TOTAL	118.272

Fonte: Proex, Uesc, 2007.

A comunidade do Salobrinho é beneficiada diretamente por alguns projetos específicos para a localidade, quais sejam:

a. O Jovem Bom de Vida atua nas escolas e comunidade do Salobrinho e região, realizando trabalho de conscientização de jovens no que diz respeito às drogas e às doenças sexualmente transmissíveis.

b. O Projeto de Desenvolvimento e Inclusão Social do Salobrinho (Pedis) desenvolve ações para a busca da melhoria das condições de vida dos moradores, como: qualificação de mão de obra; eventos para jovens; assistência técnica aos empreendimentos e fortalecimento das associações e cooperativas.

c. O Programa de Desenvolvimento Sustentável da Cooperativa de Prestação de Serviços do Salobrinho (Prodesc) apoia a incubação de cooperativa e trabalho no Salobrinho.

d. Arte e Movimento trabalha elementos que enfatizam a riqueza da cultura afro, atendendo, principalmente, a comunidade do Salobrinho.

Segundo informações da Proex, os trabalhos de extensão da Uesc já atingiram, através dos eventos, projetos e atividades, um público de 118.272 pessoas.

2.3 O bairro do Salobrinho

O Salobrinho, na parte superior da FIGURA 5, está situado em uma área de Mata Atlântica, entre os limites do Rio Cachoeira e da Uesc. Possui, aproximadamente, 7.500 habitantes, conforme o Censo de 2002.

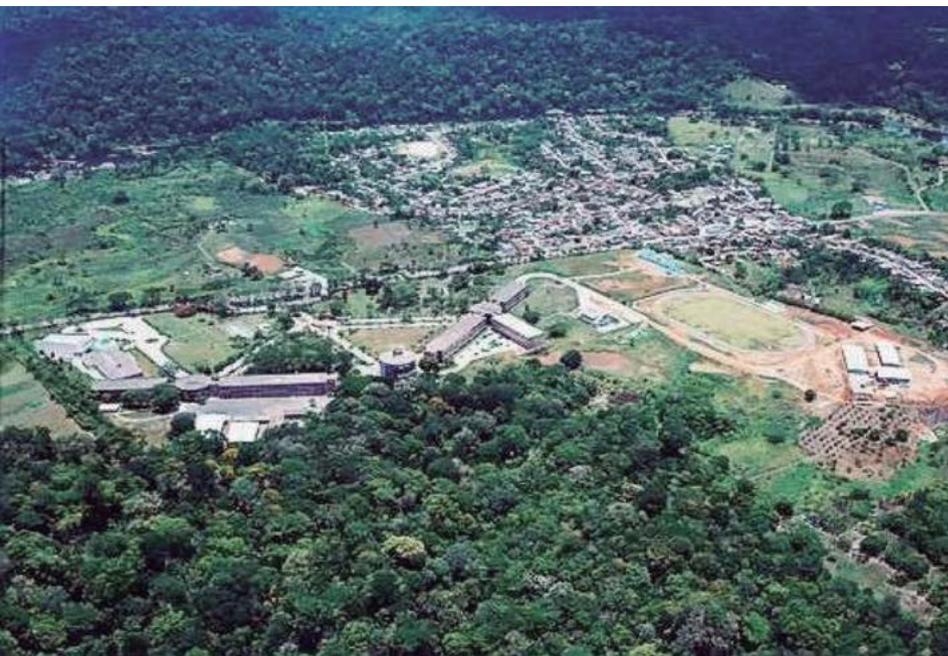
Segundo Andrade (2003), pouco se sabe sobre a origem do nome Salobrinho, embora haja rumores de que a água salobra extraída dos primeiros poços artesianos para abastecimento da população seja o referencial para o nome do bairro.

Pela presença da Universidade, apresenta um contexto diferenciado em relação aos outros bairros de Ilhéus. Surgem, em seu contorno, estabelecimentos comerciais que visam atender, basicamente, a demanda gerada pela Uesc.

Segundo Tonini (2007, p. 36),

o Salobrinho é um bairro da cidade de Ilhéus, de baixa renda, que não apresenta contiguidade ao seu espaço densamente construído. Localiza-se no km 16 às margens da rodovia Ilhéus/Itabuna, nas coordenadas geográficas: 14°, 47' e 56" S e 39°, 10' e 36" W, e circunvizinha a Universidade Estadual de Santa Cruz. Sua organização espacial, aparentemente desordenada, é herança de uma história eminentemente rural.

FIGURA 5 – Foto do bairro do Salobrinho e da Uesc



Fonte: Ascom, Uesc, 2008.

A realidade do bairro, apesar de estar entre dois municípios e envolver dois órgãos da esfera federal e estadual, a Ceplac e a Uesc, respectivamente, ainda apresenta condição de pobreza e baixo padrão social. A população depara-se com graves problemas de saúde, saneamento básico restrito e muitas moradias em situações precárias, além de outros problemas.

Diante desse quadro, alguns moradores acabam responsabilizando a Uesc por alguns problemas:

- A gente sabe que o Salobrinho tem um potencial muito grande, mas a gente vê que, por causa da universidade, tem aumentado também a violência aqui, e eu não culpo a Universidade por isso, culpo a Universidade por não

ter buscado, junto com a comunidade, uma segurança adequada pra aqui pra a Comunidade. A Uesc tem poderes pra fazer isso, né? Pelo menos tem conhecimento, tem facilidades, né? E daria pra fazer isso se quisesse. Até porque centenas de alunos da Universidade moram aqui, e não são daqui, não são filhos daqui, eles estão aqui porque vieram para fazer os seus cursos, entendeu? Então eles estão aqui, estão expostos à violência, acho que a Uesc deveria intervir nesse processo (DEPOIMENTO C5, 2008, f. 5-7).

– Tem o lado bom da Uesc aqui. Desenvolveu bastante o bairro do Salobrinho, e tem o lado ruim, que vieram estudantes de muitas partes e trouxe muita violência pro bairro, e até uma influência negativa (DEPOIMENTO C9, 2008, f. 9-10).

– A Uesc deveria atuar melhor no Salobrinho. Hoje em se tratando de um bairro Universitário, o Salobrinho ta deixando a desejar: ruas esburacadas; não temos praça; não temos campo de futebol influenciado ao uso de drogas pelos menores (DEPOIMENTO C11, 2008, f. 11).

O Salobrinho, além de antigo distrito de Ilhéus, também foi uma fazenda conhecida como nome de Boa Vista, que ainda hoje apresenta alguns conflitos entre os herdeiros.

Andrade (2003) destaca que por estar afastado do centro da cidade, o bairro passou por diversas dificuldades econômicas, sociais e culturais, ficando “refém” da cultura do cacau. Quando houve a crise da lavoura cacauzeira, o Salobrinho foi fortemente atingido.

Na década de 1920, o Salobrinho começou a ser

ocupado, sendo formado por casas de taipa circundando uma barcaça de cacau no meio da mata. De acordo com Pereira, visto em Tonini (2007, p. 36),

o Salobrinho foi uma fazenda de nome Boa Vista, cujo proprietário era o Sr. João Francisco de Carvalho, e se constituía de capoeiras habitadas por grande quantidade de animais silvestres e formigas-de-mandioca. A sede localizava-se às margens da estrada de rodagem, que foi construída em 1927 para interligar a cidade de Ilhéus/Itabuna.

Asmar e Navarro (1976, p. 5) destacam, em sua pesquisa, que

o proprietário da fazenda, a partir de 1949, iniciou a doação dos terrenos para construção de casas que, inicialmente instaladas mais para o interior, passaram a margear a BR-415, após a sua construção.

A ocupação do bairro foi caracterizada como assentamento subnormal, onde as casas tomam quase a totalidade dos terrenos, o que evidencia um alto índice de insalubridade. Costa (2008, p. 54) caracteriza essa situação, apresentando que

como os parâmetros urbanísticos do município (dimensionamento padrão de lotes, índices de ocupação, limites de afastamentos laterais, frontais e de fundo e gabarito máximo permitido) não podem ser aplicados ao bairro, em virtude de seu histórico de ocupação, que caracterizou a área como um assentamento subnormal, as edificações ocupam praticamente 100% dos terrenos onde estão implantadas, ocasionando alto índice de insalubridade.

As áreas do Salobrinho são estruturadas pelo sistema de aforamento, em que os moradores pagam ao dono um “laudêmio”¹ pelo terreno. Costa (2008) destaca que o sistema de aquisição dos lotes para construção era feito através de uma enfiteuse, que consiste em um direito real sobre coisa alheia e é transmissível através da herança. Sobre esse tema, Arantes do Bem (2005), visto em Costa (2008, p. 56), afirma que

o Código Civil de 2002 vedou a criação de novas enfiteuses e subenfiteuses, sendo mantidas as existentes até sua extinção. Em seu lugar instituiu o direito de superfície, sem a perpetuidade, vedado o prazo indeterminado, mas transferível a terceiros e, por morte do superficiário, aos seus herdeiros. Neste não poderá ser estipulado pelo concedente qualquer pagamento de transferência, a exemplo dos laudêmios enfitêuticos.

Em 1927, foi construída a estrada que ligava Ilhéus a Itabuna, atravessando a antiga fazenda Boa Vista, atual Salobrinho. Em 1947, após uma grande reforma, a via configurou-se como o eixo Ilhéus-Itabuna, conhecido como km 16.

No ano de 1950, o Salobrinho ainda era uma localidade distante da zona urbana e com pouquíssimas casas. Um acontecimento que serviu para mudar essa história foi a descoberta de uma suposta “jazida de ouro”, que incentivou a chegada de muitas pessoas que vislumbravam a riqueza. Em função disso, novas casas

1 O vocábulo laudêmio vem do latim *laudare*, que significa prêmio. O conceito pode ser interpretado como uma renda que a União-Federal tem direito a receber quando o ocupante, ou o foreiro, do imóvel localizado em sua propriedade transfere os direitos de ocupação ou de foro a outrem, cf. a Enciclopédia Universal Gamma (1984).

começaram a surgir em meio ao matagal e iniciou-se, assim, a ocupação do bairro de forma mais acentuada. Pereira (1984, p. 20), no que diz respeito à suposta descoberta, retrata que

tal episódio contribuiu efetivamente para atrair centenas de retirantes que, ao tomarem conhecimento do ‘minério’, passaram a procurar aquela fazenda em busca de trabalho (grifo do autor).

Esse acontecimento gerou um crescimento da localidade, que veio a tornar-se arraial, o que desencadeou o desenvolvimento do comércio, mesmo que de forma tímida. Uma pequena indústria surgiu nesse processo, gerando empregos para os moradores do arraial; tratava-se do “Curtume de Laudelino”, às margens do Rio Cachoeira.

Com o surgimento do comércio e a estruturação da estrada, o desenvolvimento do arraial já era uma ideia possível para os moradores da localidade. Trilhando o caminho do desenvolvimento, no ano de 1963, no governo do prefeito Herval Soledade, surgiu o grupo escolar e também o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral).

Outro grande mecanismo propulsor do desenvolvimento do Salobrinho foi a ação da Ceplac². Muitos moradores que tinham no trabalho rural, na caça e na pesca o modo primordial de sobrevivência encontraram,

2 Souza (2007) destaca que a mobilidade espacial é função de renda, o que influencia diretamente a estrutura da rede urbana. Sendo a dinâmica da produção do espaço resultante da força de trabalho desenvolvida e associada às técnicas de cada época, percebe-se a importância da Ceplac e da Uesc para o desenvolvimento socioespacial do Salobrinho, por serem os principais agentes de emprego para a população do bairro.

no referido órgão, um meio importantíssimo para “alavancagem” da localidade. Além disso, a Ceplac também influenciou muito na área social. Em 1974, firmou convênio com a Secretaria de Saúde e a Prefeitura de Ilhéus, iniciando a construção do sistema de abastecimento de água, que foi ampliado e recuperado, sendo construído um reservatório com capacidade para abastecer a comunidade (PEREIRA, 1984).

Com a instalação da Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (Fespi), que também teve presença marcante da Ceplac, o processo de desenvolvimento do Salobrinho se acentuou, e hoje, com a Uesc, o bairro exibe uma estrutura bem diferente de suas características iniciais.

O distrito do Salobrinho se tornou bairro na década de 1980, possuía à época um índice demográfico de quatro mil moradores, com aproximadamente oitocentas casas. Conforme Pereira (1984, p. 93), nesse período, já havia no Salobrinho

setenta e quatro casas comerciais, sendo que 50% eram botequins improvisados, de onde os pequenos comerciantes retiravam o sustento para a sua sobrevivência, vendendo cachaça, cigarros, balas e congêneres.

Segundo Pereira (1984), o crescimento populacional acabou trazendo sérios problemas para o Salobrinho que não tinha estrutura sanitária e urbana adequada para abarcar toda essa população.

Às margens da Rodovia Ilhéus–Itabuna (atual Rodovia Jorge Amado), a antiga “Praça do Dendê” foi rebatizada com o nome de Praça João Francisco de Carvalho, uma homenagem ao primeiro proprietário da fazenda Boa

Vista. A inauguração foi realizada no governo do prefeito Antônio Olímpio. Conforme Tonini (2007) apesar das reformas realizadas, sua infraestrutura se mantém, até os dias de hoje, apresentando conformação retangular, com piso em concreto, canteiros laterais e centrais suspensos em estrutura de alvenaria.

No ano de 1990, o crescimento do Salobrinho se acentuou, principalmente com a falência da cultura cacauera. Segundo Moreira e Trevizan, visto em Tonini (2007, p. 38),

a desestabilização do setor produtivo da região de Ilhéus, baseado na cacauicultura, teria contribuído para o desemprego no setor rural e o fechamento de estabelecimentos no setor industrial e de serviços, levando a um rápido empobrecimento da classe trabalhadora e da classe média regional. Esse contexto teria provocado a busca por espaços mais compatíveis com as novas condições de vida na região.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2002), o Salobrinho possuía 7.500 habitantes, com média populacional de 4,2 por residência. Porém, a administração do bairro destaca que em 2008 a população já possuía, aproximadamente, 11.000 habitantes.

– Olha, aqui no Salobrinho é... são onze mil habitantes. Já é onze mil habitantes [...] é onze mil [...] Olha é... Você vai achar na Secretaria de Saúde [...] É! [...] É... Você deve achar, eu não sei aqui no posto, eu não sei se o pessoal aqui do posto... Acho que deve ter. Mas, na Secretaria de Saúde, você deve achar. Você acha! (DEPOIMENTO C14, 2008, f. 15).

Amim e Profice (2003, p. 4), ao abordarem as características do Salobrinho, esclarecem que

o bairro do Salobrinho, localizado no km 16 no sentido Ilhéus/Itabuna, é delimitado pelas margens da rodovia BR-415, bastante movimentada devido ao fluxo de cargas utilizadas na comercialização de produtos, escoamento de produtos importados e exportados através do porto, situado em Ilhéus; e, finalmente, para o abastecimento do próprio bairro (Feira do Malhado e supermercado). O acesso ao bairro se dá via ônibus ou carros particulares.

Em matéria apresentada no jornal *Agora*, a discrepância das características do bairro em relação à Uesc é apresentada através de uma percepção já contemporânea, evidenciando a responsabilidade do poder público nesse contexto.

Em pé de guerra

Os habitantes do Salobrinho, bairro de Ilhéus, estão em pé de guerra, mobilizados e em tensão permanente com o poder municipal - e não se lhes pode negar motivos para tanto. Potencialmente nobre, porque abriga a Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), o local tem vivido em sofrimento, pela indiferença das autoridades, que muito pouco fizeram nos últimos 10 anos para melhorar o nível de vida dos moradores. Tímidos projetos de educação, um deles da própria Uesc, e deficiência até mesmo nas atividades públicas mais mezinhas (coisas do gênero limpeza e calçamento de ruas) levaram o Salobrinho a insurgir-se contra os que lhe devem atenção.

E a insurgência teve seu ponto alto na manhã de sexta-feira passada, quando o trânsito da rodovia Ilhéus - Itabuna foi impedido nos dois sentidos, deixando muitas centenas de veículos parados durante horas e com seus condutores irritados. Se a Prefeitura de Ilhéus ainda não incluiu essa manifestação em sua lista de preocupações, é bom que o faça, antes que a mesma se repita, pois os que a organizaram mostraram saber o que estavam fazendo - e a reedição do evento trará incômodos muito grandes para pessoas que, na verdade, estão à margem do problema.

No governo Jabes Ribeiro, acalentou-se para o Salobrinho o sonho do Bairro Universitário. O projeto, pomposo como todas as ideias destinadas a convencer ingênuos, fez rápida viagem dos gabinetes até a mídia e, em seguida, foi recolhido ao sarcófago das gavetas, dele não mais se tendo notícia. Sob Valderico, a população do Salobrinho não reivindicou a ressurreição do projeto grandioso, mas somente o cumprimento das funções primárias da administração pública, como o recolhimento do lixo. Convenhamos, não é pedir muito (EM..., 2006, fl. 1)

O Salobrinho sofre pela falta de atenção do poder público por alguns motivos particulares. A proximidade com o município de Itabuna, por exemplo, ocasiona conflitos políticos e econômicos. Essa situação deixa a Uesc em condição delicada, pois, para os “olhos de muitos”, ela se torna responsável pelo desenvolvimento social do bairro. As cidades de Ilhéus e Itabuna, apesar de possuírem uma conexão socioeconômica e cultural, pela proximidade e por questões históricas, não conseguem formar um grande espaço urbano; se trabalhassem juntas seria

possível a criação de uma aglomeração urbana³.

Para Silva e Fonseca (2007, p.10),

as cidades de Ilhéus–Itabuna são funcionalmente integradas em termos econômicos e socioculturais, contêm quase 500 mil habitantes e são separadas por apenas 30 quilômetros. Diante dessa funcionalidade, a implantação da aglomeração urbana permitirá que as decisões e ações sejam tomadas conjuntamente e que muitos dos problemas comuns às duas cidades sejam resolvidos com muito mais rapidez e eficácia. Além disso, seria um preparativo para que, em conjunto, as duas cidades possam exercer o estágio de centro de uma região metropolitana.

Os problemas de ordem política entre Ilhéus e Itabuna dificultam a possibilidade de se construir um grande centro com vistas à resolução de problemas comuns entre as duas cidades. Essa construção poderia ser um mecanismo para se conviver dentro dos parâmetros da globalização e da descentralização, na busca pela diminuição dos problemas sociais locais.

Silva e Fonseca (2007) registram que diante da globalização e descentralização, o maior fortalecimento e integração entre os centros urbanos deve ser base da agenda das novas políticas territoriais dos governos, objetivando, assim, a diminuição das desigualdades regionais e locais.

3 Cf. Souza (2007), a aglomeração urbana é formada quando duas ou mais cidades passam a atuar como um minissistema urbano, em escala local, e seus vínculos tornam-se muito fortes. Quando uma das cidades cresce ao ponto de se destacar como área de influência econômica, forma-se uma metrópole.

2.4 A Uesc e o Salobrinho

A construção da Uesc no Salobrinho teve origem através de um longo processo político e econômico; à localidade foi dado o privilégio de abarcar uma instituição de elevado conceito no âmbito regional.

Além da Uesc, a Ceplac foi também de fundamental importância para o desenvolvimento do bairro, não apenas através das ações decorrentes do período de auge da cultura cacaeira, mas também como participante ativa e contundente no processo de estadualização da Uesc. Vê-se, portanto, que a Ceplac se constituiu (e se constitui) como um órgão de grande referência para o desenvolvimento do Salobrinho.

Mesmo quando a Uesc ainda era uma instituição privada, em sua fase inicial, a população já percebia que seria muito importante, para o desenvolvimento da região, a existência dela.

– Aí, eu cheguei, eu vi aquele movimento... eu disse: ‘oxente!’ o que tá acontecendo ali?! Aí eu fui olhar. Era a maioria dos prefeitos da região. Tinha deputados, vereadores, estavam em comitiva, uma comissão da Ceplac, é... Secretário geral e outras pessoas. Para o Salobrinho que naquela época tinha o que? Tinha trezentas casas mais ou menos, foi ótimo. Porque se não, estaria como um Banco Central da vida... Inema da vida... porque não tinha pra onde ir. Isso ajudou bastante (grifo nosso) (DEPOIMENTO C2, 2008, f. 1-2).

Conforme Asmar e Navarro (1976), a população do Salobrinho já entendia a USC⁴, atual Uesc, como centro

4 Universidade de Santa Cruz.

de desenvolvimento econômico.

Diante do exposto, percebe-se que é preciso trabalhar o desenvolvimento local no Salobrinho tendo como princípio a mudança do homem, papel que, através da socialização do conhecimento, é baluarte das universidades, pois uma comunidade cujos cidadãos estejam cientes de seus direitos e deveres, da prática política e da participação cidadã, além da consciência de equidade, possui muito mais recursos e efetividade para um processo de modificação e desenvolvimento.

O homem como pessoa – ou para ser considerado como pessoa – deve ser, enquanto indivíduo em sua singularidade, enquanto ser social deve estar com os demais indivíduos numa relação de igualdade (BOBBIO, 1997, p. 7).

A falta de consciência política e social acarreta uma situação egocêntrica e individualista, o que descaracteriza qualquer modelo de política pública que venha favorecer a comunidade. Conforme Brose (2000) destaca, o indivíduo é peça fundamental no processo de desenvolvimento local e o aumento de suas possibilidades de escolha caracteriza a democracia e a cidadania, bases para que haja a melhoria de vida na sociedade.

Nesse contexto, a Uesc apresenta requisitos importantes para contribuir para o processo de amadurecimento do cidadão do Salobrinho. Ela pode, por exemplo, integrar-se melhor com a comunidade, através das suas mais diversas ações. Segundo Borges (2004, p. 27), para a sociedade,

apresenta-se hoje a Uesc como a principal referência desta região no tocante ao desenvolvimento cultural, social, científico e, também,

como geradora de forma direta e indireta de recursos financeiros para estas cidades.

Por isso mesmo, a aplicação da “ferramenta educação” na localidade precisa estar ligada a uma concepção mais plural do conceito de educar. Trabalhar junto a uma população que vive os efeitos de décadas de pensamento oligárquico, monocultor e coronelista, que se evidencia pelo auge do cacau ocorrido nessa região, representa bem mais que apenas o ensino das concepções básicas da educação.

Percebe-se, no desenvolvimento da pessoa, na formação de sua identidade, a maneira mais plausível de se chegar a um desenvolvimento que abrange a igualdade e a sustentabilidade. Através da universidade, é possível trabalhar com as desigualdades sociais, através de ações que busquem aumentar o grau de informação entre as pessoas da comunidade e, conseqüentemente, uma alternativa de mobilidade social e econômica. Conforme a Universidade Estadual de Santa Cruz (2007, p. 3), é papel da universidade

manter-se no nível de qualidade atingido, ou, o que é desejável, avançar, cumprindo as importantes funções sociais que lhe cabem de socializar o conhecimento, dar condições de ascensão social à juventude de toda a sua área de abrangência, e contribuir com a integração regional e seu conseqüente desenvolvimento.

Um considerável percentual da comunidade percebe a Universidade como um órgão que, ao contrário do que se acredita, exclui e intensifica a desigualdade socioeconômica. Isso é percebido pelos moradores apenas observando-se as possibilidades de ingresso na Uesc,

seja para a vida acadêmica ou profissional, mas também pelo fato de grande número de estudantes e professores, que ali chegam de todos os lugares do Brasil e do mundo, trazerem suas lembranças culturais e seus mais diversos recursos materiais, muitas vezes, desconhecidos para uma grande parte da população.

A Uesc precisa assumir sua função social que se mostra tímida em relação ao progresso acadêmico dos moradores do Salobrinho. Apesar de a instituição estar localizada no bairro, o acesso dos seus habitantes aos cursos da Universidade, sejam de bacharelado ou licenciatura, ainda está muito longe do desejado:

– Acredito que a universidade deveria investir mais na educação dentro do bairro do Salobrinho, porque os jovens hoje, dentro da universidade, a maioria deles, são estudantes de outras cidades, de outros estados, ou seja, estudantes estão vindo preparados, de escolas particulares... cursos bons de pré-vestibulares (DEPOIMENTO C6, 2008, f. 7-8).

– Somente como um sonho distante [...] Poucos a veem como uma oportunidade real de estudo (DEPOIMENTO C8, 2008, f. 9).

Brose (2000) deixa claro que no processo de desenvolvimento a educação tem importância fundamental. O autor considera a longevidade e a educação como importantes indicadores de desenvolvimento, acrescentando que ambas são responsáveis pela formação de outros indicadores.

O acesso à universidade demonstra a possibilidade de ascensão social. No caso específico do Salobrinho, essa realidade ainda se apresenta distante de

uma perspectiva que venha a melhorar a situação dos moradores do bairro.

Conforme Barreto *et al.* (1990, p. 87).

Em períodos passados confundia-se o acesso e a conclusão do ensino superior com o preparo para o exercício de papéis sociais, políticos e econômicos atribuídos às elites. E, hoje, de modo ainda acentuado, no espaço denominado ‘Eixo Ilhéus-Itabuna’, implantou-se uma estrutura urbana, justificada pela implantação de Instituições como a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), com sua sede regional e seu Centro de Pesquisas e hoje a Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), no atual bairro do Salobrinho, antigo Distrito de Ilhéus. Melhores segmentos desse ensino ainda são reservados a essa função. Ao mesmo tempo, porém, parcelas crescentes dos estratos médios e mesmo inferiores da sociedade procuram ter acesso ao ensino de terceiro grau como canal de ascensão e de mobilidade (grifo do autor).

A educação reflete a possibilidade de transformação e desenvolvimento dos sujeitos e da sociedade. Segundo Santos (2002), é através dela que se pode formar o cidadão consciente e atuante na sociedade a fim de transformá-la em um lugar melhor e menos excludente.

Nesse sentido, Midlej (2004, p. 9) afirma sobre a universidade que é

através de suas atividades-fins (ensino, pesquisa e extensão) direcionadas para as diversas dimensões da intervenção planejada no espaço geoes educacional, a universidade deve eleger políticas e definir o papel institucional

substantivos à uma interação entre instituição e comunidade de sua área de inserção. Assim, será possível oferecer condições para produzir e socializar conhecimentos comprometidos com a realidade social, capacitar profissionais em estreita relação com as necessidades locais, desenvolver tecnologias adequadas ao meio, atuando como força propulsora do desenvolvimento regional.

A presença da Uesc no Salobrinho enriquece e amplia as condições de desenvolvimento, não só por características intrínsecas ao seu funcionamento, como também por ação involuntária de sua própria existência.

CAPÍTULO 3

A UESC, O SALOBRINHO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

3.1 Influência financeira e econômica da Uesc no bairro do Salobrinho

São poucos os estudos realizados no Brasil que avaliam o potencial das universidades públicas em movimentar recursos financeiros para as suas áreas de abrangência. Os trabalhos de Bovo (1999), Lopes (2003), Borges (2004) e Kosempel (1995), da província de Colúmbia, nos Estados Unidos, são algumas das referências utilizadas neste estudo. A característica comum entre os estudos reside no fato de a pesquisa estar relacionada aos impactos financeiros no âmbito municipal.

Kosempel (1995), na sua investigação sobre a Universidade de Vitória, concluiu que os rendimentos gerados pelo salário do pessoal técnico e docente, as compras diretas feitas pela instituição e as despesas pagas por estudantes e visitantes do campus revelam que aquela universidade potencializa a economia com presente impacto sobre a renda e emprego locais.

O que diferencia a nossa pesquisa dos referenciais citados, e a torna ímpar nesse tipo de estudo, é o fato de se buscar identificar o desenvolvimento socioeconômico em um bairro. Os trabalhos citados, entretanto, buscam apresentar os impactos econômicos dentro de uma relação regional/municipal. Observa-se, contudo, que as compras de material para manutenção da Uesc são calculadas sobre os impactos municipais.

No que concerne aos impactos econômicos gerados pela presença da Uesc, pesquisou-se o número dos professores, funcionários e estagiários da universidade residentes no Salobrinho e a média salarial deles, a partir de dados fornecidos pela Gerência de Recursos Humanos. Essas informações também foram buscadas nas empresas terceirizadas e outras com concessão de serviços. Após isso, o montante dos gastos da universidade com salários pagos aos moradores do bairro do Salobrinho foi calculado.

Outro impacto interessante está relacionado à presença dos estudantes no bairro, os quais contribuem para o desenvolvimento do comércio por meio dos gastos com mantimentos, através do aluguel de casas residenciais e da compra de produtos de manutenção.

Deve-se ressaltar, como aponta Lopes (2003), que os impactos financeiros são pertinentes à geração de empregos diretos e indiretos. Sobre os empregos diretos, têm-se os professores e os técnicos administrativos da Universidade que residem no Salobrinho. Incluem-se também nessa categoria os estagiários e menores aprendizes que moram no bairro. Os empregos indiretos estão relacionados aos serviços de segurança, alimentação e limpeza, que são fornecidos por empresas terceirizadas que atuam na Uesc, por meio de concessão de funcionamento. Esses empregos estão, em sua maioria, nas mãos de moradores do Salobrinho, principalmente pelo não pagamento do auxílio transporte

por parte das empresas. Tal situação mostra-se nociva aos cidadãos da comunidade, mas não deixa de apresentar seu lado positivo: emprega a população local.

A TABELA 9 mostra que a Uesc é responsável por 219 postos de trabalho, diretos e indiretos no Salobrinho.

TABELA 9 – Impactos financeiros da Uesc no bairro do Salobrinho

Impactos Financeiros Diretos e Indiretos da Uesc no Salobrinho		
Universidade	Salários pagos	Quantidade
Uesc diretamente	Servidores da Uesc	43
	Estagiários da Uesc	20
	Menores Aprendizizes da Uesc	20
	TOTAL	83
Uesc – Empresas terceirizadas	Restaurante Universitário	4
	Vigilância	12
	ACMAV Limpeza e jardinagem	93
	TOTAL	109
Empresas privadas que atuam na Uesc	Cantina Sabor e Saúde	6
	Cantina do Lelê	4
	Casa da Xérox	4
	Livraria Estação da Cultura	2
	Xérox Bahia Copy	5
	Xérox do seu Zé	6
	TOTAL	27
TOTALIDADE		219

Fonte: Pesquisa para o mestrado em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (Uneb), 2008.

Também é resultado da influência econômica da Uesc no bairro a instalação dos estudantes oriundos de outras cidades, que moram de aluguel em pensionatos. Conforme levantamento da pesquisa (TABELA 10) constatou-se nove pensionatos no Salobrinho, cujos donos são moradores do bairro, num total de 30 (trinta) estudantes residindo nessas casas, com aluguel variando entre R\$

200,00 (duzentos reais) e R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais); com isso gera-se em torno de R\$ 7.450,00 (sete mil e quatrocentos e cinquenta reais) por mês, R\$ 89.400,00 (oitenta e nove mil e quatrocentos reais), por ano. O montante ajuda na manutenção econômica das famílias, movimentando o comércio da localidade.

TABELA 10 – Levantamento dos pensionatos pertencentes a moradores do Salobrinho

Pensionato	Hóspedes	Aluguel	Total
P01 ⁵	4	R\$ 250,00	R\$ 1.000,00
P02	4	R\$ 200,00	R\$ 800,00
P03	3	R\$ 300,00	R\$ 900,00
P04	3	R\$ 250,00	R\$ 750,00
P05	3	R\$ 250,00	R\$ 750,00
P06	3	R\$ 250,00	R\$ 750,00
P07	4	R\$ 250,00	R\$ 1.000,00
P08	3	R\$ 250,00	R\$ 750,00
P09	3	R\$ 250,00	R\$ 750,00
TOTAL	30	R\$ 2.250,00	R\$ 7.450,00

Fonte: Pesquisa para o mestrado em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (Uneb), 2008.

Os entrevistados revelaram a importância desse ramo de atividade para os moradores, fato que ajuda na manutenção e sobrevivência das famílias.

– Também aluguéis, porque os estudantes alugam casas... Então isso aí tudo é uma maneira de trazer renda para os moradores do Salobrinho, por que, quando os estudantes estão de férias, você vê a diferença do comércio (DEPOIMENTO C2, 2008, f. 1-2).

⁵ Optou-se por apresentar as pousadas por código para manter o anonimato dos proprietários.

O movimento melhorou bastante, muitas pessoas alugam casas. Desenvolveu bastante (DEPOIMENTO C10, 2008, f. 10-11).

Em ponto econômico muito bom, porque... Trazem estudantes de fora que têm moradores, que têm suas casas alugadas, aluguéis né? Isso já é um ponto já positivo, importante... A renda no comércio aumenta mais, é... Têm muitas pessoas de fora, tá entendendo? É... Eu acho muito assim... Vantajoso essas pessoas que têm seus comércios e por causa de aluguéis daqui (DEPOIMENTO C14, 2008, f. 15).

– Tem, é porque... Os aluguéis têm muitas casas... O pessoal, muita gente aqui vive de aluguel... Então a Uesc contribuiu muito... no caso aluno... Alunos que vêm de fora pra estudar no Salobrinho, então aluga casas... Residência. É... é isso, como eu falei agora e pro... Pela quantidade de gente que aumentou, as pessoas que aumentou e... O pessoal alugando, aí agente vê a Uesc tem... A gente vê a presença da Uesc aqui na Comunidade do Salobrinho (DEPOIMENTO C15, 2008, f. 15-16).

A prática do aluguel de imóveis tornou-se comum em algumas casas do bairro e funciona como alternativa econômica. Essa atividade não seria possível sem a presença da Universidade.

Outro levantamento realizado está relacionado aos estabelecimentos que funcionam no Salobrinho e que são beneficiados pela presença da Uesc, conforme apresenta a TABELA 11. Foram encontrados 89 estabelecimentos, sendo responsáveis pela criação de 190 postos de trabalho (TABELA 12), o que representa um impacto financeiro de R\$ 91.200,00 (noventa e um mil e duzentos reais) para o bairro.

TABELA 11 – Relação dos estabelecimentos comerciais e de serviços identificados no Salobrinho (2006)

ESPECIFICAÇÃO	N.º	%
Oficina de refrigeração	1	1,12
Bar	27	30,24
Lanchonete	5	4,48
Mercearia	15	16,80
Peixaria	1	1,12
Panificadora	2	2,24
Loja de confecções	1	1,12
Bomboniere	6	6,72
Açougue	1	1,12
Salão de beleza	6	6,72
Loja de material de construção	4	4,48
Farmácia	2	2,24
Frutaria	1	1,12
Oficina de bicicleta	3	3,36
Mercado	4	4,48
Vídeo locadora	1	1,12
Movelaria	1	1,12
Venda de utilidades	1	1,12
Serigrafia	2	2,24
Restaurante	2	2,24
Venda de artesanato	3	3,36
Total	89	100

Fonte: Proex, Uesc, 2008.

TABELA 12 – Relação de postos de trabalho gerados pelo comércio do Salobrinho (2006)

ESPECIFICAÇÃO	N.º	%
Permanente	172	90,53
Temporário	18	9,47
Total	190	100,00
Parentes	168	88,42

Fonte: Proex, Uesc, 2008.

A FIGURA 6 apresenta a área onde existe o maior movimento comercial do bairro, que funciona na margem da rodovia. Essa movimentação modifica a paisagem urbana, contribuindo para uma melhor valorização imobiliária, em virtude da maior proximidade com a Uesc.

Brose (2000) destaca a importância da intensificação das forças locais no processo de desenvolvimento econômico e social. Segundo o autor, a criação de novos postos de trabalho e a manutenção dos já existentes, bem como a ampliação de oportunidades locais com incentivo à instalação de novas empresas, tendo em vista sempre o fortalecimento da localidade, são essenciais para que haja o desenvolvimento. A população deve participar ativamente nesse processo, com vistas à melhoria das condições de vida e ao desenvolvimento sustentável e estruturado das forças produtivas da localidade.

FIGURA 6 – Comércio do Salobrinho



Fonte: Foto José Ricardo Rosa dos Santos, 2008.

A partir da visão de Brose (2000), percebe-se que a Uesc tem contribuído no processo de desenvolvimento do Salobrinho, também em função da movimentação na economia local destacada anteriormente.

Diante disso, convém destacar a necessidade de haver uma maior proximidade entre o poder público e a Uesc, e entre ela e a comunidade, para que, em conjunto, soluções sejam estudadas e aplicadas para a melhoria das condições de vida dos moradores, objetivando alcançar maior e melhor desenvolvimento.

3.2 O desenvolvimento socioeconômico do Salobrinho após a Uesc

A maioria das famílias do Salobrinho ainda vive com condições salariais difíceis, muitas nem chegando a completar um salário mínimo mensal. Um estudo mais aprofundado da Universidade nesse aspecto, através da percepção do grau de interferência de suas atividades nas condições de renda e de consumo, poderia possibilitar melhores mecanismos de atuação e apresentar propostas que pudessem refletir numa melhoria das condições de vida da população do bairro.

Para Cartibani e Pereira Filho (1996, p. 43),

o conhecimento mais aprofundado das relações existentes entre as diversas variáveis relacionadas ao consumo e a renda desses grupos populacionais permitirá uma definição mais correta de quais instrumentos adequados de políticas devem ser acionados em favor da melhoria de vida.

A atribuição da universidade em gerar possibi-

lidades para o desenvolvimento leva-a a uma atuação mais evidenciada na sua região de abrangência, tanto pela proximidade e facilidade de acesso, como pela localização estratégica em lugares onde o poder público encontra dificuldade de atuação.

Midlej (2004, p. 9) destaca que

as instituições universitárias identificadas com o perfil regional ancoram-se em projetos acadêmico-institucionais de aportes para o desenvolvimento local, baseando suas ações na construção do saber vinculado à realidade social e melhoria das condições de vida das comunidades onde estão inseridas, mas sem perder de vista seus valores de universalidade.

Em virtude da instalação, primeiramente da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Cepac) e depois da Uesc, o Salobrinho cresceu e formou uma nova estrutura urbana, reflexo desse contexto. Até a ideia de uma cidade universitária ou tecnópole foi sugerida e com projeto apresentado. O plano não seguiu em frente, mas deixou a imagem de mais uma alternativa/esperança para a comunidade do local.

Gaspareto (2000, p. 3) deixa claro que

no caso da Universidade Estadual de Santa Cruz – Uesc, a meio caminho entre Ilhéus e Itabuna, faz falta a criação de um ambiente que induza naturalmente a um maior intercâmbio e vivência acadêmicos [sic], com vista na formação de massa crítica em áreas tidas como estratégicas para a universidade e para o Sul da Bahia.

Essa conjuntura deixa a Uesc numa situação

bastante complexa, isto é, atender às demandas sociais da comunidade já que, em virtude da crise da lavoura cacaueteira, a Ceplac deixou de ser polo referencial de desenvolvimento. Em face disso, a Uesc parece ter ficado com mais esta função.

Segundo Midlej (2004, p. 8)

esta multiplicidade de funções exige das instituições universitárias sua adequação a dinâmicas sociais específicas de cada localidade, um sistema acadêmico diferenciado e embasamentos teóricos e técnicos que busquem subsidiar estratégias de alavancagem de processos regionais e inserção global, além de desejável transformação social.

A Uesc, enquanto órgão público estadual, atua no desenvolvimento local através da movimentação financeira que gera nas regiões de abrangência e, com isso, tem condições de contribuir para a melhoria das condições de vida da população. Através da formação de capital humano, também opera no desenvolvimento, mesmo que em longo prazo. Entende-se por capital humano a soma de habilidades do indivíduo, originadas pela educação e pelo treinamento, a fim de gerar produtividade, crescimento econômico e conseqüente mobilidade social.

Um dos grandes entraves para uma melhor atuação das universidades encontra-se no poder público, que exige delas atuação mais expressiva, porém não oferece condições para tanto, muito pelo contrário, reduz verbas e achata salários de professores e técnicos.

Segundo Fialho (1998, p. 29),

o apelo do Estado quanto a uma participação mais expressiva das universidades nas ques-

tões do desenvolvimento (expresso na lei ou no compromisso de algumas autoridades ou dirigentes) se, de um lado, sugere no âmbito da decisão política o reconhecimento de um importante papel a ser exercido pelas universidades, de outro, tem se revelado insuficiente, posto que ainda são necessários inúmeros desdobramentos, de caráter operacional e de apoio à gestão institucional, com vistas ao seu cumprimento.

A universidade, que funciona como extensão das ações do Estado, deve agir tomando por base o desenvolvimento local, através da noção de ser humano enquanto cidadão, e trabalhar na ideia de participação da sociedade, seja nos projetos diretos do Estado, seja nos projetos de extensão da própria universidade. As ideias e propostas de desenvolvimento geradas de cima para baixo, sem destacar as iniciativas locais, acarretam diversos problemas de ordem social, pois, como afirma Brose (2000, p. 72), a promoção do desenvolvimento local

não pode seguir modelos pré-fabricados que se mostraram inviáveis, enfrentando novos paradigmas na promoção da cidadania através de iniciativas inovadoras.

Na década de 1980, ocorreram transformações, no contexto regional, iniciadas pela crise da lavoura caqueira. O desemprego de trabalhadores rurais expulsou famílias do campo para as periferias das cidades de Ilhéus e Itabuna, e parte delas instalaram-se no Salobrinho, conforme destaca Andrade (2003).

As necessidades sociais do Salobrinho aumentaram, o que levou o município de Ilhéus a promover políticas públicas na área de educação, saúde, saneamento,

transporte, comunicação e lazer. Na educação, promoveu a capacitação dos professores e duplicação das salas de aula; na saúde, implantou uma Unidade de Saúde da Família (1999); no saneamento, passou a fazer coleta diária de lixo, foi implantado o sistema de abastecimento de água e iniciaram-se as obras de esgotamento sanitário; no transporte, permitiu o aumento de empresas de ônibus para Ilhéus, acarretando na diminuição do valor das passagens; na comunicação, viabilizou a implantação de uma agência de correios; e no lazer, a construção de uma praça (ANDRADE, 2003).

Com base nessas informações e através das respostas das lideranças do Salobrinho, os dados referentes às características socioeconômicas foram obtidos antes e após a estadualização da Uesc, base temporal escolhida para este estudo.

A maioria das lideranças do bairro concorda que as condições de moradia antes da Uesc eram ruins ou regulares e melhoraram depois da chegada da Universidade.

Apesar disso, um dos entrevistados realizou a seguinte avaliação negativa:

– Até no nível econômico, ela só fez inflacionar o lugar. Onde hoje uma casa que você conhece e você vê que vale 100 reais, essa casa hoje, por vim pessoas de fora, ela vale 300, 350 reais. Hoje tem casa que o teto tá caindo na sua cabeça... ela tá valendo 500 reais. Então isso é um absurdo (DEPOIMENTO C12, 2008, f. 11-13).

Segundo Amim e Profice (2003, p. 4-5), no que concerne às condições de residência da comunidade do Salobrinho,

as moradias oscilam entre habitações de tijolos, telhas, recapadas com cimento, pintadas, possuindo passeio frontal, até estruturas habitacionais com coberturas de amianto, paredes inacabadas ou mal conservadas tendo no plano frontal uma organização que não limita passeios e ruas. As casas se agrupam formando galerias, becos, travessas e avenidas (corriços). O crescimento da universidade produz na paisagem urbana do bairro a emergência em seus arredores, de pensionatos estudantis e restaurantes/pensões.

Essa explanação demonstra a influência da universidade no desenvolvimento do panorama urbano do bairro e apresenta também a presença da desigualdade social, conforme afirma Fontes (2002, p. 5) no Relatório de Atividades,

é a existência de moradias em que pessoas vivem em condições de extrema pobreza junto a outras que refletem condição social diferenciada o que demonstra a presença da desigualdade social que existe no bairro.

Ratificando essa informação, Costa (2008, p. 54) destaca que

a tipologia das residências e estabelecimentos comerciais varia desde o sapê, adobe, à estrutura em alvenaria com acabamento em chapisco, emboço e reboco, revestidos com pintura ou cerâmica.

As FIGURAS 7, 8, 9 e 10 mostram essa disparidade nas características das casas dos moradores do Salobrinho. O que se percebe é que as residências próximas

da Universidade apresentam, em sua maioria, características estruturais diferenciadas em relação àquelas mais afastadas.

Quanto à infraestrutura urbana, os entrevistados consideram que, antes da Uesc, o grau de satisfação era ruim. Tal observação revela que o bairro se encontrava em condições muito precárias. Os dados solicitados nessa questão foram: iluminação pública, segurança, transporte, destino dado aos dejetos humanos, destino dado ao lixo domiciliar, origem da água para consumo humano e tratamento dado à água para consumo humano.

FIGURA 7 – Residência do Salobrinho (1)



Fonte: Foto José Ricardo Rosa dos Santos, 2007.

FIGURA 8 – Residência do Salobrinho (2)



Fonte: Foto Andrade, 2003.

FIGURA 9 – Residências do Salobrinho (1)



Fonte: Foto José Ricardo Rosa dos Santos, 2007.

FIGURA 10 – Residências do Salobrinho (2)



Fonte: Foto José Ricardo Rosa dos Santos, 2007.

Segundo informações da Secretaria de Serviços Urbanos de Ilhéus (Sesur), os serviços urbanos no bairro estão sendo realizados regularmente (QUADRO 7). A coleta de lixo ocorre de segunda a sábado, no período da manhã, e a iluminação pública funciona bem, com 250 postes, havendo a troca de lâmpadas quando solicitada. O cemitério do bairro também recebe cuidados regularmente. O Salobrinho possui rede de água e esgoto e, em caso de falta d'água, a prefeitura fornece através de carro pipa.

QUADRO 7 – Demonstrativo dos serviços urbanos realizados no Salobrinho

Serviço	Informações
Coleta de lixo	De segunda a sábado – das 7 às 10h
Cemitério do Salobrinho	Serviços gerais / manutenção completa
Iluminação pública	Serviços de manutenção e troca de lâmpadas – total 250 postes
Água potável	Distribuição em carro pipa quando falta

Fonte: Sesur, 2008.

Nota: Elaboração José Ricardo Rosa dos Santos, 2008.

Quanto ao transporte, os entrevistados, atribuindo o mérito à presença da Uesc, afirmaram que é o bairro de Ilhéus mais privilegiado com a presença de ônibus a todo o momento, mesmo em se tratando de localidade longe do centro da cidade (16 km).

Segundo Amim e Profice (2003, p. 4),

os ônibus circulam com frequência, durante o período letivo da Universidade Estadual de Santa Cruz – Uesc (trinta em trinta minutos), sendo menos frequentes no período de férias escolares. No período noturno circulam até às 23:30h, tendo os moradores a opção do último ônibus que faz a linha Ilhéus e Itabuna.

Segundo informações da Secretaria de Trânsito de Ilhéus (Setrans), o Salobrinho possui 101 horários, com duas linhas, uma direto para a Praça do Salobrinho e mais duas linhas novas que chegam até à frente da Universidade, conforme especifica o QUADRO 8.

QUADRO 8 – Demonstrativo dos serviços de transporte no bairro do Salobrinho

Descrição	Informações
Total de ônibus	De segunda a sexta – 12 ônibus
	Sábado/domingo/feriados – 6 a 8 ônibus
Horários	101 horários
Prestadoras de Serviço	Duas empresas fazem a rota
Linhas	Zona Norte/Uesc Zona Sul/Uesc Centro/Uesc via Cidade Nova Centro/Uesc via Av. Itabuna
Motoristas	61 motoristas

Fonte: Setrans, 2008.

Nota: Elaboração José Ricardo Rosa dos Santos, 2008.

Os entrevistados percebem o sistema de transporte, em virtude da presença da Uesc, da seguinte forma:

– Em relação ao ônibus, eu acho injusto, por que nós temos os ônibus aqui de 20 e 20 minutos. Então eu acredito que nem lá em Ilhéus, naqueles bairros lá, tem tanto ônibus enquanto tem aqui no Salobrinho, nos horários de 20 e 20 minutos. O que fica um pouco a desejar são os ônibus de Itabuna, porque, quando a Uesc está em pleno funcionamento, nós temos um ônibus regular de 40 e 40 minutos, mas, quando a Uesc não está funcionando infelizmente é 1 hora ou 1 hora e meia que você tem que esperar para ir para Itabuna, e a gente sabe que Itabuna está a 11 km daqui, muito mais perto do que Ilhéus, com certeza (DEPOIMENTO C5, 2008, f. 5-7).

– Melhorou 100%, principalmente o transporte. Quando eu vim morar aqui a gente andava por uma empresa antiga chamada Sulba. Era um tormento quando eu ia para a feira, quan-

do vinha o ônibus aí eles diziam: “não, esse só vai até Cachoeira”, às vezes, a gente saía daqui 5:00 da manhã pra chegar de tarde, pois não tinha transporte. É graças à Uesc que o transporte está aí a todo instante. A gente não tem mais o que se preocupar com o transporte (DEPOIMENTO C9, 2008, f. 9-10).

– O transporte se desenvolveu bastante porque os ônibus mesmo só têm quando está funcionando a faculdade, aí, aparece muito ônibus, mas quando chega o final de semana, não tem nada. Fica parado praticamente (DEPOIMENTO C10, 2008, f. 10-11).

– Em questão, assim, da Uesc pro Salobrinho é a questão dos Ônibus né? Que aumentaram... é... A quantidade de ônibus por causa da Uesc... A gente tem essa quantidade de ônibus por causa da Uesc (DEPOIMENTO C14, 2008, f. 15).

– A parte de transporte mesmo, se não fosse a Uesc, eu nem sei como é que os moradores do Salobrinho, pois nos dias de domingo quando não tem aula a gente vê a diferença. Nos sábados, a gente vê que isso influencia muito (DEPOIMENTO C2, 2008, f. 1-2).

– O transporte sim, porque o transporte influencia, há um melhoramento aqui nosso, apesar entre a cidade de Ilhéus e de Itabuna, então com isso, nós somos beneficiados (DEPOIMENTO C11, 2008, f. 11).

– E na questão do transporte, a gente não melhorou em nada. A gente paga passagem inteira aqui. Só melhorou pra junto da Uesc, e a comunidade não teve nenhuma vantagem nisso. A

lei federal é uma lei basicamente determinante. Quando diz que nós temos direitos à meia passagem, causa-nos estranheza, e que, nos acordos da Uesc e o DCE teve com a Rota não obtiveram a clareza de entender que o Salobrinho tá tão próximo e tem as mesmas necessidades se eles próprios, alunos detém, alunos daqui que vai para cidades vizinhas da cidade de Itabuna para fazer faculdade, alunos daqui que vai pro Ciso, que vai pro IME, vai pra Itabuna. De repente está sendo sufocado pela Rota, que quer simplesmente ganhos econômicos, porque, quanto mais 1,60 entrar, o rotativo, claro que o acúmulo econômico é maior em relação... estamos falando a meia passagem que os estudantes do Salobrinho têm direito e que ta sendo negado e pelo que o DCE da Uesc não sabe, não sentou pra colocar os acordos do Salobrinho. E isso eu digo porque já entrei em contato com os meninos de lá e que é, ficou de fazer a elaboração do contrato com nós daqui como instituição (DEPOIMENTO C12, 2008, f. 11-13).

Percebe-se que a Uesc é a principal responsável pelo bom funcionamento do transporte no Salobrinho. Os ônibus que circulam no bairro estão em bom estado e atendem à população local, aos estudantes e servidores da Instituição. A crítica dos usuários que residem na localidade relaciona-se à dependência do itinerário do transporte ao funcionamento da Universidade, pois a quantidade de veículos das linhas Salobrinho–Ilhéus e Salobrinho–Itabuna fica prejudicada nos períodos em que há recesso acadêmico.

Quanto à segurança, o bairro precisa de uma atenção maior do poder público, uma vez que o seu crescimento, em virtude da presença da Uesc, tem gerado novas demandas. No bairro existe, apenas, um posto po-

licial com dois servidores responsáveis pela segurança de toda a comunidade, conforme informação do Posto Policial do Salobrinho.

A FIGURA 11 (A; B; C; D) apresenta o nível de infraestrutura urbana identificada no Salobrinho no momento da pesquisa. Percebe-se, pelas fotos, que as condições urbanas estão precárias e precisando de cuidados urgentes. Andrade (2003) destaca que a ausência de planejamento e a carência de recursos e meios de infraestrutura fazem com que o Salobrinho sofra os reflexos da degradação ambiental, acarretando prejuízos ao ambiente, assim como à saúde da população.

FIGURA 11 – Infraestrutura urbana no bairro do Salobrinho



Fonte: Fotos (A; B; C; D) José Ricardo Rosa dos Santos, 2008.

Andrade (2003) destaca também que na microárea de risco do Salobrinho, correspondente à região ribeirinha, encontra-se a maioria dos indicadores desfavoráveis ao saneamento básico situados na região. É também a área que fica mais distante da Unidade de Saúde da Família, necessitando reforço nas ações de saúde para promoção da equidade.

Em relação ao grau de satisfação quanto ao acesso aos bens de consumo antes e depois da Uesc, um dos entrevistados não atrelou a sua possibilidade em adquirir bens de consumo à presença da Uesc; porém, para outros entrevistados, a satisfação quanto a isso, depois da Uesc, foi caracterizada como bom.

A maioria das lideranças percebe que, em virtude da estadualização da universidade, a situação de vida melhorou, por isso definem como bom o grau de satisfação quanto ao acesso aos bens de consumo, o que não significa o ideal. Antes da presença da Uesc, a percepção em relação a isso era ruim; nota-se que o mínimo de mudança gera esse tipo alteração na percepção.

Em levantamento realizado pela Proex/Uesc, identificou-se 21 tipos de estabelecimentos, em que bares e mercearias são os mais frequentes, seguidos por bombonieres e salões de beleza. Esta pesquisa identificou, além desses estabelecimentos comerciais, mais duas papelarias, duas *lan houses* e um posto de gasolina com restaurante, que somados, empregam um total de 15 moradores. Além disso, percebe-se, em função da presença desses estabelecimentos, uma mudança no perfil de consumo dos moradores do bairro, evidenciada pela presença da comunidade acadêmica no Salobrinho.

No que se refere à comunicação e ao lazer, a situação demonstra estar ainda pior. Os entrevistados não conseguem caracterizar, antes da Uesc, estes aspectos

como bom ou ótimo, identificando-os como ruim e regular. Após a Uesc, essa qualificação melhorou, mas ainda apresenta nível muito insignificante diante da presença de uma universidade, que é centro de saber e cultura, com apenas um pequeno número de entrevistados apresentando o conceito bom como característica.

As FIGURAS 12, 13 e 14 apresentam dois símbolos do bairro significativos em relação ao lazer: a Praça João Francisco de Carvalho e o campo de futebol, respectivamente.

A Praça João Francisco de Carvalho, FIGURAS 12 e 13, é bastante frequentada pelos moradores e por outras pessoas, principalmente alunos da Uesc, que esperam os ônibus ou, simplesmente, usam o espaço para momentos de distração.

FIGURA 12 – Praça João Francisco de Carvalho



Fonte: Foto José Ricardo Rosa dos Santos, 2008.

FIGURA 13 – Praça João Francisco de Carvalho



Fonte: Foto Costa, 2008.

Em relação às características da praça, Costa (2008, p. 59) destaca que

a praça João Francisco de Carvalho [...], fundada em 1989, localiza-se às margens da rodovia Ilhéus/Itabuna [...], numa cota de elevação de 1.75m em relação ao nível da rodovia, ocupando área equivalente a 312m². Pode ser classificada como praça originária do traçado viário, pelo cruzamento de quatro vias proporcionando o subtipo de praças quadrangulares e retangulares [...]. Apresenta conformação retangular, com canteiros laterais e centrais elevados sobre estrutura em alvenaria. Há impermeabilização do solo através da concretagem, não há mobiliário urbano e as poucas árvores existentes possuem raízes aéreas que compro-

metem a pavimentação. O acesso a este espaço se dá através de escadarias.

O campo de futebol, FIGURA 14, é frequentado por moradores e visitantes. Tonini (2007) destaca que a área de lazer é constituída de espaço descampado e não ocupado por construções, possuindo duas traves de madeira em cada lado. Trata-se de uma opção de lazer bastante valorizada por boa parte da população do Salobrinho, principalmente os mais jovens. Amim e Profice (2003, p. 5), fazendo uma crítica à poluição que ocorre na região, apresentam o campo, destacando que

embora não possua nenhuma estrutura, o campo tem como paisagem de fundo uma bela vegetação, além da presença marcante do próprio Rio Cachoeira, poluído pelas indústrias e esgotos da região e das cidades por onde passa.

FIGURA 14 – Campo de futebol do Salobrinho (em reforma)



Fonte: Foto José Ricardo Rosa dos Santos, 2008.

No que tange à comunicação, o bairro possui uma agência dos Correios, que foi implantada na década de 1990. A Uesc também dispõe de uma agência, que serve à comunidade acadêmica.

Quanto à saúde, os entrevistados identificaram que, antes da Uesc, a situação era ruim – o bairro ainda apresenta uma carência grande nesse aspecto; porém, depois da Uesc, houve uma pequena melhora. Isso revela que a saúde é algo que precisa ser visto com maior interesse pelos poderes locais, e a Uesc tem muito mais a contribuir, não só pelos cursos ligados à área de saúde e das atividades de extensão, como também pela própria noção de respeito ao ser humano.

Com a presença da Uesc, e a instalação do Curso de Medicina, diversas atividades na área estão sendo efetuadas no bairro. Segundo informações do colegiado do curso, todos os anos, desde a implantação do curso, trabalhos na área de saúde têm sido realizados no bairro. Segundo Andrade (2003), a Uesc participa da Estratégia Saúde da Família no Salobrinho, atuando por intermédio dos cursos de Enfermagem e Medicina, e das ações de pesquisa e extensão.

A Unidade de Saúde da Família é um dos campos do Estágio Supervisionado de Enfermagem. Segundo informações dos postos de saúde do Salobrinho, a capacidade de atendimento é de 1.500 famílias, porém, em 2008, foram atendidas, apenas, 948 famílias. A FIGURA 15 (A; B) apresenta os postos de saúde e a FIGURA 16 uma pequena clínica de exames.



Fonte: Fotos José Ricardo Rosa dos Santos, 2008.



Fonte: Foto José Ricardo Rosa dos Santos, 2008.

Brose (2000) destaca a longevidade e a educação como os principais indicadores para o desenvolvimento local. Por isso, investimentos e políticas voltadas à saúde são essenciais para que a localidade prospere.

Em levantamento realizado nos anos de 2000 e 2001, Andrade (2003) identificou que as ações dos núcleos de saúde da família melhoraram a situação do bairro, com o aumento da cobertura vacinal; diminuição da morte de mulheres em idade fértil e diminuição na taxa de mortalidade infantil, conforme apresenta a TABELA 13.

TABELA 13 – Levantamento dos resultados do PSF – Salobrinho, 2000 e 2001

Cobertura vacinal	2000	2001
< 1 ano	90,38 %	93,75 %
1 - < 2 anos	93,46 %	93,48 %
Mulheres em idade fértil	2000	2001
Mortalidade	1 óbito	-
Nascidos vivos	2000	2001
Pesados ao nascer	86,52 %	95,65 %
Baixo peso ao nascer	9,29%	9,06%

Fonte: Andrade, 2003.

Nota: Elaboração José Ricardo Rosa dos Santos, 2008.

No que diz respeito à educação, os entrevistados percebem, com a presença da Uesc, uma evolução bastante positiva. Antes da Universidade, o grau de satisfação era ruim e regular. Com a presença da Uesc, essa percepção mudou de contexto, passando para bom o grau de satisfação.

O QUADRO 9 apresenta a quantidade de escolas, professores e alunos, bem como os horários de funcionamento do sistema escolar do bairro. Existem duas escolas, uma municipal (FIGURA 17), dividida em três núcleos, e outra estadual (FIGURA 18), juntas somam um total de 2.100 alunos matriculados, o que representa 28% da população do bairro.

Devido a uma grande mobilização da população e pela força da Universidade no contexto regional, o bairro recebeu o Colégio Estadual do Salobrinho, que oferece

o ensino médio. Segundo Brose (2000), é através da participação do indivíduo e da mobilização social que as demandas das localidades são levadas em consideração pelos governantes.

O colégio atende à população do Salobrinho e adjacências e representa melhoria para a população, que precisava se deslocar 16 km somente para concluir o ensino médio, o que gerava uma despesa a mais com transporte e deixava muitos jovens sem acesso à educação. Segundo Santos (2002), a escola precisa atuar como instrumento de mudança, de busca de ideal possível e de luta pela qualidade de vida da sociedade. Com as dificuldades de acesso, essa função da escola ficava ainda mais distante de ser alcançada.

QUADRO 9 – Demonstrativo dos serviços de educação no bairro do Salobrinho

Escolas	Informações
Escola Municipal do Salobrinho (5ª a 8ª séries)	Total de alunos matriculados: 1.200 Funcionamento: manhã, tarde e noite Total de professores: 33 - Começou a funcionar em 1963
Escola Municipal do Salobrinho Anexo II (Alfabetização a 1ª série)	Total de alunos matriculados: 250 Funcionamento: manhã e tarde Total de professores: 5
Escola Municipal do Salobrinho Anexo III (1ª a 5ª séries)	Total de alunos matriculados: 250 Funcionamento: manhã e tarde Total de professores: 6
Colégio Estadual do Salobrinho (Ensino médio)	Total de alunos matriculados: 400 Funcionamento: manhã, tarde e noite Total de professores: 16 - Foi inaugurado em novembro de 2006.
Total de alunos matriculados: 2.100	
Total de professores: 60	

Fonte: Escola Municipal do Salobrinho e Colégio Estadual do Salobrinho, 2008.

Nota: Elaboração José Ricardo Rosa dos Santos, 2008.

A escola de ensino fundamental iniciou suas atividades no ano de 1963, no governo de Herval Soledade, com apenas duas salas de aula. Andrade (2003) destaca que, antes, as ações sociais referentes ao ensino eram desenvolvidas por intermédio de fazendeiros de cacau; depois, no governo de Jabes Ribeiro, houve uma reforma. Atualmente, a instituição educacional denomina-se Escola Municipal do Salobrinho (FIGURA 17).

O estabelecimento escolar passou por várias dificuldades para funcionar, utilizou, por um bom tempo, inclusive, salas de aula da Uesc para atender aos alunos do 4º ao 8º anos do ensino fundamental durante o turno vespertino. Essa situação ocasionou diversos embates que geravam dificuldades no desenvolvimento das atividades da Universidade e da escola. Andrade (2003) destaca que, apesar de o número de salas ter dobrado, não houve acesso de todas as crianças ao ensino.

FIGURA 17 – Escola Municipal do Salobrinho (ensino fundamental)



Fonte: Foto José Ricardo Rosa dos Santos, 2008.

FIGURA 18 – Colégio Estadual do Salobrinho (ensino médio)



Fonte: Foto José Ricardo Rosa dos Santos, 2008.

Quanto ao emprego e a renda, a percepção, antes da Uesc, era ruim. Um número maior de entrevistados destaca como bom o grau de satisfação após a Uesc.

Para Brose (2000), o conceito de cidadania está ligado às condições mínimas de educação, saúde, segurança e bem-estar econômico, estando essas referências ligadas diretamente ao processo de desenvolvimento local.

Existe um entendimento dos entrevistados de que a presença da Uesc contribuiu com a melhoria do nível socioeconômico das famílias do Salobrinho. Observa-se que, dentre os indicadores de desenvolvimento socioeconômico, a relação emprego-renda-educação-condições de moradia é a mais forte entre as lideranças do bairro.

3.3 As dimensões do Desenvolvimento de Brose no contexto Uesc x Salobrinho

As palavras-chave encontradas após a análise de maior potência e frequência nas entrevistas foram: universidade, Salobrinho e desenvolvimento.

Para a administração da Uesc, as coocorrências mais frequentes em relação à palavra-chave universidade foram: Salobrinho, desenvolvimento, econômico e pesquisa; para os representantes do Salobrinho, foram: Salobrinho, trabalho, pessoa e desenvolvimento. As coocorrências em comum foram: Salobrinho e desenvolvimento.

Os representantes da Uesc percebem associações positivas à palavra-chave universidade, em relação à coocorrência Salobrinho, computando-se 75%. Os representantes do Salobrinho, mesmo sendo uma diferença percentual pequena, apresentam uma oposição maior, com 56% de associação negativa.

Esse fato deve-se, principalmente, ao afastamento da Universidade para com a comunidade do Salobrinho, segundo a percepção das lideranças locais. A população não está satisfeita com a política “de cima para baixo”, em que surgem os projetos já prontos e a população tem apenas a “obrigação” de aceitar. Afirmam que a atuação da Uesc no bairro poderia ser melhor, mas pela falta de ajuda da Universidade em conscientizar o povo e incentivar os jovens a estudar, essa visão é ratificada.

Sobre as ações públicas vindas de “cima para baixo”, sem consulta à população, Brose (2000, p. 61) comenta:

a população demanda cada vez mais atenção, especialmente nos municípios menores do interior, exige mais qualidade, está cada vez

mais esclarecida quanto a seus direitos e quer que os produtos e serviços sejam adequados às suas necessidades. O espaço para pacotes prontos é cada vez menor.

Para os representantes da Uesc, a presença da Universidade mudou o Salobrinho, levando conhecimento, ação social e crescimento econômico. A comunidade acrescenta ainda o transporte e a possibilidade de trabalho para os moradores do bairro como grandes benefícios.

No que diz respeito à relação universidade/desenvolvimento, para os representantes da Uesc e do Salobrinho a associação positiva é relevante, com 87% e 73%, respectivamente. Segundo a representação da Uesc, a universidade interfere no bairro e, à medida que ela cresce, o Salobrinho acompanha o crescimento, considerando essa função como finalidade e competência da Instituição.

Na seção 3.2, foram apresentadas algumas entrevistas das lideranças do Salobrinho nas quais concordam com a proposição de que o transporte evoluiu e melhorou muito com a presença da Uesc.

Ambas as representações concordam que o fator economia é um grande exponencial nessa relação positiva. Alguns relatos comprovam essa percepção:

– Bom. Eu vejo que o desenvolvimento econômico, no sentido de repasse de salários... transferência de renda [...] E os outros projetos também que têm uma finalidade de fomento, de formação, de capacitação, isso também de alguma forma eles acabam contribuindo para o desenvolvimento econômico (DEPOIMENTO A1, 2008, f. 16-17).

– Enquanto social, ou seja, inserir o Salobrinho em uma realidade mais, como eu posso dizer assim, econômica de melhor situação, esse a universidade tem uma obrigação. O crescimento econômico do Salobrinho, ele está sendo paralelo ao crescimento da universidade porque, na realidade, o município de Ilhéus, onde o Salobrinho faz parte, não tem tanta interferência como a Uesc tem nesse crescimento econômico (DEPOIMENTO A2, 2008, f. 17-19).

– A Uesc, aqui, ela representa muito no desenvolvimento econômico, emprego, porque a Uesc aqui emprega muitas pessoas (DEPOIMENTO C2, 2008, f.1-2).

– Um grande número de famílias aqui do bairro cresce economicamente e seus moradores podem também investir no crescimento socioeconômico do mesmo (DEPOIMENTO C4, 2008, f. 4-5)

– No caso do desenvolvimento econômico para o Salobrinho, a Uesc representa muito, por priorizar as pessoas do Salobrinho a trabalharem nela, sendo assim, melhora também a parte das pousadas e os comércios, porque ela atrai os estudantes do Salobrinho para colaborar. O pessoal passa a residir aqui no Salobrinho, com isso dá um melhoramento econômico (DEPOIMENTO C11, 2008, f.11).

Segundo Bovo (1999), as universidades contribuem na dinamização da economia local através da movimentação de recursos financeiros em grande escala, causando um impacto considerável sobre a economia dos municípios próximos a elas.

Lopes (2003, p. 110) considera que

a relevância dos impactos econômicos imediatos das universidades públicas se materializa na dinamização da economia dos municípios onde elas se localizam. Esta dinamização decorre dos gastos financeiros relacionados ao funcionamento dessas Instituições. Estes gastos, embora públicos e, conseqüentemente, abertos a toda a sociedade, são mais intensos nas localidades onde as universidades estão instaladas.

Essas informações caracterizam a contribuição das universidades com seus gastos em manutenção, mas é importante também apresentar essa contribuição através da oferta de emprego. Como a Uesc fica pouco distante de Ilhéus e Itabuna, a absorção de mão de obra local é inevitável. No entanto, pelo próprio histórico do bairro, ainda apresenta-se tímida a participação de moradores do Salobrinho em funções com mais relevância econômica e política dentro da Universidade.

Segundo Pröhl (1998), visto em Brose (2000), existem quatro estratégias básicas para atingir o crescimento econômico com base na melhoria da qualidade de vida e na sustentabilidade, são elas: criar novos postos de trabalho, garantir a manutenção dos postos de trabalho já existentes, ampliar as chances de emprego para a população local e estabelecer condicionantes favoráveis para o crescimento econômico das empresas locais.

Percebe-se, nessas estratégias, que é importante a ampliação de oportunidades para que a população local tenha emprego. Essa situação favorece a economia e fortalece a localidade.

Lopes (2003) destaca a importância das atividades de pesquisa para o desenvolvimento local. Segundo ele (2003, p. 151),

[...] é pelo desenvolvimento das atividades de pesquisa que se verificam os mais importantes impactos da universidade pública sobre a economia local.

Algumas observações são feitas pelos entrevistados, acordando a importância da pesquisa para o bairro:

– Bem, a Uesc, ela entrando no tripé dela, que é o ensino, a pesquisa e a extensão... Em relação à pesquisa, o Salobrinho sempre foi o foco mais concentrado de interesse em relação a Uesc. A Uesc sempre teve o Salobrinho como referência na questão da pesquisa [...] Então, no primeiro momento, a pesquisa foi o que aproximou mais o Salobrinho da universidade (DEPOIMENTO A2, 2008, f. 17-19).

– Com a participação de funcionários da Uesc e de estudantes, porque estão sempre fazendo pesquisa aqui, orientando... Eles trazem propostas de... Por exemplo, de cursos... Então, é muito importante a participação da Uesc (DEPOIMENTO C2, 2008, f. 1-2).

– Muito bom, é boa a presença da Uesc, porque, assim... É um ponto de referência pra tudo, né? Abre as portas pra fazer cursos... Pra pesquisas em geral... É um ponto muito bom, muito positivo pros moradores, pra nós moradores do Salobrinho (DEPOIMENTO C14, 2008, f. 15).

Albuquerque (2004) enfatiza a importância das universidades e dos centros de investigação científica e tecnológica para os sistemas produtivos locais. Segundo o autor (2004, p. 168),

con todo, hay que superar cuanto antes el desencuentro existente entre la oferta de capacitación de universidades y centro formativos y las necesidades de innovación en los diferentes sistemas productivos locales. Para ello es fundamental que las entidades educativas, universitarias y de investigación científica y tecnológica se incorporen activamente a las iniciativas de desarrollo económico local.

Fortalecendo essa afirmação, Bovo (1999, p. 103) destaca que

o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico proporcionado pelas pesquisas realizadas junto com os serviços prestados à comunidade [...] constitui o retorno que elas proporcionam à sociedade.

Apesar dessa visão positiva, percebe-se que, em se tratando da Uesc, é possível observar que apesar do grande número de pesquisas realizadas, tendo como foco o Salobrinho, ainda há dificuldade de acesso a esse material. Em virtude disso, a comunidade está desgastada, desanimada e até revoltada com muitas das atividades realizadas pela Universidade, e essa visão precisa mudar, para evidenciar os dois sujeitos como aliados.

A relação entre a palavra-chave universidade e a coocorrência trabalho, na percepção dos representantes do Salobrinho, apresenta-se 74% como positiva. Isso demonstra que a importância da Uesc em gerar empregos é visível, funcionando como a melhor alternativa e a maior esperança para a comunidade.

Segundo Kosempel (1995), a Universidade de Vitória destaca-se pela potencialidade em gerar empregos.

Ela é a quarta maior empregadora da província de Colúmbia Britânica, nos Estados Unidos.

Lopes faz uma explanação sobre a Universidade Federal do Rio de Janeiro, em relação a sua potencialidade em gerar emprego:

no Rio de Janeiro, a UFRJ movimentou mais de 800 milhões de reais e emprega diretamente mais 14.000 trabalhadores, sendo 4.386 técnico-administrativos e 3.414 docentes e mais 6.000 trabalhadores em serviços terceirizados. Esta quantidade de empregos coloca esta instituição entre as maiores empregadoras do Estado (2003, p. 109).

Essa demonstração de força das universidades também é percebida no Salobrinho. Segundo as lideranças do bairro, a empregabilidade atinge vários moradores do bairro, serve de incentivo aos jovens e é importante, pois as pessoas necessitam dela. Em contrapartida, elas se queixam de a participação estar mais ligada aos serviços braçais. Tal fato não retira a força da Universidade nesse sentido, conforme algumas explicações:

– O que mudou, como eu falei, foi na área de emprego. Foi muito bom o que aconteceu e hoje o Salobrinho tem que agradecer, porque essa universidade dentro do Salobrinho, porque surgiu emprego (DEPOIMENTO C1, 2008, f. 1).

– A Uesc, aqui, ela representa muito no desenvolvimento econômico, emprego, porque a Uesc aqui emprega muitas pessoas... Pais de família, e mães de família aí na Uesc, e também tem a parte dos estudantes (DEPOIMENTO C2, 2008, f. 1-2).

– Eu vejo que têm várias pessoas moradoras daqui, pais de família, que trabalham na Uesc, outros trabalham indiretos, e outros são funcionários. Na crise que a região está, a Universidade está ajudando e bastante. Todo dia surge emprego. Trabalho na Universidade sobra sempre pra um morador, dois moradores, três moradores... Ajuda bastante (DEPOIMENTO C3, 2008, f. 2-4).

– Já deu pra, é, trazer empregos pra muitas pessoas daqui principalmente os jovens, e é claro que não deixa também de ser uma válvula de incentivo para os jovens também aqui da comunidade (DEPOIMENTO C5, 2008, f. 5-7).

– Em minha opinião, a relação da Uesc com o Salobrinho é um ponto referencial pra comunidade, principalmente porque temos gerado alguns empregos pra pessoas que habitam no bairro do Salobrinho (DEPOIMENTO C7, 2008, f. 8-9).

– Uma oportunidade de emprego (DEPOIMENTO C8, 2008, f. 9).

– Em primeiro lugar, traz emprego, onde 60% das pessoas do Salobrinho trabalham aí na Uesc, pode ser empresa contratada ou pela própria Uesc, estagiários e menores aprendizes. Além dos pais, tem os filhos também que trabalham (DEPOIMENTO C9, 2008, f. 9-10).

– Sim, tem sim, porque teve muito emprego, muito movimento aqui no Salobrinho. Aumentou muito o emprego pro pessoal (DEPOIMENTO C10, 2008, f. 10-11).

– A comunidade do Salobrinho está percebendo

essa presença mais através de emprego pra algumas pessoas que necessitam. Eu creio que só isso, a comunidade não tem boa visão da Uesc, uma vez que não contribuiu ainda pra o melhoramento no bairro do Salobrinho (DEPOIMENTO C11, 2008, f. 11).

– Sim, porque tem trazido emprego, não é? Pros moradores... Pras pessoas que moram no Salobrinho, é... Estágio pra pessoas e... Tem sim contribuído com desenvolvimento, bom! (DEPOIMENTO C14, 2008, f. 15).

No que diz respeito à relação “universidade” com a coocorrência “pessoa”, percebe-se 76% de associação. Destaca-se emprego aos moradores, seguido de moradores incentivados e melhoria das condições de vida. Percebe-se, nessa relação, que o fator emprego também é forte. A queixa está ligada à percepção de um distanciamento da Universidade com relação à comunidade. Isso é apresentado na relação: tem uma barreira.

Para a administração da Uesc, as coocorrências mais frequentes em relação à palavra-chave Salobrinho foram: Uesc, desenvolvimento, relação e possibilidade. Para os representantes do Salobrinho, foram: Uesc, pessoa, morador e desenvolvimento. As coocorrências em comum foram: Uesc e desenvolvimento/crescimento.

Os representantes da Universidade percebem associações com a palavra-chave Salobrinho em relação à coocorrência Uesc, somando 76%. Os representantes do Salobrinho também compreendem uma associação maior, apresentando 58%.

Dentre as relações positivas, identifica-se que, para ambas as representações, há uma preocupação maior com a comunidade, tem gerado emprego, interferiu no

desenvolvimento e na juventude. Em resumo, houve uma mudança no Salobrinho. Mais uma vez a questão do emprego é apresentada. A percepção de que há uma preocupação maior da Instituição com o desenvolvimento do bairro é demonstrada pelos entrevistados:

– A Uesc, durante o tempo que eu desenvolvi aqui a minha juventude, venho percebendo uma preocupação da instituição em interferir na comunidade pra o crescimento, pra o desenvolvimento social, e intelectual também. O crescimento do bem-estar econômico, e isso a gente percebe em razão dessa preocupação da Uesc em ta desenvolvendo cursos, promovendo palestras e até incentivando... Orientações na área financeira, onde os comerciantes fazem empréstimos, pequenos empréstimos, tem até um grupo que assessora esse pessoal (DEPOIMENTO C13, 2008, f.13-14).

– Hoje em dia, eu acho que a Uesc já tem uma preocupação maior com o Salobrinho, ela não está simplesmente dando uma ação assistencialista que era o que tinha anteriormente. Hoje em dia, os projetos estão tendo um foco de permitir ao pessoal do Salobrinho um crescimento e a possibilidade de caminhar com suas próprias pernas (DEPOIMENTO A2, 2008, f.17-19).

No que diz respeito à relação entre a palavra-chave Salobrinho com a coocorrência desenvolvimento, houve associação em 75% para a representação da Universidade e 86% para os entrevistados do Salobrinho. Dentre as relações, destacam-se: universidade interferiu e reflexo da universidade, para a representação da Uesc; economia, muitas pessoas alugam casas e muito satisfatório,

para a representação do Salobrinho.

Essas relações mostram que os entrevistados acreditam na ideia de que o crescimento e o desenvolvimento do bairro sofrem interferências diretas da Uesc. Verifica-se que o aluguel de casas é visto como uma alternativa de desenvolvimento econômico e esse fator é reflexo direto da presença da Universidade. Em resumo, a Uesc ajuda o bairro a se desenvolver, através da movimentação de recursos e fortalecimento da comunidade local, essa é uma abordagem que justifica o desenvolvimento local.

Barquero (2002) destaca que as políticas de desenvolvimento local são instrumentos necessários para o enfrentamento das transformações da sociedade e que as localidades, através de ações locais, têm em mãos essas ferramentas.

Verifica-se, nesse contexto, que o Salobrinho, através do auxílio da Universidade, possui a possibilidade de caminhar e, através da ação interna, buscar o desenvolvimento local.

Para a representação da Uesc, a relação entre o Salobrinho e a coocorrência “relação” tem o mesmo quantitativo. Ao mesmo tempo em que se percebe que a relação é necessária para o Salobrinho e é um foco de pesquisa, nota-se também uma contribuição pequena e falta acesso dos moradores.

Já para a coocorrência “possibilidade”, a relação é positiva em 84%, representa uma visão de que o bairro, através do apoio da Universidade, já consegue trilhar caminhos para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população.

No que diz respeito à coocorrência “pessoa”, para a representação do Salobrinho, sua relação com a palavra-chave Salobrinho encontra-se também equilibrada, com apenas 52% de relação positiva, apresentam-se

como associações: trabalham na Uesc; melhoramento econômico com aluguéis; têm prioridade para Uesc; Uesc é um ponto referencial e melhor condição de vida. Já como oposições: não tem conhecimento adequado; deveriam ser ouvidas; são de baixa renda; eles têm uma barreira e não oferece a condição necessária.

Diante dessas relações, pode-se identificar que os fatores emprego e renda são mais uma vez referenciados. A Universidade, preocupada com o bairro e funcionando como ponto de referência, também aparece. Essas informações servem para ratificar a presença da universidade como força propulsora de desenvolvimento local e como uma alternativa para o bairro.

Segundo Midlej (2004, p. 117), citando as quatro universidades estaduais da Bahia,

sob o modelo vigente, as Universidades Estaduais baianas estruturaram-se via aglomeração de escolas superiores isoladas. Embora criadas em períodos distintos, todas tiveram características comuns, trazidas das escolas que as antecederam, direcionadas à formação de professores e ao projeto acadêmico institucional respaldado na sua importância como mola propulsora para o desenvolvimento regional.

Essa característica da universidade em possibilitar o fortalecimento da economia local e do desenvolvimento social gera esperanças e estabelece uma relação de envolvimento entre a comunidade e a instituição. Por outro lado, surge um aspecto negativo da relação entre a comunidade local e a universidade quando as pessoas não são ouvidas e não recebem informações adequadas para que possam entender realmente qual a função e o valor da presença da universidade. É necessário que o

cidadão tenha conhecimento e participe das discussões promovidas pela universidade a fim de que o caminho do desenvolvimento ocorra de maneira coerente. Segundo Brose (2000, p. 107),

é necessária uma ativa participação do cidadão, um engajamento na diversificação da sociedade civil para possibilitar que as demandas da comunidade sejam levadas em consideração nos processos decisórios.

Em relação à coocorrência morador, destaca-se a oposição, quantificando 60%. Com a relação Uesc trouxe emprego e renda, mais uma vez destaca-se a concepção de universidade como grande colaboradora nesse sentido. As oposições estão ligadas, basicamente, ao morador e a sua representação, deixando a Uesc apenas com a responsabilidade na falta de cursos que satisfaçam as necessidades.

Para a administração da Uesc, as coocorrências mais frequentes em relação à palavra-chave desenvolvimento foram: Uesc, Salobrinho, econômico e projetos. Para os representantes do Salobrinho foram: Salobrinho, Uesc, pessoa e aluno.

Apresenta-se um fato interessante na relação das coocorrências da palavra-chave desenvolvimento em virtude de haver 100% de associação em todas elas, para a representação da Uesc. Quanto à coocorrência Uesc/universidade, destacam-se as seguintes relações: interferência no Salobrinho; Uesc mudou o Salobrinho; influência no Salobrinho; preocupação com o Salobrinho e possibilidade de avanço. Essas relações apresentam uma visão de que o principal agente de desenvolvimento do bairro é a Uesc.

A importância da Uesc para o Salobrinho é percebida nas falas dos entrevistados.

– A comunidade está percebendo que é uma universidade, dentro do Salobrinho... É muito importante [...] É o seguinte, a Uesc, ela tem contribuído nesse trabalho social [...], é muito importante o trabalho social (DEPOIMENTO C1, 2008, f. 1).

– Eles trazem propostas de... Por exemplo, de cursos... Então, é muito importante a participação da Uesc. Então muito importante a presença da Uesc. Há diferença do movimento no comércio porque os estudantes não estão presentes. Então aí a gente vê, assim, como é importante a presença da Uesc aqui, e dos estudantes pra nós, aqui, comerciantes (DEPOIMENTO C2, 2008, f.1-2).

– A UESC teve uma importância fundamental aqui na comunidade na luta com esse lado social, né? (DEPOIMENTO C5, 2008, f. 5-7).

– Foi importante também porque as pessoas hoje que trabalham na Uesc prestam serviços ao governo... têm outra segurança (DEPOIMENTO C11, 2008, f. 11).

Na concepção dos representantes do Salobrinho, para essa coocorrência, existe também uma relação positiva com percentual maior. Trata-se de 76% de associação contra 24% de oposição. Fica demonstrada também nessa relação que a Universidade contribuiu para a melhoria do bairro.

Ao contrário da representação da Uesc, talvez até pela vivência dos moradores, algumas relações negativas são expostas e merecem ser apresentadas: poucas atividades direcionadas; trouxe muita violência; a Uesc não tem colaborado; o município não tem a mesma influência.

A pesquisa demonstra que o município de Ilhéus

não tem tido tanta influência no bairro quanto tem a Uesc. Esta situação prejudica o desenvolvimento do Salobrinho, que entrega à Universidade todas as suas esperanças e expectativas.

Essa observação aparece nas entrevistas:

– Quem tem que fazer isso são os moradores, que têm de procurar o município de Ilhéus e exigir do município ações que venham a resolver os problemas deles como o saneamento, outros problemas... De asfalto, toda essa questão estrutural... A universidade não tem interferência, não é a obrigação dela. A obrigação da universidade é levar o conhecimento pro Salobrinho e as possibilidades de que as pessoas possam avançar de forma mais pontual. [...] O crescimento econômico do Salobrinho ele está sendo paralelo ao crescimento da universidade porque na realidade o município de Ilhéus, onde o Salobrinho faz parte, não tem tanta interferência como a Uesc tem nesse crescimento econômico (DEPOIMENTO A2, 2008, f. 1-2).

– Eu acho que a Uesc vai ter muito mais sucesso quando fizer isso e também envolver Secretaria, envolver Município, envolver os Departamentos, né? E agente sabe, na verdade, [que] o papel da Universidade não é isso, esse é o papel da prefeitura, e é claro que a gente sabe que quem tem uma influência muito grande e deixa a desejar é a própria Associação dos Moradores (DEPOIMENTO C5, 2008, f. 5-7).

– A saúde não é tanto a obrigação da universidade, é do poder público (DEPOIMENTO C3, 2008, f. 2-4).

– Eles acham que a Universidade tem a obrigação de fazer saneamento básico, tem

a obrigação de tirar os esgotos a céu aberto, tem obrigação de trazer emprego, tem obrigação de trazer conhecido pra população do Salobrinho (DEPOIMENTO C5, 2008, f. 5-7).

– Outra parte cabe à autoridade local também, deve contribuir no tocante principalmente nas suas competências originais, que é infraestrutura, e aí a Universidade, nessa seara, a Universidade não precisa atuar (DEPOIMENTO A1, 2008, f. 16-17).

No Salobrinho, a carência de assistência do poder local demonstra uma deficiência do verdadeiro papel do município na prática de suas funções, refletindo em consequências negativas para essa comunidade e para a própria Universidade.

No que diz respeito à coocorrência “Salobrinho”, as representações da Uesc e do Salobrinho consideram como relação positiva a situação econômica melhor, apresentando que muitas pessoas alugam casas o que, consequentemente, gera crescimento da renda familiar.

Já na coocorrência “estudantes”, as relações positivas superam em 86% as negativas. A presença dos estudantes favorece o desenvolvimento do Salobrinho, pois eles forçaram o bairro a melhorar. Essas observações servem para mostrar que houve um rendimento para o Salobrinho, e isso tem contribuído muito positivamente.

Convém lembrar que alguns gastos dos alunos não atingem apenas a economia do Salobrinho, mas a economia municipal como um todo, como é o caso das despesas com transporte.

Como relação negativa à presença dos estudantes, apresenta-se apenas muita violência pro bairro, conforme depoimento a seguir:

– Desenvolveu bastante o bairro do Salobrinho, e tem o lado ruim, que vieram estudantes de muitas partes e trouxe muita violência pro bairro, e até uma influência negativa (DEPOIMENTO C9, 2008, f. 9-10).

Quanto à representação da Uesc, a coocorrência “econômico”, com relação à palavra-chave desenvolvimento, demonstra, basicamente, o contexto sobre o impacto financeiro da presença da Uesc no bairro, apontando que o desenvolvimento veio ao Salobrinho, em paralelo ao crescimento da Universidade, através da contribuição direta na renda dos moradores, por meio da interferência da Uesc.

A coocorrência “projetos” destaca-se, também, com as seguintes associações: contribui para o desenvolvimento; finalidades específicas; permitir crescimento. Os projetos que a Universidade apresenta à sociedade têm função de envolver a comunidade no meio acadêmico, e, da mesma forma, atuar como política pública social de atenção à comunidade.

A TABELA 14 apresenta um apanhado geral das coocorrências e suas relações com as palavras-chave, indicando, para uma melhor visualização, o quantitativo percentual das relações na visão das representações da Uesc e do Salobrinho.

Percebe-se, na tabela, que a maioria das relações é positiva. Os dois diferenciais estão nas relações da palavra-chave “Salobrinho” com suas coocorrências na concepção dos representantes do bairro, que totalizam 57% e 43% de associação e oposição, respectivamente, demonstrando equilíbrio no contexto e nas relações da palavra-chave “desenvolvimento” com suas coocorrências na concepção dos representantes da Uesc, apresentando 100% de aproveitamento na relação positiva.

TABELA 14 – Resumo dos quadros de coocorrências e relações – índice percentual

Coocorrências e Relações associadas à palavra-chave Universidade/Uesc					
Representantes da Uesc			Representantes do Salobrinho		
Coocorrência	+	-	Coocorrência	+	-
Salobrinho	75%	25%	Salobrinho	44%	56%
Desenvolvimento	87%	13%	Trabalho	74%	26%
Econômico	87%	13%	Pessoa	76%	24%
Pesquisa	87%	13%	Desenvolvimento	73%	27%
TOTAL	79%	21%	TOTAL	63%	37%

Coocorrências e Relações associadas à palavra-chave Salobrinho/Comunidade					
Representantes da Uesc			Representantes do Salobrinho		
Coocorrência	+	-	Coocorrência	+	-
Uesc	76%	24%	Uesc	58%	42%
Desenvolvimento	75%	25%	Pessoa	52%	48%
Relação	50%	50%	Morador	40%	60%
Possibilidade	84%	16%	Desenvolvimento	86%	14%
TOTAL	74%	26%	TOTAL	57%	43%

Coocorrências e Relações associadas à palavra-chave Desenvolvimento/ Crescimento					
Representantes da Uesc			Representantes do Salobrinho		
Coocorrência	+	-	Coocorrência	+	-
Uesc	100%	0%	Salobrinho	78%	22%
Salobrinho	100%	0%	Uesc	76%	24%
Econômico	100%	0%	Pessoa	100%	0%
Projetos	100%	0%	Aluno	86%	14%
TOTAL	100%	0%	TOTAL	81%	19%

Fonte: Pesquisa para o mestrado em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (Uneb), 2008.

Nota: Elaboração José Ricardo Rosa dos Santos, 2008.

A tabela tomou por base todas as coocorrências apresentadas. As coocorrências que mais aparecem são: Salobrinho (4); desenvolvimento (4) e Uesc (4). Com base nessas informações e nos índices apresentados,

constatou-se que tanto os representantes da Universidade quanto as lideranças do Salobrinho identificam essas três coocorrências com relação positiva às palavras-chave. Pode-se afirmar, então, que as representações da Uesc e do Salobrinho entendem que a presença da Universidade está gerando desenvolvimento social e econômico no bairro.

Outro fato percebido na tabela foi o equilíbrio encontrado nas relações das coocorrências “relação”, “morador” e “pessoa”, no que concerne à palavra-chave “Salobrinho”. Essa informação remete a necessidade de uma reflexão sobre como está a relação entre a Uesc, o poder público, o Salobrinho e os moradores.

Com fundamento nos conceitos de Brose (2000), buscou-se fazer o diagnóstico das relações apresentadas na análise de conteúdo das entrevistas, tendo como base as dimensões do desenvolvimento local (Gestão Ambiental e uso racional de recursos naturais; Inclusão Social; Fortalecimento da Economia Local; Mobilização da Sociedade), conforme TABELA 15. Em virtude da não aplicabilidade da dimensão Inovação na Gestão Pública, optou-se por não utilizá-la na base de análise. A função da universidade pública não está ligada à gestão pública, ela não é secretaria de governo.

TABELA 15 – Análise das relações com base nas dimensões do desenvolvimento local

DIMENSÕES	ASSOCIAÇÕES	n.	OPOSIÇÕES	n.
Gestão Ambiental e uso racional de recursos naturais	Referência em Pesquisa	5		00
	Total	5	Total	00
	100 %		0 %	
Inclusão Social	Vantagem de transporte/ônibus	5	Falta curso que satisfaça as necessidades	1
	Ação Social	3	Poucas atividades direcionadas	1
	Projetos voltados para o bairro	4	Não tem conhecimento adequado	1
	Oferece cursos	2	Aumentou a violência	4
	Leva conhecimento	2	Deveria dar mais suporte	7
	Preocupação com o Salobrinho	4	Poucos moradores fazem vestibular	5
	Biblioteca para estudo	1	Programas de cima para baixo/ conscientização/ ouvir as pessoas	11
	Atividades direcionadas	1		
	Interferência da UESC no Salobrinho/ nas políticas públicas	8		
	Total	30	Total	30
50 %		50 %		

Continua

Fortalecimento da Economia Local	A Uesc trouxe Emprego/trabalho e renda	14	Deslocamento de Renda	2
	Muitas pessoas alugam casas	5	Serviço braçal temporário/ limpeza	5
	Reflexo do crescimento	8	Não há clareza de desenvolvimento	2
	Desenvolvimento econômico/ situação econômica melhor	7	Ainda é tímido	3
	Desenvolvimento veio ao Salobrinho	7		
	Total	41	Total	12
	77 %		23 %	
Mobilização da Sociedade	Referência muito grande para o Salobrinho	7	Associações inoperantes	3
	Total	7	Total	3
70 %		30 %		

Fonte: Pesquisa para o mestrado em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (Uneb), 2008.

Nota: Elaboração José Ricardo Rosa dos Santos, 2008.

As dimensões do desenvolvimento de Brose servem de base de avaliação para os programas de políticas de desenvolvimento local e têm como princípio a qualidade de vida e o meio ambiente, além da preocupação com o crescimento econômico. No caso específico das relações apresentadas, identificaram-se, por meio da interpretação das falas dos entrevistados, os indicativos dessas dimensões, que foram destacados pelo quantitativo de suas aparições. Por exemplo, a relação muitas pessoas alugam casas apareceu na pesquisa cinco vezes e enquadra-se na dimensão Fortalecimento da Economia Local.

As associações apresentadas na TABELA 15 mostram que o fortalecimento da economia local e a

inclusão social, respectivamente, são as dimensões do desenvolvimento mais evidentes na relação da Uesc com o Salobrinho. A mobilização da sociedade, a gestão ambiental e o uso racional dos recursos naturais estão praticamente inexistentes nesse contexto, e isso demonstra uma fragilidade institucional em trabalhar esses aspectos, visto que a Uesc possui diversos cursos e estudos ligados a tais questões.

A TABELA 16 apresenta o percentual das dimensões do desenvolvimento no contexto das relações Uesc e Salobrinho. Percebe-se, na tabela, que o fortalecimento da economia local, com 49,2% das relações apresentadas na análise de conteúdo, é a dimensão que se destaca no processo de desenvolvimento local no Salobrinho, fato esse demonstrado pela movimentação econômica decorrente da presença da Uesc. No que diz respeito à inclusão social, com 36%, percebe-se que a Universidade também contribui nesse processo, porém, conforme apresentado na TABELA 14, as associações apresentadas se igualam às oposições, o que revela a necessidade de uma nova dinâmica da Uesc nesse contexto.

TABELA 16 – Percentual das dimensões do desenvolvimento no contexto das relações (associações) Uesc e Salobrinho

Dimensões do Desenvolvimento	%
Fortalecimento da Economia Local	49,2%
Inclusão Social	36%
Mobilização da Sociedade	8,4%
Gestão Ambiental e uso racional dos recursos naturais	6%

Fonte: Pesquisa para o mestrado em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (Uneb), 2008.

Nota: Elaboração José Ricardo Rosa dos Santos, 2008.

O fortalecimento da economia local é entendido por Brose (2000) como o processo que preconiza a

potencialidade local, percebido pelo poder de compra da população. O surgimento de empresas e a movimentação comercial é referência nesse contexto. No que diz respeito ao Salobrinho, a presença da Uesc representou o dinamismo da economia do bairro, através da instalação de estabelecimentos e serviços, além da absorção de mão de obra local na Universidade.

No que diz respeito à inclusão social, Brose (2000) enfatiza que a educação, a saúde e a nutrição são também norteadoras do desenvolvimento. Após a presença da Uesc ocorreu a instalação e ampliação da rede de ensino; ampliação no atendimento de saúde com o PSF; maior atuação da prefeitura em serviços de infraestrutura. Essas ações demonstram avanço no processo de desenvolvimento, porém ainda existe a necessidade de trabalhos que melhorem ainda mais o processo.

Brose (2000) destaca que a mobilização da sociedade é definida pela participação ativa do cidadão nos processos de decisão. Conforme análise das entrevistas, percebeu-se que essa dimensão não está sendo evidenciada pela Universidade no contexto local. A população do Salobrinho encontra-se carente nesse assunto e precisa do apoio da Uesc para melhorar sua condição de “sociedade mobilizada”. A explanação de um entrevistado deixa nítida essa imagem:

– Às vezes, a nossa comunidade é muito letárgica, perde muito em não perceber a presença da Uesc e aproveitar a sua proximidade, a influência que ela exerce na nossa comunidade, e procurar tirar proveito disso no bom sentido. Eu creio que a nossa comunidade é muito simples, é uma comunidade que ta crescendo aos poucos, e essa coisa do avanço da evolução, psicológico, um avanço científico e da

educação própria, ela acontece aos poucos e, às vezes, a própria instituição, às vezes, peca em não ver isso nas suas lideranças, e criamos aqui lideranças que, tipo professor, coordenadores das áreas da faculdade que... Departamentos, que se envolvia mais com a questão do social do Salobrinho, mas isso eu não culpo muito a instituição, mas é a nossa parte mesmo. A gente não aprendeu ainda a ser organizado, as associações que existem aqui no Salobrinho são associações inoperantes, não se envolveram socialmente ainda com o trabalho com a comunidade. E isso, às vezes, atrasa o desenvolvimento (DEPOIMENTO C13, 2008, f. 13-14).

As dimensões “gestão ambiental” e “o uso racional dos recursos naturais” são também de extrema importância no processo de desenvolvimento local, segundo Brose (2000), visto que representam a sustentabilidade econômica e melhoria das condições de vida do homem. Conforme verificado na pesquisa, as ações da Uesc encontram-se praticamente ainda nulas quanto a isso.

Diante dos dados e análises apresentadas, percebe-se que a Uesc tem uma participação ativa no Salobrinho; ainda que pela simples presença, ela interfere em seu processo de desenvolvimento, fato esse que diferencia o bairro dos demais, colocando-o como centro das mais diversas discussões e estudos.

A existência das universidades públicas está associada ao desenvolvimento econômico, social, cultural, político e ambiental, constituindo-se em espaços privilegiados para a cultura, distribuição do conhecimento e para a formação de profissionais e cidadãos.

O desenvolvimento local, com base nos teóricos citados e nas entrevistas e suas interpretações, revela uma

situação ímpar na relação Uesc e Salobrinho. Trata-se de realidades diferentes, porém interligadas por laços geográficos que se refletem na economia, na política, na cultura e no meio ambiente local e que geraram uma nova concepção de mundo para os moradores do bairro e nova concepção de ideias, para a Uesc.

CAPÍTULO 4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que motivou este trabalho foi a curiosidade em investigar a função da universidade pública como agente de desenvolvimento local, em especial, sua contribuição como fomentadora socioeconômica na região de sua abrangência.

O estudo partiu da observação do bairro do Salobrinho, Ilhéus, Bahia, localidade na qual a Universidade Estadual de Santa Cruz está instalada. Por tratar-se de uma instituição pública, tida como referência na Bahia, pensar a localidade que a circunda remete a uma concepção de interferência e movimentação no bairro. Essa interferência, seja de forma espontânea ou provocada, constrói uma nova imagem da localidade e apresenta o Salobrinho como também um ponto de alusão, daí a preocupação em levantar objetivos que visassem analisar a presença da Uesc no bairro.

No processo de edificação do trabalho, buscou-se encontrar uma conexão entre a universidade pública e a localidade, caracterizada por um espaço que recebe influência direta e indireta da presença de uma instituição dessa natureza, o que altera as características físicas,

humanas e sociais locais.

Tal conexão remete à constatação de que os órgãos públicos do Estado modificam as localidades de sua abrangência e atuam como agentes de desenvolvimento e crescimento local. Tal abordagem identifica também o conceito de descentralização, característico do sistema atual de governo.

As políticas públicas do Estado encontram nas universidades públicas uma via para se trabalhar o desenvolvimento local, com abordagem nas regiões mais carentes, não significando que essas instituições são órgãos ou secretarias específicas do Governo. Sejam alternativas de extensão de políticas que têm como objeto, também, além da produção de conhecimento, da troca de saber, das pesquisas, dos programas e dos projetos de caráter interno e de extensão do Estado, a real contribuição com o desenvolvimento e crescimento regional.

Levando-se em conta a realidade do Salobrinho, através dos relatos das lideranças socioeconômicas e culturais locais, evidencia-se que o processo de estadualização da Uesc alterou, significativamente, o contexto do bairro.

Sabendo-se que o desenvolvimento do Salobrinho depende muito da atuação do poder local, constata-se que a presença da Universidade Estadual de Santa Cruz é um diferencial que pode contribuir com a melhora da situação do bairro, pois ela pode agir como colaboradora através de suas funções específicas de universidade. A presença de uma instituição estadual de grande porte no contexto do Salobrinho contribui para que haja uma melhor atenção à localidade, que incondicionalmente acaba participando das transformações ocasionadas por essa presença. Em virtude disso, e à luz de abordagens que apregoam a importância das universidades públicas no processo de

desenvolvimento regional, buscou-se compreender como a presença da Uesc contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade do Salobrinho em Ilhéus, de 1991 a 2008.

No caso específico do Salobrinho, algumas contribuições econômicas da presença da Uesc são percebidas no orçamento municipal como, por exemplo, os gastos da Universidade com compra de bens e a arrecadação municipal pelo transporte público.

As universidades públicas são instituições sem fins lucrativos e que fornecem vários serviços à comunidade, serviços que são visíveis diretamente e outros que causam impactos, mas que passam imperceptíveis por parte dos cidadãos. Um exemplo desse impacto é o crescimento econômico.

A Uesc representa um grande potencializador do desenvolvimento local, influenciando positivamente no contexto socioeconômico do Salobrinho. Percebe-se que, dentre as dimensões do desenvolvimento local abordadas por Brose (2000), o fortalecimento da economia local é a mais forte na relação entre a Uesc e o Salobrinho.

A maioria das relações apresentadas na análise de conteúdo é positiva, com exceção das relações referentes à palavra-chave Salobrinho/comunidade, com suas cocorências na concepção dos representantes do bairro.

Como sugestões para uma melhor interação/integração da Universidade com seu entorno, devem-se ajustar as atribuições da instituição universitária às dinâmicas sociais específicas do bairro.

Percebe-se que os recursos tecnológicos e de pesquisa são importantes para o processo de desenvolvimento econômico local. Entretanto, o amadurecimento de suas funções explícitas é algo que precisa ser amplamente discutido, estudado, debatido e divulgado, pois,

em se tratando da Uesc, é possível observar que, apesar do grande número de pesquisas realizadas através dessa instituição, tendo como campo de investigação o bairro do Salobrinho, ainda há dificuldade de acesso a esse material e falta um retorno concreto dos resultados das pesquisas.

Com base nas dimensões do desenvolvimento de Brose e nos resultados da pesquisa, elaborou-se um quadro de sugestões, a curto, médio e longo prazo, para uma melhor relação entre a Uesc e o Salobrinho, tendo como objetivo a melhoria do bairro e o fortalecimento da Universidade no seu papel social (TABELA 17).

TABELA 17 – Sugestões para melhorar a relação Uesc/Salobrinho (ações da universidade)

Dimensões do Desenvolvimento	SUGESTÕES	Prazo		
		Curto	Médio	Longo
Fortalecimento da Economia Local	- Buscar a Implantação e consolidação de um Bairro Universitário			X
	- Aproveitar a mão de obra local nos projetos de pesquisa e extensão	X		
	- Intensificar estudos e convênios visando a atração de empresas e recursos para a localidade			X
	- Maior integração com o poder público para formulação de políticas e programas para o desenvolvimento do Salobrinho		X	
	- Criar e oferecer à sociedade mecanismos mais transparentes de acesso à informação quanto as ações da Universidade		X	
	- Buscar políticas de valorização dos servidores, fortalecendo, assim, a instituição		X	
	- Estimular a prática da produção científica e buscar a implementação de mais cursos de mestrado e doutorado		X	
	- Envolver a comunidade do Salobrinho nas pesquisas e projetos de extensão que tenham como objeto o bairro, evitando a prática de política de "cima para baixo"	X		
	- Buscar a ampliação de vagas e política de assistência estudantil mais ativa		X	
	- Fornecer cursos de formação profissional para a comunidade e utilizar, em alguns casos, convênios com empresas ou a própria prefeitura		X	
Inclusão Social	- Através de atividades curriculares, envolver todos os departamentos e cursos da Uesc em ações que busquem a melhoria das condições socioeconômicas e ambientais do Salobrinho, a exemplo da oferta de cursos de capacitação para professores; oferta de cursos pré-vestibulares; ações de prevenção e cuidados com a saúde etc.			X
	- Buscar convênio com o poder público para implantação de creche e hospital universitário, estendendo seus serviços à comunidade local		X	X

Continua

	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar parcerias com o poder público visando a redução da violência no bairro 	X	
Inclusão Social	<ul style="list-style-type: none"> - Promover projetos interdepartamentais e multidisciplinares que busquem, através do planejamento local, a promoção da saúde no bairro - Desenvolver atividades que envolvam a comunidade, e trabalhar em ações que aproximem os moradores do Salobrinho ao contexto universitário 	X	
Mobilização da Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> - Criar projetos que visem o fortalecimento da cidadania local, utilizando os cursos que abordem essa temática, como Filosofia, Direito, História e Ciências Sociais - Incentivar e ajudar a comunidade na formação de cooperativas e associações 	X	
Gestão Ambiental e uso racional dos recursos naturais	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver projetos ligados à Educação Ambiental e ao uso racional dos recursos naturais - Incentivar e oferecer subsídios para a prática do ecoturismo e reciclagem - Firmar parcerias com ONGs, empresários, poder local e comunidade na busca por estudos, pesquisas e aplicações que sejam capazes de propor resoluções aos problemas ambientais 	X	
		X	
		X	

Fonte: Pesquisa para o mestrado em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (Unep), 2008.
 Nota: Elaboração José Ricardo Rosa dos Santos, 2008.

A universidade precisa apresentar à comunidade, além da teoria, contribuições práticas que evidenciem o processo educacional. Além da formação de mão de obra qualificada, é preciso investir também na formação política e no incentivo ao desenvolvimento socioeconômico que respeite a cultura e o meio ambiente locais, tendo em vista a melhoria das condições de vida da população. Esperamos que isto aconteça.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, F. Desarrollo económico local y descentralización em América Latina. **Revista de la Cepal**, [s.l.], n. 62, p. 157-171, abr. 2004.

AMARAL FILHO, J. do. A endogeneização no desenvolvimento econômico Regional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27, 1998, Belém. **Anais...** Belém, ANPEC, 1998. p. 1281-1300.

AMARAL, N. C. **Financiamento da Educação: Estado x mercado**. São Paulo: UNIMEP, 2003.

AMIM, V.; PROFICE, C. C. As representações sociais acerca das populações de risco: um estudo de caso da comunidade do Salobrinho. In: JORNADA INTERNACIONAL E CONFERÊNCIA BRASILEIRA SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, 3., 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Ilhéus; UESC, [200-]. Disponível em: <<http://www.uesc.br/viverbrincando/as%20representacoes%20sociais%20populacao%20risco.htm>> Acesso em: 5 out. 2007.

ANDRADE, C. S. de. **Salobrinho: a história de saúde de um bairro de Ilhéus-Bahia**. 2003. 163 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, São Paulo, 2003.

ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p 7-9, fev. 2003.

ASMAR, S. R; NAVARRO, Z. S. **Condições socioeconômicas, nível de aspiração e expectativas da população do Salobrinho.** Ilhéus: Ceplac, 1976. (Boletim Técnico, 50.)

AZEVEDO, J. M. L. de. **A Educação como política pública.** 3. ed. Campinas: Autores associados, 2004. (Polêmicas do nosso tempo, v. 56).

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Ed. 70, 2000.

BARQUERO, A. V. La política de desarrollo económico local en Europa. In: GUTIERREZ, F. R. (Org.). **Manual de desarrollo local.** [S.l.]: Ediciones TREA S.L., 1999.

_____. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Tradução Ricardo Brinco. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2001.

BARRETO, A. et al. Sistema educativo cultural: uma visão prospectiva. **Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas.** Brasília, DF: IPEA: Iplan, 1990.

BOBBIO, N. **Igualdade e liberdade.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BORGES, C. H. L. A universidade pública na economia local: os impactos financeiros da UESC nos municípios de Ilhéus e Itabuna. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n. 119, p. 27-31, abr. 2004.

BOSI, A. (coord.). **A presença da universidade pública.** São Paulo, [1998?]. Disponível em: <http://www.fisica.uel.br/SBPC_LD/unipub.html> Acesso em: 14 jul. 2006.

BOVO, J. M. **Universidade e comunidade: avaliação dos impactos econômicos e a prestação de serviços.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global.** Campinas: Unicamp, 2007.

BRANDLI, Luciana Landero. **Modelo de demanda habitacional de estudantes numa perspectiva de desenvolvimento local.** 2004. 308 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)– Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2004.

BRITO, R. R. de. **A percepção da comunidade do Salobrinho em relação à Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia.** 2006. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia)– Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2006.

BRITO S.; ZAPATA, T. **Equidade de gênero e desenvolvimento local – reflexões e Orientações para a Prática.** [S.l.]: IADH, 2004. Disponível em: <http://forumcat.org.br/a9/scripts/a9_download.php?PHPSESSID=96f9564edbdba5c4c-dedcf3dba2fb4636>. Acesso em: 22 mar. 2008.

BROSE, M. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

CARTIBANI, M. M.^aB.; PEREIRA FILHO, C. A. **Estrutura do consumo familiar em Salobrinho, Ilhéus–BA., 1996.** In: SEMINÁRIO DE PESQUISA, 4, 1998, Ilhéus. **Anais...** Ilhéus: Editus, 1998. p. 41-55.

CARTIBANI, M. Reflexões sobre relações universidade e região. Salvador, 2004. Disponível em: <http://www.faced.ufba.br/~dept02/repege/revista_repege/univer_regiao.htm> Acesso em: 5 ago. 2007.

CARVALHO, A. et al. (org.). Políticas públicas. Belo Horizonte: UFMG: PROEX, 2002.

CARVALHO, I. C. L.; KANISKI, A. L. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n.3, p.33-39, set.–dez. 2000.

CASTRO, F. Identidade do turismo no planejamento turístico do município de Valença, Bahia. 2008. 150 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo)–Universidade Estadual de Santa Cruz, Programa de Pós-graduação em Cultura e Turismo, Ilhéus, 2008.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JARAGUÁ DO SUL. Metodologia Científica. Orientações metodológicas. Jaraguá do Sul: [s.n], 2003.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia Científica. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Cortez, 1991.

CHRISTIAN, L. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

COSTA, N. M.^a de L. A formação contínua à distância utilizando o “Salto para o Futuro” – Um estudo de caso na Escola Estadual Prof. Anísio Teixeira em Natal, Rio Grande do Norte. 2001. 161 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)– Universidade Estadual de Santa Catarina, Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, [Florianópolis?], 2001

COSTA, S. K. Percepção ambiental e revitalização: as praças do bairro do Salobrinho, Ilhéus, Bahia. 2008. 120 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente)– Universidade Estadual de Santa Cruz, Prodema, Ilhéus, 2008.

CUNHA, M.^a C. da. (coord.). Enciclopédia Universal Gamma. 3 ed. Barcelona – Espanha: Editora GAMA, 1984. v. 6.

DA faculdade "capenga" a novos cursos da UESC. *Jornal A Região*, Itabuna, 26 abr. 2008. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/aregio/variedades.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2008.

DRUCKER, P. Sociedade pós-capitalista. Tradução Nivaldo Montingelli Jr. São Paulo: Pioneira, 1993.

EM pé de guerra Salobrinho. *Jornal Agora*, Itabuna, 29 nov. 2006. Disponível em: <http://www.agora-online.com.br/?url=colunas.asp&id_coluna=1727>. Acesso em: 30 nov. 2006.

FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de. (org.). *Diálogos com Bakhtin*. 3. ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.

FARIAC, A. P. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-29, fev. 2003.

FÁVERO, M.^a de L. de A. Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada ATCON e Meira Mattos. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. (Educação contemporânea).

FIALHO, N. H. A missão da universidade. Revista da FAE-EBA, Salvador, ano 1, n. 10, p. 25-42, jul.–dez. 1998.

FONSECA, A. A. M. Instituição e desenvolvimento territorial. O desempenho municipal após a descentralização. Feira de Santana: UEFS, 2005.

FONSECA, Á. C. N. de O. Aspectos do desenvolvimento regional no Recôncavo Sul baiano: o caso do município de Cachoeira, Bahia-Brasil. 2006. 343f. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional)–Universidade de Barcelona, Barcelona, 2006.

FLEURY, S. Políticas sociais e democratização do poder local. Escola Nacional de Política. Mod. 3: As políticas públicas municipais. São Paulo: FGV: ITN, 2001.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Avaliação Nacional da Extensão Universitária. [Brasília, DF]: MEC: SESU; [Paraná]: UFPR: [Ilhéus]: UESC, 2001. (Coleção Universitária, v.3).

FURTADO, C. Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GASPARETO, A. Projeto 10 – Bairro Universitário (Eixo Tecnopolitano Ilhéus-Itabuna). Ilhéus, 2000. Disponível em: <<http://www.socio-estatistica.com.br/ecologia/projeto10.htm>>. Acesso em: 27 set. 2006

GUERRA, O.; GÓES, T. R. Desenvolvimento endógeno e teoria evolucionista como fundamentação para políticas públicas em arranjos produtivos locais. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 3., 2007, Salvador. [Anais...] Salvador: s.n., [2007].

HENRY, P.; MOSCOVICI, S. Problèmes de l'analyse de contenu. Langages. **École Pratique des Hautes Études**, Paris, vol. 3, n.11, p. 36-60, sept. 1968.

HOUISS, A.; AMARAL, R. **A modernidade no Brasil: conciliação ou ruptura?** Petrópolis: Vozes, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil: Censo 2002**. Brasília, DF, [200-]. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 30 maio 2008.

ISENSEE, H. C. F. **Políticas públicas e desenvolvimento rural sustentável: o caso do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) no município de Ilhéus, Sul da Bahia**. Ilhéus, 2001. 159f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Santa Cruz, PRODEMA, Ilhéus, 2001.

KOSEMPEL, S. **The economic impact of the University of Victoria**. Victoria, USA, 1995. Disponível em: <<http://www.inst.uvic.ca/other/impact13.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2008.

LAKATOS, E. M.^a; MARCONI, M.^a de A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LOPES, R. P. M. **Universidade pública e desenvolvimento local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**. 2001. 150 f. Dissertação (Mestrado Ciências Econômicas) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas, Salvador, 2001.

_____, R. P. M. **Universidade Pública e Desenvolvimento Local: Uma Abordagem a Partir dos Gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2003.

MACEDO, R. S. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas Ciências Humanas e na Educação**. Salvador: EDUFBA, 2000.

MIDDLEJ, M. M.^a B. C. **Universidade e região: territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC**. 2004. 273f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação Programa de Pós-graduação em Educação, Salvador, 2004.

MORAES, J. L. A. de. **Capital social e desenvolvimento regional**. In: CORREIA, S. M. (org.) **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003a.

_____. **Capital social e políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável**. **Revista do Centro de Ciências Administrativas**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 196-20, dez. 2003b.

OLIVEIRA, S. R. R. de. **A análise do emprego como contribuição para o diagnóstico do desenvolvimento regional: uma aplicação nos municípios de Blumenau e Brusque**. 2002. 118f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Florianópolis, 2002.

PENA JÚNIOR, A. G. ; VALÉRY, F. D. INCOOP-RN: uma proposta de responsabilidade social e desenvolvimento local através da universidade. São Paulo, 2006. Disponível em: <www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicações/IV%20Encontro/arquivos%20III%20Encontro/Des-3.htm>. Acesso em: 22 mar. 2008.

PEREIRA, S. Salobrinho – encantos e desencantos de um povoado. Ilhéus: Gráfica Editora Ltda., 1984.

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Brasília, DF: MEC: Sesu; Ilhéus: Editus, 2001. 65p. (Coleção Universitária, 1.).

PUGLISI, M.^a L.; FRANCO, B. Análise de conteúdo. 2. ed. Brasília, DF: Líber Livro Editora, 2005.

RAMOS, H. R. O jornalismo ambiental na modernidade: uma análise de conteúdo dos jornais Correio da Bahia e A Tarde. 2008. 116f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo)–Universidade Estadual de Santa Cruz, Programa de Pós-graduação em Cultura e Turismo, Ilhéus, 2008.

SHILS, E. O apelo da educação: a ética acadêmica e outros ensaios sobre educação superior. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. Bauru: EDUSC, 2001. (Ciências Sociais).

SILVA, R. B. Educação comunitária: além do Estado e do mercado? A experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC (1985-1998). Campinas: Autores Associados, 2003. (Educação Contemporânea).

SILVA, S. C. B. de M.; FONSECA, A. A. M. da. Políticas territoriais de integração e fortalecimento dos centros urbanos do Estado da Bahia, Brasil. Scripta Nova. **Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales**, Barcelona, vol. XI, núm. 245(18), p. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24518.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2008.

SILVA, T. T. da S. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

TEIXEIRA, E. C.; BARRETO, I. (org.) **Políticas públicas e cidadania**. Salvador: Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, 2001.

TONINI, T. R. T. **Experiência da educação ambiental no ensino fundamental baseada em temáticas locais: o caso do bairro Salobrinho, Ilhéus, Bahia**. 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente)– Universidade Estadual de Santa Cruz, PRODEMA, Ilhéus, 2007.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. Projeto Diagnóstico Sócio-Econômico-Político e Cultural das comunidades do Salobrinho e Vila Cachoeira. Ilhéus, 1999.

_____. **Relatório de atividades Grupo III – A experiência do Salobrinho**. Ilhéus, 2002. (Curso de medicina, disciplina Prática de Integração Ensino, Serviço, Comunidade (P.I.E.S.C.)).

_____. **Relatório Anual de Atividades 2006**. Ilhéus, 2007, 123p.

_____. **Regimento Geral**. Ilhéus, 2006. 55p.

_____. **Recredenciamento da Universidade Estadual de Santa Cruz**. Ilhéus, 2006.

VELHO, O. G. Capitalismo autoritário e campesinato.
São Paulo: DIFEL, 1976.

VERGARA, S. C.; CORRÊA, V. L. de A. (org.) Propostas para uma gestão pública municipal efetiva. Rio de Janeiro: FGV, 2003. (FGV prática)

VERZA, S. B. As políticas públicas de Educação no município.
Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

Buscou-se, na abordagem sobre a Uesc, demonstrar o que ela representa para a região, através do seu processo de formação e evolução, retratando, também, sua função enquanto fomentadora do desenvolvimento regional. Quanto ao Salobrinho, buscou-se entender o que ele representa para a comunidade acadêmica e regional.

ISBN 978-85-7455-343-6



9 788574 553436